



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

João Victor da Mota Uzer Lima

“Prepare-se para um mundo novo e pior”: O *Council on Foreign Relations*, a revista *Foreign Affairs* e a “guerra ao terror” (2001 – 2008)

São Gonçalo

2017

João Victor da Mota Uzer Lima

“Prepare-se para um mundo novo e pior”: O *Council on Foreign Relations*, a revista *Foreign Affairs* e a “guerra ao terror” (2001 – 2008)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora Prof^ª. Dra. Maria Letícia Corrêa

Coorientador: Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão

São Gonçalo

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

L732 Lima, João Victor da Mota Uzer.
“Prepare-se para um mundo novo e pior”: O *Council on Foreign Relations*,
a revista *Foreign Affairs* e a “guerra ao terror” (2001 – 2008) / João Victor da
Mota Uzer Lima. – 2017.
144f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Letícia Corrêa.
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Estados Unidos – Relações exteriores – 2001-2008 – Teses. 2. Guerra
contra o terrorismo, 2001-2008 – Teses. I. Corrêa, Maria Letícia. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de
Professores. III. Título.

CDU 327(73)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

João Victor da Mota Uzer Lima

“Prepare-se para um mundo novo e pior”: O *Council on Foreign Relations*, a revista *Foreign Affairs* e a “guerra ao terror” (2001 – 2008)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 25 de agosto de 2017.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra Maria Letícia Corrêa (Orientadora)

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão (Coorientador)

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^ª. Dra Carla Luciana Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Bernardo Kocher

Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos (Suplente)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2017

A imprensa só obtém influência pelos fatos que publica e pela repercussão que lhes dá. É assim que, às vezes, ela consegue enganar a opinião pública chamando a atenção para um homem ou para o caráter de uma medida. Em suma, em todos os países sob todos os governos, a imprensa será sempre um instrumento temível.

John Spencer

RESUMO

LIMA, João Victor da Mota Uzer. “*Prepare-se para um mundo novo e pior*”: O Council on Foreign Relations, a revista *Foreign Affairs* e a “guerra ao terror” (2001 – 2008). 2017. 144f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2017.

Este trabalho busca compreender as visões e ações do *Council on Foreign Relations* (CFR) para com as políticas que vieram a ser denominadas como a guerra ao terror e seus arquitetos, através da análise de suas publicações, como os relatórios dos diversos grupos de estudo e de artigos publicados em sua revista, a *Foreign Affairs*. O *Council on Foreign Relations* (CFR) é um think tank estadunidense, fundado em 1922, que se dedica a estudar a política externa dos Estados Unidos. Sob a retórica de servir à sociedade, sendo uma ferramenta de análise do cenário político-econômico mundial, o CFR promove encontros e seminários, e produz relatórios e diversas publicações entre livros – em meios físicos e digitais – e sua revista, a *Foreign Affairs*. Embora apresente-se como uma ferramenta de informação, desde sua fundação o CFR esteve envolvido nas tomadas de decisões dos gabinetes presidenciais. Com os ataques terroristas nos Estados Unidos em setembro de 2001, uma nova política externa foi adotada pelo presidente George W. Bush, que levou à Guerra do Afeganistão e a invasão ao Iraque. Embora tenham sido apresentadas como novidades, as políticas denominadas como “Doutrina Bush” e “guerra ao terror”, estavam, na verdade, presentes no interior da administração Bush, e em think tanks neoconservadores, antes mesmo dos ataques terroristas.

Palavras-chave: Council on Foreign Relations. Foreign Affairs. Guerra ao Terror.

ABSTRACT

LIMA, João Victor da Mota Uzer. “*Prepare for a new and worse world*”: The Council on Foreign Relations, Foreign Affairs magazine and the “war on terror” (2001-2008). 2017. 144f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2017.

This dissertation seeks to understand the visions and actions of the Council on Foreign Relations towards the policies that came to be termed as the war on terror and its architects, by analyzing their publications such as the reports of the various Task forces and articles published in its magazine, the Foreign Affairs. Founded in 1922, the Council on Foreign Relations (CFR) is a United States think tank dedicated to study the U.S. foreign policy. By organizing meetings, seminars, producing reports and publications, such as Foreign Affairs magazine, the CFR has built its image of serving the community as a source of information. Although it presents itself as an informational institute, since its foundation the CFR has been involved in the decision-making of the presidential offices. Following the terrorist attack in September 2001, President George W. Bush adopted a different foreign policy, these "new foreign policy", which would later be called Bush Doctrine and the War on Terror, were actually present within the Bush administration, and neo-conservative think tanks, even before the terrorist attacks.

Keywords: Council on Foreign Relations. Foreign Affairs. War on Terror.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capa da edição de janeiro/fevereiro de 2002	79
--	----

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	A LONGA GUERRA EM PRODUÇÃO	18
1.1	Os ataques	18
1.1.1	<u>O onze de setembro de 2001</u>	19
1.1.2	<u>O “Choque de Civilizações” e o pós-Guerra Fria</u>	23
1.2	Os inimigos	29
1.2.1	<u>O terrorismo</u>	29
1.2.2	<u>O fundamentalismo islâmico e a Al-Qaeda</u>	33
1.2.3	<u>O “Eixo do mal”</u>	38
1.3	Ao ataque	42
1.3.1	O neoconservadorismo	42
1.3.2	A “Doutrina Bush”	47
2	UMA UNIVERSIDADE NÃO CONVENCIONAL	52
2.1	“Fábricas de mentes”	53
2.1.1	<u>Os think-and-do tanks</u>	53
2.1.2	<u>Os think tanks nos Estados Unidos</u>	58
2.2	O Council on Foreign Relations	63
2.2.1	<u>O “Inquérito” e o nascimento do CFR</u>	64
2.2.2	<u>O CFR na política externa estadunidense</u>	67
2.3	A revista Foreign Affairs	74
2.3.1	<u>Para “guiar a opinião pública”</u>	76

3	“PREPARE-SE PARA UM MUNDO NOVO E PIOR”	81
3.1	O CFR, a Foreign Affairs e a deflagração da “guerra ao terror”	82
3.1.1	<u>A virada para o novo século</u>	83
3.1.2	<u>“O imperialista relutante”</u>	90
3.1.3	<u>“Próxima parada Bagdá”</u>	93
3.1.4	<u>“A Democracia pode parar o terrorismo”?</u>	99
3.2	O CFR, a Foreign Affairs e o fim da “guerra ao terror”	104
3.2.1	<u>“O que fazer no Iraque”? A “iraquização” e os primeiros planos de retirada</u>	105
3.2.2	<u>“Renovando a Liderança Americana” e o fim da “guerra ao terror”</u>	110
	CONCLUSÕES	117
	REFERÊNCIAS	124
	APÊNDICE A – Executivos e diretores do Council on Foreign Relations ..	137
	APÊNDICE B – Membros e pessoal do Project for a New American Century 1997 – 2006	143

INTRODUÇÃO

Pensar os *think tanks*, nas palavras de Tatiana Teixeira, é “refletir sobre o valor das ideias, sobre o papel dos intelectuais e especialistas e sobre sua relação com a política e o poder”¹. *Think tanks* são comumente definidos como grandes organizações, não governamentais, que atuam como ferramentas de disseminação de ideias no sistema político estadunidense e nos fóruns internacionais². Nelas, o processo de troca de ideias, construção de diálogos e formulação de consensos é constante³. Assim, os *think tanks* e seus especialistas agem para dar sentido e legitimar políticas e ideias lançando mão da retórica da autoridade intelectual⁴.

Uma das perspectivas usadas na compreensão das ações dos *think tanks* é a da teoria das elites, elaborada nos escritos de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto⁵. De acordo com esta teoria “existe sempre uma minoria que se impõe à maioria que ela dirige e que procura manter seu lugar por intermédio de diferentes meios e mecanismos”⁶. Dessa forma, mesmo quando é possível compreender um maior “ativismo político das massas”⁷, não se pode desconsiderar as “elites que conduzem as principais diretrizes históricas”⁸. Nesta perspectiva, as sociedades seriam construídas em duas classes distintas de indivíduos, os governantes (classe dirigente ou classe política) e os governados (massa). A primeira seria uma minoria organizada que monopoliza os recursos de poder e os utiliza em benefício próprio, enquanto subjuga a segunda, desorganizada, para manter seu status⁹.

Uma das críticas a esta teoria foi elaborada pelo filósofo político Antonio Gramsci. A crítica de Gramsci, principalmente a Mosca, afirma que “os conceitos políticos desse autor são ‘vagos e ondulantes’, e que seus ‘princípios de técnica política são vagos e abstratos’,

1 TEIXEIRA, Tatiana. *Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA*. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 31.

2 TEIXEIRA, Tatiana. A influência dos think tanks no governo Bush e no início da era Obama. *II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa San Tiago Dantas*. São Paulo, 2009. p. 2.

3 Ibidem. p. 3.

4 Ibidem. p. 4.

5 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p. 36.

6 GRZYNSZPAN, Mario. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 41. jan./jun. 1996. p. 27.

7 GIMENES, Éder Rodrigo. Teoria das elites e as elites do poder: considerações sobre a relevância dos teóricos clássicos e de Wright Mills aos estudos de cultura política e democracia. *Revista de Descendentes de Ciência Política da UFSCAR*. v. 2, n. 2, 2001. p. 126.

8 Ibidem.

9 MOSCA, Gaetano. *La classe politica*. Ciudad México: Fondo de Cultura Económica, 1992. p. 106.

entre eles, a noção de ‘classe política’¹⁰. Para Gramsci o Estado abrange dois grandes planos: a sociedade política (ou Estado, no sentido estrito) e a sociedade civil¹¹.

A sociedade política seria constituída por instituições e mecanismos de coerção e violência, dos quais as classes dominantes lançariam mão para se manter no poder. Os elementos desse âmbito seriam, portanto, os aparelhos repressivos do Estado¹². O segundo, sociedade civil, seria composto por organismos sociais, não governamentais, responsáveis pela elaboração de ideologia – como escolas, partidos e jornais – que atuariam na construção da hegemonia. Estes seriam os aparelhos privados de hegemonia¹³. Nesta perspectiva, os intelectuais, seriam “comissários” usados como prepostos dos grupos dominantes para exercer a função de dominação e a hegemonia¹⁴. Para Gramsci os intelectuais não constituem uma classe homogênea, à parte. Ao contrário, todas as classes que desempenham uma função na produção econômica geram seus próprios representantes intelectuais. Estes, gerados no interior de cada classe, manteriam com ela uma relação orgânica¹⁵. Segundo Gramsci, “O empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc.”¹⁶.

De acordo com Edward Said, os intelectuais orgânicos estão sempre em movimento, envolvidos na sociedade, lutando constantemente para influenciar mentalidades e expandir mercados¹⁷. São profissionais acadêmicos, advogados das mais diversas áreas, consultores de administração, especialistas em política, analistas de informática, conselheiros do governo, especialistas em comunicação do jornalismo de massa, entre outros¹⁸. Segundo Thomaz Medvetz, os *think tanks* buscam sempre associações com universidades, agências estatais, *lobbys*, grupos de mídia, grupos ativistas ou figuras públicas, pois buscam acumular a autoridade e a influência que estes tipos de organizações projetam¹⁹. Assim, entre os membros de um *think tank* encontram-se professores universitários, jornalistas, políticos, empresários, funcionários públicos, entre outros profissionais que se enquadram na definição gramsciana

10 SCHLESENER, A. H.. A crítica de Gramsci à Teoria das Elites: Pareto, Mosca e Michels e a democracia burguesa. In: *V Colóquio Internacional Marx Engels*. Campinas, 2007, v. 1. p. 5.

11 GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 10.

12 Ibidem. p. 12.

13 Ibidem. p. 11.

14 Ibidem. p. 10.

15 MOSTAFA, Solange Puntel; MARANON, Eduardo Ismael. Os intelectuais e sua produtividade. *Ci. Inf., Brasília*. V. 22, n. 1, jan./abr. 1993, p. 23.

16 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2. p. 15.

17 SAID, Edward. *As representações dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 20.

18 Ibidem. p. 23.

19 MEDVETZ, Thomas. Think tanks as an emergent field. New York: *The Social Science Research Council*, October 2008, p 6.

de intelectuais orgânicos. Além disso, *think tanks* atuam como ferramentas para consolidação e popularização de ideias e políticas. Desta forma, as noções de sociedade política e sociedade civil, de aparelho privado de hegemonia e de intelectuais orgânicos são usadas por vezes para analisar os *think tanks*.

Seguindo esta perspectiva, há ainda o conceito de elites orgânicas utilizado por René Dreifuss. Para esse autor, elites orgânicas são responsáveis pela formulação e desenvolvimento de um discurso político-ideológico para as classes dominantes, sendo a “consciência de uma classe dominante devidamente organizada”²⁰.

As elites orgânicas seriam um conjunto articulado de agentes políticos especializados em planejamento estratégico e na implementação de ação política de uma dada classe²¹. Segundo Dreifuss, empresários, burocratas, intelectuais e militares – ao menos uma elite entre eles – podem ser capazes de articular seus interesses comuns em um projeto de Estado para si e para a sociedade. Através da compreensão de que seus próprios interesses transcendem os limites corporativos de classe, estas elites, organicamente ligadas ao universo sociocultural de sua origem, se unem e apresentam-se como “descoladas das classes dominantes”²², o que concede legitimidade as suas ações. Desta forma, as elites orgânicas agem “como mediadoras na formação de blocos de poder”²³, predispondo as classes dominantes para a luta política. Assim, segundo Dreifuss “é através das elites orgânicas que se dá a unidade real de classe”²⁴.

Sob esta perspectiva, considerando a formação dos *think tanks* como junção do meio acadêmico, político e empresarial, a concepção de uma elite, aparentemente descolada das classes dominantes, que articule e propague ideias a fim de consolidar uma unidade de classe, pode ser usada para compreender as ações destas instituições.

Outra forma de analisar as ações destas organizações está em uma perspectiva pluralista das relações internacionais²⁵. Compreendo como “perspectiva pluralista” aquela que propõe um modelo de sociedade composta de vários atores, atuando nos centros de poder, mesmo em conflito entre si²⁶. As ações dos *think tanks*, nos Estados Unidos, podem vir a ser interpretadas como resultado do regime democrático desse país, que apresentaria múltiplos

20 DREIFUSS, René. *A internacional capitalista*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 26-27.

21 HOEVELER, Rejane Carolina. *As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da comissão trilateral*. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015. p. 74.

22 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p. 37.

23 DREIFUSS, René. Op. Cit. p. 24.

24 Ibidem.

25 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p. 39.

26 BOBBIO, Norberto. Pluralismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília/Linha Gráfica, 1991. v. 1, p. 928.

centros de poder e múltiplos agentes²⁷.

Em suma, no que se refere aos *think tanks*, como resumiu Tatiana Teixeira, em uma abordagem da teoria das elites, das elites orgânicas de Dreifuss ou da organização do Estado em Gramsci – com os aparelhos repressivos do Estado, os aparelhos privados de hegemonia e os intelectuais orgânicos –, argumenta-se que são sempre os mesmos nomes, grupos e instituições presentes no cenário político. Por outro lado, em uma abordagem pluralista, enfatiza-se a multiplicidade de atores políticos²⁸.

Nesta dissertação trataremos das ações e visões de um *think tank* específico, o *Council on Foreign Relations* (CFR), para com a política da “guerra ao terror” do presidente norte-americano George Walker Bush (2001 – 2009). Trata-se de uma instituição quase centenária que tem em sua história uma longa tradição de cooperação e influência no governo estadunidense. Desde sua fundação, em 1921, o *Council* manteve boas relações com as administrações presidenciais, mantendo membros em várias instâncias governamentais e cultivando relações entre políticos, acadêmicos, jornalistas e empresários. Atualmente, o CFR alega que parte de seus US\$ 62 milhões anuais de receita são fruto de doações e subsídios de empresas, corporações e fundações não governamentais. Cerca de 37% de seu rendimento é oriundo desta fonte. O restante é dividido, entre outras, com a venda da revista *Foreign Affairs* (14%), as taxas de associações, individuais ou corporativas²⁹ (20%), e outras variadas³⁰. Ou seja, o CFR é mantido, sobretudo, pelo empresariado estadunidense. Devido a sua história e ações, de acordo com Laurence Shoup, pode ser compreendido como a “instituição definitiva da rede de socialização, planejamento estratégico e formação de consenso da classe capitalista dos Estados Unidos”³¹ e como “panteão do mundo dos negócios da política, das finanças, da universidade e da imprensa”³², sendo “um verdadeiro precursor das elites orgânicas”, segundo Dreifuss³³.

O CFR é uma grande instituição não governamental ligada aos mercados financeiros e

27 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007 p. 36.

28 Ibidem. p. 37.

29 O plano de filiação corporativa do CFR foi fundado em 1953 e conta hoje com mais de 150 empresas, desde bancos como o *The Bank of New York* ou o *Canadian Imperial Bank of Commerce*, empresas de comunicações como a *WIND Telecomunicazioni S.p.A.*, financeiras como a *Prudential Financial*, a *McGraw Hill Financial* ou a *UniCredit*, e empresas das mais variadas naturezas como a *Coca-Cola Company*, o *PayPal* e o *Facebook*. O plano de filiação é disponível em três categorias: *Founders*, *President’s Circle*, e *Affiliates*, cada uma com benefícios e metas de doações distintas. COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations, 2015.

30 COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Financial Statement. In: _____. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations. 2016.

31 SHOUP, Laurence. *Wall Street’s think tank: the Council on Foreign Relations and the empire of neoliberal geopolitics 1976–2014*. Nova York: Monthly Review Press, 2015. p. 7.

32 DREIFUSS, René. Op. Cit.. p. 33.

33 Ibidem.

industriais dos mais diversos setores, tendo como propósito formular e avaliar iniciativas e diretrizes estratégicas que sustentem o crescimento da economia estadunidense e de seus financiadores e doadores³⁴. Sendo assim, o CFR será tratado, ao longo deste trabalho, como uma poderosa voz – sendo ela mesma a união de várias outras, como se verá – na construção da política externa dos Estados Unidos. Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar esta poderosa instituição e sua influência na política externa estadunidense no contexto da política da “guerra ao terror”, promovida pela administração Bush após os ataques de onze de setembro de 2001. Através dos grupos de estudos e publicações financiadas pelo *Council*, e por artigos publicados em sua revista, a *Foreign Affairs*, procuramos observar as visões e ações realizadas por este poderoso *think tank* neste contexto, e seus esforços em divulgá-las.

Para isso, dividimos este trabalho em três capítulos, sendo o primeiro uma análise geral do contexto da criação e implementação das políticas da “guerra ao terror”; o segundo uma discussão das conceitualizações acerca dos *think tanks*, de suas ações e história; e o terceiro uma análise específica das ações e interpretações do *Council on Foreign Relations*, expressas nos relatórios e em artigos da revista *Foreign Affairs*, acerca das políticas dessa guerra.

Desta forma, o capítulo 1 traz uma visão sobre os ataques do Onze de Setembro para caracterizá-lo como um importante marco na história estadunidense. Em vários sentidos, os acontecimentos da manhã daquele dia caracterizaram uma crise naquela sociedade. Os ataques evidenciaram a vulnerabilidade do país e fizeram surgir uma demanda coletiva por uma justificativa, algo que desse sentido aos acontecimentos, servindo-lhe como justificativa³⁵. Neste contexto, a teoria de organização mundial desenvolvida pelo cientista político Samuel Huntington, no início dos anos noventa, intitulada de “Choque de Civilizações”, ganhou espaço no debate acerca dos ataques. A teoria de Huntington defendia que, no cenário pós-guerra fria, os conflitos mundiais ocorreriam “ao longo da linha de falha cultural separando civilizações”³⁶. Segundo Huntington, a civilização islâmica seria historicamente oposta à civilização ocidental, e o conflito entre o Ocidente e o Oriente islâmico era inevitável. Os acontecimentos de onze de setembro pareciam validar a teoria de Huntington, fortalecendo uma narrativa e ao mesmo tempo oferecendo-lhe uma explicação³⁷. Assim, os ataques de onze de setembro, somados à teoria de Huntington, trouxeram à tona o

34 Ibidem. p. 34.

35 RESENDE, Erica. *Americanidade, puritanismo e política externa: a reprodução da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012. p. 131.

36 HUNTINGTON, Samuel. P. The Clash of Civilizations? *Foreign Affairs*. V. 72., n. 3, Summer 1993, p. 23.

37 RESENDE, Erica. Op. Cit. p. 133.

debate acerca da relação entre o terrorismo e o Islã.

Deste modo, ainda neste capítulo, abordamos a construção da imagem do inimigo da política estadunidense que viria a ser associada à “guerra ao terror”. Em seu pronunciamento no dia 20 de setembro de 2001, o presidente Bush declarou que o inimigo dos Estados Unidos, nesta nova política, não era o Islã, mas os grupos terroristas e os Estados que os apoiavam³⁸. Existem hoje mais de 1.600 definições para o termo “terrorismo”, devido à evolução da apropriação do termo³⁹, mas o terrorismo – como um conceito – refere-se, sobretudo, a uma prática adotada por diversos grupos em épocas diferentes, tendo dinâmicas variadas. A declaração de Bush de que perseguiria “nações que fornecem ajuda ou refúgio seguro para o terrorismo”⁴⁰, e de que cada nação deveria tomar uma decisão quanto seu posicionamento referente a esta política – em seu enunciado, “ou você está conosco ou está com os terroristas”⁴¹, apresenta a face desta política internacional que dividiu o mundo entre um Ocidente “civilizado” e o Oriente com os “grupos terroristas de cunho religioso”⁴² e com os “inimigos da liberdade”. Em seu discurso do dia 29 de janeiro de 2002, estes Estados foram apresentados como membros de um “eixo do mal”⁴³. Mas as origens desta polarização eram mais antigas.

Segundo Paulo Visentini, até o onze de setembro, a diplomacia da administração Bush buscava se desengajar dos conflitos externos⁴⁴. Após os ataques, os recursos do Estado foram reorientados para a indústria bélica e canalizou-se impostos para engrossar a segurança nacional e o serviço de inteligência⁴⁵. Mas este movimento, posto em prática após os ataques, já era previsto por um grupo presente no cenário político estadunidense desde os anos oitenta, os neoconservadores. O pensamento “*neocón*” estadunidense, basicamente, tem como objetivo a manutenção do poder dos Estados Unidos no mundo a partir de uma supremacia militar⁴⁶. Muitos dos nomes envolvidos na política da “guerra ao terror” – como Dick Cheney (Richard Bruce “Dick” Cheney), Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz e Zalmay Khalilzad – são de neoconservadores reconhecidos que, desde os anos noventa, apresentavam sua visão de

38 BUSH, George. *Address to the Nation speech*. January, 29, 2002. University of Virginia. Miller Center. Presidential speeches. George H. W. Bush presidency. Disponível em <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-29-2002-state-union-address>> Acessado em 02/08/2017.

39 WOLOSZYN, Andre. *Terrorismo global*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010. p. 53.

40 BUSH, George Walker. Op. cit.

41 Ibidem.

42 FARIAS, Felipe Vagner Silva de. Cultura e civilização como representações: a cobertura feita pela Veja do islamismo e do “mundo árabe” no pós-11 de Setembro. In: INSUELA, Júlia Bianchi Reis et al. (org). *Estudos de imprensa no Brasil*. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2012. p. 311.

43 BUSH, George Walker. Op. Cit.

44 VISENTINI, Paulo. *O caótico século XXI*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015. p. 80.

45 CHOSSODOVSKY, Michael. *Guerra e globalização*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 21.

46 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p. 170-171.

mundo através do *think tank Project for a New American Century* (PNAC). A política externa que veio a ser denominada como “guerra ao terror”, embora tenha sido apresentada formalmente após os ataques de onze de setembro, vinha sendo discutida há muito tempo⁴⁷.

Em suma, o capítulo 1 traz os debates relativos aos efeitos dos ataques de onze de setembro, à construção da imagem do inimigo e à elaboração da retórica da “guerra ao terror” por meio da análise dos discursos presidenciais e dos documentos produzidos pelo PNAC – como sua declaração de princípios –, para demonstrar como as guerras do Afeganistão, a definição do “eixo do mal” e a guerra do Iraque haviam sido previstas anteriormente. O evento em questão serviu como um catalisador, que proporcionou à agenda “*neocón*” sair do papel.

Uma vez estabelecidos os nomes, as ações e os papéis dos sujeitos relacionados à construção da política da “guerra ao terror”, o capítulo 2 traz uma análise e definição do termo *think tank* e apresenta o *Council on Foreign Relations* para caracterizar as dinâmicas e as ações destas organizações. Segundo Tatiana Teixeira, *think tank* pode ser traduzido literalmente como “reservatórios de ideais”⁴⁸. No entanto, estas instituições tradicionais dos Estados Unidos, mais do que produzirem pesquisas, influenciam o debate e atuam ativamente no cenário político, de tal forma a poder afirmar-se que “a produção de ideias, bem como a capacidade de influenciar, são características inerentes aos *think tanks*”⁴⁹. Ao mesmo tempo, segundo James McGann, há nos Estados Unidos uma percepção de que estas instituições são mais eficientes na produção de políticas e ideias do que os órgãos do Estado⁵⁰, e de que, em razão desse caráter, os *think tanks* atuam com imparcialidade na produção de ideias e políticas públicas.

Desde a fundação das primeiras instituições que deram origem aos *think tanks* estadunidenses, muito da sua forma de atuação e organização foi alterada. Segundo Olivier Urrutia, logo após a Guerra Civil Americana (1861 – 1865), organizações de pesquisa nas áreas social e política, financiadas por fundações, corporações e doadores privados, faziam-se presentes em um esforço de busca por uma reconstrução do país⁵¹. Mas foi apenas no início do século XX que grandes corporações, como a *Carnegie Steel*, a *Internacional Harvester*, e a

47 Ibidem. p. 99.

48 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p. 17.

49 URRUTIA, Olivier. The role of think tanks in the definition and application of defense policies and strategies. *Revista del Instituto Español de Estudios Estratégicos*. n. 1999 p. 5.

50 MCGANN, James. *Think tanks and policy advice*. Pennsylvania: The US. Foreign Policy Research Institute. 2005. p. 4.

51 URRUTIA, Olivier. Op. Cit. p. 11.

Standard Oil, buscaram os *think tanks* como meio de influenciar as decisões políticas⁵². De fato, muitos empresários e industriais do início do século XX – como Andrew Carnegie, Robert Brookings e John D. Rockefeller – foram responsáveis pela criação de vários *think tanks*. Entre eles o *Council on Foreign Relations*.

Fundado oficialmente em 1921, o CFR é o resultado de uma iniciativa de empresários e advogados, ligados ao mercado financeiro de *Wall Street*, de construir uma organização que fosse capaz de, nas palavras de Dreifuss, “analisar, formular, acompanhar e avaliar iniciativas e diretrizes estratégicas (privadas ou públicas) indispensáveis para sustentar a crescente projeção do capitalismo norte-americano”⁵³. Alegando ser um “grupo de pessoas preocupadas em disseminar algum conhecimento sobre assuntos internacionais”⁵⁴, o CFR organizava jantares e reuniões com representantes internacionais e membros do governo estadunidense e seus membros elaboravam relatórios sobre assuntos referentes à política externa. Em 1923, o CFR lançou a primeira edição de sua revista, a *Foreign Affairs*.

Desta forma, através das análises de James McGann, Tatiana Teixeira e Diana Stone, o capítulo 2 traz uma discussão sobre as ações e as dinâmicas de um *think tank* para desconstruir a visão tradicional acerca da imparcialidade deste tipo de organização. Ao mesmo passo, discute-se o nascimento do CFR, suas relações com diversas administrações presidenciais e suas ações no decorrer da história do país, para caracterizá-lo como importante voz no processo político e na construção da política externa dos Estados Unidos.

A partir do ano de 2001, o *Council on Foreign Relations* passou a produzir uma série de encontros e grupos de pesquisa – que até então versavam acerca da economia global – para discutir segurança pública, inteligência e contraterrorismo. Assim, tópicos que eram paralelos passaram a ser mais importantes no interior do CFR. Com a invasão ao Afeganistão em 2001, seguida pela campanha do Iraque, dois anos depois, assuntos referentes ao esforço bélico, à guerra ao terrorismo e ao Oriente Médio tornaram-se mais frequentes nas atividades e nas publicações do *Council*. O CFR, no entanto, alegando manter sua função de disseminar conhecimento acerca das relações externas estadunidenses, trouxe para o debate acerca da política de Bush uma série de visões relativamente antigas, como será visto no desenvolvimento da dissertação.

O capítulo 3 traz uma análise dos relatórios desenvolvidos por membros do CFR e de conclusões de seus grupos de pesquisa, assim como de textos da *Foreign Affairs*, ao longo da

52 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p. 129.

53 DREIFUSS, René. Op. Cit. p. 34.

54 Ibidem. p. 33.

“guerra ao terror” do governo Bush (2001 – 2009). Tais iniciativas, como veremos, defendiam ativamente um posicionamento forte das forças armadas estadunidenses no exterior. A invasão ao Iraque, a implementação de um regime democrático no Oriente Médio, entre outras medidas adotadas, apareceram no interior do CFR antes de serem anunciadas pelo gabinete presidencial. Muito dos nomes relacionados à construção da retórica da “guerra ao terror” – como Donald Rumsfeld, Dick Cheney, Paul Wolfowitz, Paula Dobriansky ou Richard Perle – foram membros do CFR⁵⁵.

Segundo Laurence Shoup, o CFR esteve envolvido com a política da “guerra ao terror” desde os ataques de 2001, colaborando com a construção de uma determinada visão acerca do Oriente Médio, com a decisão de invadir o Iraque, com a definição dos objetivos da guerra e ainda com a decisão de retirada das tropas⁵⁶, antes que tais iniciativas fossem incorporadas à retórica oficial. Assim, o capítulo 3 aborda a visão que este importante *think tank* construiu e manteve acerca desta política a partir de 2001, e como estas inclinações aparecem em suas publicações.

Este *think tank* de *Wall Street*, como denominou Laurence Shoup⁵⁷, procura sempre estudar as relações internacionais a fim de traçar uma estratégia que melhor potencialize o crescimento da economia estadunidense, e de seus investidores, tendo um grande histórico de cooperação e influência no governo do país.

55 SHOUP, Laurence. Op. cit. p 152.

56 Ibidem. 148.

57 Ibidem.

1 A LONGA GUERRA EM PRODUÇÃO

No dia onze de setembro de 2001 foram registrados nos Estados Unidos três atentados terroristas. A destruição e a proporção da cobertura jornalística que o evento tomou o tornou um evento global. Os responsáveis pelos ataques foram rapidamente identificados como membros da Al-Qaeda, uma rede terrorista radical islâmica que há anos possuía um histórico de ataques a alvos estadunidenses⁵⁸. Imediatamente, o debate sobre as razões dos ataques começou e trouxe à tona uma teoria de organização mundial que havia sido veiculada no início dos anos noventa, a teoria do Choque de Civilizações. Esta teoria afirmava que, no pós-guerra fria, a organização mundial separava-se em nove grandes civilizações, sendo duas delas opostas, a civilização islâmica e a civilização ocidental⁵⁹. Os ataques de onze de setembro foram eventos catalisadores que colocaram em prática a política da “guerra ao terror”. Embora fossem apresentadas como novas, as medidas que caracterizavam a “guerra ao terror” eram relativamente antigas. Este capítulo procura apresentar os eventos e as repercussões dos ataques de onze de setembro e suas relações com a teoria do Choque de Civilizações, indicando como e porque a política da “guerra ao terror” – depois de uma longa produção entre funcionários governamentais e agentes de inteligência, usando o espaço dos *think tanks* – tomou forma legal e saiu do papel.

1.1 Os ataques

Depois dos ataques realizados na manhã do dia onze de setembro de 2001, o então secretário de Estado dos Estados Unidos, Colin Powell, declarou que as ações terroristas significavam não um ataque aos Estados Unidos, mas a todos povos civilizados⁶⁰, tentando, deliberadamente ou não, caracterizar suas ações como um ato de barbárie. Os ataques foram

58 RESENDE, Erica. *American idade, puritanismo e política externa: a reprodução da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012. p. 120.

59 HUNTINGTON, Samuel. *O Choque de Civilizações e a recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. p. 98.

60 U.S. Secretary of State Colin Powell's news conference on U.S. response to the terrorist attacks and conversations with world leaders. *The Guardian*, September 12, 2001. Disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/transcripts/powelltext_091201.html> Acessado em 31/08/2017.

frequentemente compreendidos como fruto de um ódio islâmico e fundamentalista, devido ao Choque de Civilizações⁶¹. A seguir, trataremos dos significados e repercussões dos ataques daquela manhã e da sua relação com a teoria do Choque de Civilizações, enunciada por Samuel Huntington, anos antes.

1.1.1 O onze de setembro de 2001

Por volta das nove horas da manhã do dia onze de setembro de 2001, o voo 11 da *American Airlines* colidiu com a torre norte do complexo empresarial *World Trade Center*, em Nova York. As redes de televisão imediatamente fizeram a cobertura daquilo que era interpretado ainda como um provável acidente aéreo⁶². Os prédios do complexo empresarial já haviam sido alvos de ataques terroristas no início dos anos 1990, e a existência de uma carta aos estadunidenses de Osama Bin Laden⁶³, publicada em 1996, declarando que os Estados Unidos viriam a ser alvos do grupo Al-Qaeda se não cumprissem certas exigências, colocaram em destaque a possibilidade de que a colisão fosse um ataque. Não obstante, Bin Laden já era reconhecido como responsável por ataques às embaixadas estadunidenses no Quênia e na Tanzânia.⁶⁴

O presidente George Walker Bush (2001 – 2009), que lia para os alunos da escola primária Emma E. Booker, no estado da Florida⁶⁵, foi interrompido por um assessor para informar que um segundo avião atingira a torre sul⁶⁶. Não restavam dúvidas de que se tratava de um ataque. O então presidente reuniu a imprensa local e fez um pronunciamento rápido, afirmando: “o terrorismo contra nossa nação não continuará”⁶⁷.

Naquela manhã, em razão das colisões, as torres gêmeas do complexo empresarial do *World Trade Center* vieram a desmoronar. Uma explosão foi registrada no Pentágono – base do Departamento de Defesa estadunidense –, localizado em Washington, D.C., e um quarto

61 RESENDE, Erica. Op. Cit. p. 133.

62 FERREIRA, Ruberval. 11 de setembro: a nomeação pela data e a mistificação dos conceitos de terrorismo e guerra como estratégia de constituição do discurso midiático-oficial. *Antares*, v.4, nº 7, jan./jul. 2012, p. 108.

63 Bin Laden's 'letter to America'. *The Guardian*, november 24, 2002. Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2002/nov/24/theobserver>> Acessado em 02/08/2017. Tradução livre.

64 FERREIRA, Ruberval. Op. Cit p. 109.

65 WOODWARD, Bob. *Bush em Guerra*. São Paulo: Arx, 2003. p. 37.

66 Ibidem. p. 38.

67 Ibidem.

avião foi derrubado⁶⁸ nos arredores da Pensilvânia, supostamente endereçado à Casa Branca. Os ataques realizados naquela manhã deixaram um total de 2.602 mortos no complexo empresarial em Nova York (incluindo bombeiros e agentes de resgates), 125 mortos no Pentágono, além de 265 pessoas mortas nos quatro aviões sequestrados, totalizando quase 3.000 mortes⁶⁹.

Os acontecimentos do onze de setembro não são exatamente o ponto de origem da “guerra ao terror” ou da chamada “Doutrina Bush”. Como veremos adiante, as políticas que entraram em vigor após os eventos daquela manhã já estavam sendo pensadas e questionadas antes, mas os acontecimentos do onze de setembro foram utilizados como justificativa para sua implementação. E isso se deu, sobretudo, pelo choque e significado que as imagens dos ataques adquiriram. Como afirmou Erica Resende, mais do que “as perdas de vidas e os prejuízos financeiros, aquele dia gerou um sentimento generalizado de que o mundo havia mudado. O tempo havia se partido e a data 11 de setembro de 2001 passou a significar algo único: o Onze de Setembro”⁷⁰, tamanho seu impacto.

Para o presidente George Walker Bush, o onze de setembro apresentou-se como uma “oportunidade” para demonstração de força. Nos primeiros meses de governo, segundo Cristina Pecequilo⁷¹, os níveis de popularidade do recém-eleito presidente mostravam uma população descrente e insatisfeita com as medidas tomadas pelo novo gabinete – como a rejeição do Tratado de Quioto, a saída da Conferência da ONU sobre racismo e a rejeição em submeter-se ao Tribunal Penal Internacional⁷², além da construção do sistema de defesa antimísseis. No entanto, este cenário mudou após os ataques.

Em muitos aspectos, os eventos daquela manhã significaram um marco para a história dos Estados Unidos. O evento foi transmitido ao vivo mundialmente, a repercussão tornou a experiência dos eventos visual, virtual, pessoal e global⁷³. No âmbito político, os ataques

68 De acordo com o relatório produzido pelo *The Nine Eleven Commission*, foi por volta das nove horas da manhã que um sequestrador, no voo 93 da United Airline, anunciou a presença de uma bomba na aeronave. Por volta das dez horas da manhã, os passageiros tentaram tomar controle do voo e os sequestradores, trancados na cabine do piloto, derrubaram o avião temendo que os passageiros tivessem sucesso. Acredita-se que este voo, que saía de Nova Jersey, seria usado para atacar a Casa Branca. Em setembro de 2002 o presidente Bush autorizou a criação do Memorial Nacional aos passageiros e tripulação do voo 93 da United Airlines que, nas palavras do presidente, “corajosamente, deram suas vidas, frustrando um ataque planejado contra a Capital da Nação e para outros fins”. NATIONAL COMMISSION ON TERRORIST ATTACK. The 9/11 commission report. New York: Thoman Kean, 2004.

69 RESENDE, Erica. Op. Cit. p. 157.

70 Ibidem. p. 121.

71 PECEQUILO, Cristina. A era George W. Bush (2001/2007): os EUA e o Sistema Internacional. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - o Brasil e o mundo que vem aí. Rio de Janeiro, 2007. p. 7.

72 VISENTINI, Paulo. *O caótico século XXI*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015. p. 80.

73 RESENDE, Erica. Op. Cit. p. 123.

ensejaram o pontapé inicial da implementação da “guerra ao terror”, que, como afirmou Michel Chossudovsky, desde o princípio foi utilizada pelo gabinete do presidente Bush não apenas para justificar bombardeios ao solo afegão, mas também para sustentar a suspensão de direitos constitucionais nos Estados Unidos, na chamada “guerra interna”⁷⁴. Além disso, os eventos daquela manhã caracterizaram uma crise e um trauma para a sociedade estadunidense. Por definição, o termo “crise” caracteriza um momento de ruptura no funcionamento vigente de um sistema, seja em um caráter positivo ou negativo⁷⁵. Uma crise caracteriza-se por uma mudança, e os eventos do onze de setembro proporcionaram uma vasta mudança na sociedade estadunidense, pelo fato de que algumas verdades da ordem social, tomadas como naturais, autoevidentes e de senso comum, como a crença na segurança nacional, entraram em colapso⁷⁶.

As atrocidades dos ataques, segundo Noam Chomsky, não eram novidades em seu caráter destrutivo, mas “a última vez que o território nacional norte-americano esteve sob ataque, ou mesmo sob ameaça, foi quando os britânicos incendiaram Washington em 1814”⁷⁷. Nem mesmo a analogia com os ataques de Pearl Harbor seria adequada, considerando que os japoneses causaram consideráveis danos e baixas em bases militares, e não exatamente em território americano e contra civis.⁷⁸

Segundo o sociólogo francês Jean Baudrillard, a escolha dos alvos em Nova York em si já carregava um forte simbolismo, afinal, a derrubada das torres gêmeas do complexo empresarial do *World Trade Center* significava também a perda de uma referência arquitetônica da cidade⁷⁹. De acordo com o sociólogo, a arquitetura urbana reflete a imagem do sistema político e as torres seriam, portanto, “um ponto final na verticalidade”⁸⁰, símbolos da “‘modernização’ informática, financeira, contábil”⁸¹. Um ataque a este alvo seria igualmente um ataque ao centro do sistema⁸² e a tudo que ele representava. Contrário a esta visão, Chomsky afirmou que a rede terrorista de Bin Laden pouco se preocupava com a globalização ou com a hegemonia cultural ocidental. A preocupação da Al-Qaeda seria lutar a sua guerra santa contra os regimes anti-islâmicos da região do Oriente Médio e seus

74 CHOSSUDOVSKY, Michael. *Guerra e globalização*. São Paulo: Expressão Popular., 2004. p. 13.

75 PASQUINO, Gianfranco. Crise. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1998. p. 305.

76 RESENDE, Erica. Op. Cit. p. 151.

77 CHOMSKY, Noam. A nova Guerra contra o Terror. *Estudos Avançados*. V. 16, n. 44, 2002, p. 9.

78 Ibidem. p. 9.

79 BAUDRILLARD, Jean. *Power inferno*. Porto Alegre: Sulina, 2003. p. 12.

80 Ibidem. p. 12.

81 Ibidem. p. 13.

82 Ibidem. p. 13.

apoiadores⁸³. Portanto, os ataques teriam se tornado um evento global não pela escolha dos alvos – sendo o alvo um símbolo da globalização –, mas, sobretudo, pela massiva cobertura midiática.

Para Chomsky, o sentimento de tragédia é principalmente uma construção, afinal, “só os crimes do inimigo é que contam. São eles os que deploramos e os que nos angustiam. Quanto aos nossos, que podem ser monstruosamente piores, eles simplesmente não entram em nosso campo visual”⁸⁴. Isso porque a construção da tragédia não diz respeito unicamente ao número de vítimas ou ao poder de destruição. Se compararmos o poder destrutivo dos ataques realizados na manhã de onze de setembro de 2001 com outros atos de violência realizados por potências como os Estados Unidos, a Inglaterra ou a França, por toda a história, veríamos a diferença destrutiva⁸⁵.

Logo após o segundo avião colidir com a torre sul, todas as pontes e túneis que davam acesso à ilha de Manhattan foram fechados. O medo se instaurou, e a rápida e massiva cobertura midiática ajudou a perpetuar a insegurança, incitando uma “paranoia”.⁸⁶ De imediato, uma série de mecanismos para evitar um novo ataque começou a ser empregada. Todos os cidadãos passaram a ser revistados eletrônica e manualmente nos aeroportos e qualquer passageiro que entrasse nos Estados Unidos passava por um escâner para investigar seu corpo de baixo para cima⁸⁷.

Também após os ataques, expressões como “amor ao país”, “lealdade” e “patriotismo” inundaram os meios de comunicação e os discursos políticos⁸⁸ e a presidência, como afirmou Pecequilo, ganhou um apoio quase incondicional⁸⁹. Nesse panorama de medo e paranoia, diversas medidas que já estavam sendo tomadas pelo governo Bush passaram a ter melhor aceitação. O presidente declarou guerra ao terrorismo internacional e a nação estadunidense se alinhou a ele. O governo passou então a explorar os ataques de onze de setembro e a ameaça terrorista para a sua própria finalidade⁹⁰, tendo em vista passar uma agenda há muito discutida. Esta “agenda secreta”⁹¹ – nas palavras de Chossudovsky – trazia escondido o inimigo na figura do “eixo do mal” e abria as portas para “revitalizar as defesas do país”,⁹²

83 CHOMSKY, Noam. *11 de setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 20.

84 Idem. *Poder e terrorismo*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 105.

85 Ibidem. p. 206.

86 FERREIRA, Ruberval. Op. Cit. p. 126.

87 PAIERO, Denise. *Mídia e terror: a construção da imagem do terrorismo no jornalismo*. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012. p. 146.

88 CHOSSUDOVSKY, Michel. Op. Cit. p. 30.

89 PECEQUILO, Cristina. Op. Cit. 2007. p. 2.

90 SOROS, George. *A bolha da supremacia americana*. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 24.

91 CHOSSUDOVSKY, Michel. Op. Cit. p. 30.

92 Ibidem. p. 31.

justificando a intervenção militar direta no exterior. Assim, embora os eventos daquela manhã não tenham originado as ideias que caracterizariam a política da “guerra ao terror”, foram um marco importante para sua implementação.

1.1.2 O “Choque de Civilizações” e o pós-Guerra Fria

Horas depois dos ataques, o *Federal Bureau of Investigation* (FBI) já havia identificado os 19 envolvidos nos sequestros dos aviões. Com base nos documentos encontrados na bagagem de Mohamed Atta – considerado um dos principais responsáveis pelo ataque –, os suspeitos foram revelados e verificou-se que todos mantinham relações com a Al-Qaeda⁹³. Assim, o inimigo fora oficialmente apontado de forma rápida. Segundo Bob Woodward, Osama Bin Laden e a Al-Qaeda eram velhos conhecidos do serviço de inteligência americano⁹⁴ pelo fato de que a *Central Intelligence Agency* (CIA) mantinha um monitoramento das ações do saudita desde que a organização fora responsabilizada pelos ataques às embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia, em 1998, e pelo ataque ao navio estadunidense, o SS Cole, no Iêmen, em 2000⁹⁵. A resposta ao “quem?” já estava estabelecida, mas o “por que” ainda precisava ser solucionado. A postura do gabinete presidencial de Bush veio em um pronunciamento, no dia 20 de setembro de 2001, que ficou reputado por ter sido aquele em que o presidente declarou a “guerra ao terror”.

Os americanos têm muitas perguntas hoje à noite. Estão perguntando quem atacou nosso país? As evidências que reunimos apontam para um conjunto de organizações terroristas vagamente afiliadas conhecidas como Al-Qaeda. Eles são os mesmos assassinos indiciados pelo bombardeio das embaixadas americanas na Tanzânia e no Quênia, e responsáveis pelo bombardeio do USS Cole. [...] a Al-Qaeda é para o terror o que a máfia é para o crime. Mas seu objetivo não é ganhar dinheiro; seu objetivo é refazer o mundo e impor as suas crenças radicais sobre as pessoas em todos os lugares. [...] Os terroristas praticam uma forma marginal do extremismo islâmico, que tem sido rejeitada por estudiosos muçulmanos e pela grande maioria dos movimentos clericais muçulmanos, que perverte os ensinamentos pacíficos do Islã. A diretriz dos terroristas ordena matar cristãos e judeus e matar todos os americanos, e não faz distinção entre militares e civis, incluindo mulheres e crianças. [...] Nossa guerra contra o terror começa com a Al-Qaeda, mas não termina aí. Não terminará até que todo grupo terrorista de alcance global tenha sido encontrado,

93 SOROS, George. Op. Cit. p. 159.

94 Woodward, editor do Washington Post e autor de diversos livros acerca da política estadunidense, pareceu ignorar, em seu livro *Bush at war* (Bush em Guerra), o apoio estadunidense aos guerrilheiros no Afeganistão em sua guerra contra a União Soviética nos anos oitenta, apresentando apenas a relação de Bin Laden com os ataques aos alvos estadunidenses. WOODWARD, Bob. Op. Cit. p. 25.

95 Ibidem. p. 26.

parado e derrotado.⁹⁶

Nesta fala, portanto, o presidente apontava o inimigo responsável pelos ataques, dava-lhe nome e objetivos, e uma justificativa. Nota-se o esforço em delinear o que separa a Al-Qaeda e o islamismo radical do Islã, mencionado como pacífico. No entanto, na forma como passaria a ser apresentado, o episódio *parecia* confirmar a teoria do Choque de Civilizações, elaborada pelo cientista político Samuel Huntington anos antes.

Em 1996, Samuel Phillips Huntington publicou o livro *O Choque de Civilizações e a recomposição da ordem mundial* em que trouxe a afirmação de que “alguns ocidentais”⁹⁷ acreditavam que o Ocidente não teria problemas com o Islã, mas apenas com os violentos fundamentalistas islâmicos, mas que mil e quatrocentos anos de história provariam o contrário⁹⁸. Segundo Huntington, desde os combates missionários das cruzadas, até a fricção contemporânea entre a secularização ocidental e o fundamentalismo religioso islâmico, a relação entre o Islã e o mundo cristão teria sido de conflito⁹⁹. A teoria de Huntington compreendia nove grandes civilizações¹⁰⁰, sendo elas a Ocidental, a Africana, a Islâmica, a Sínica, a Hindu, a Ortodoxa, a Latino-Americana, a Budista e a Japonesa¹⁰¹, mas a Islâmica, em destaque, estava em rota de colisão com a ocidental, devido às suas diferenças culturais. Pode-se considerar que a teoria de Huntington de organização mundial foi uma resposta à necessidade estadunidense de se colocar no mundo no pós-guerra fria.

Segundo Joseph Fontana, com o fim da Guerra Fria, deu-se também o fim da guerra de ideias promovida pela dicotomia entre os regimes capitalista e socialista. Somente o chamado “marxismo ocidental”¹⁰², representado por nomes como Eric Hobsbawm, Christopher Hill, Edward. P. Thompson, entre outros, resistira à crise de descrença na alternativa socialista¹⁰³. Nessa interpretação, a queda do muro de Berlim não teria simbolizado apenas o fim da guerra de ideias, mas também se caracterizara como um momento adequado para fundamentar um

96 President Bush's address to a joint session of Congress and the nation. *The Washington Post*, September 20 2001 Disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress_092001.html> Acessado em 02/08/2017. Tradução livre.

97 HUNTINGTON, Samuel. Op. Cit. 1996. p. 263.

98 Ibidem. p. 263.

99 Ibidem. p. 262.

100 Segundo Huntington, uma civilização seria principalmente definida por ser uma entidade cultural, não ligado à nacionalidade ou à raça, uma vez que existiriam diversos povos de mesma raça divididos em diferentes civilizações. A distinção entre civilizações seria com relação a valores, crenças, instituições e estruturas sociais. É nesta perspectiva que Huntington define o Islã como uma civilização, com valores e crenças que diferentes e por vezes contrárias aos ocidentais, contrária à esta. HUNTINGTON. Samuel. Op. Cit. 1996. p. 47.

101 Ibidem. p. 24.

102 FONTANA, Joseph. *História depois do fim da história*. São Paulo: EDUSC. 1998. p. 17.

103 Ibidem. p. 18.

novo consenso que reafirmava que “toda tentativa de subverter a ordem estabelecida era inútil, que toda revolução acabaria convertendo-se num fracasso sangrento”¹⁰⁴, legitimando o capitalismo liberal como “vencedor”. Nos Estados Unidos, a grande base que deu força ao país durante a Guerra Fria – ou seja, o militarismo – permaneceu intacta, embora a ausência da “ameaça vermelha” no horizonte deslegitimasse aqueles dispêndios, que funcionavam como recurso de gestão econômica do Estado naquele período¹⁰⁵. Como afirmou Chomsky, era preciso um novo objetivo ou inimigo para legitimar a indústria da guerra:

A defesa contra a ameaça deve gerar o espírito marcial adequado na população, que deve dar rédea livre a seus governantes, para que eles adotem políticas de motivação diferentes, e tolerar a erosão das liberdades civis, benefício colateral de importância particular para os adeptos reacionários do estatismo que se mascararam de conservadores. Além disso, visto que a finalidade é desviar a atenção do poder e de suas operações – dos órgãos federais, das salas de diretoria das empresas e coisas similares –, a ameaça adequada à época atual tem que ser: um “outro”, muito diferente de “nós” ou, pelo menos, daquilo que somos formados para aspirar a ser.¹⁰⁶

Grandes organizações conservadoras assumiram a campanha de “rearmamento ideológico”¹⁰⁷. Em 1988, o economista Francis Fukuyama foi convidado para expor suas ideias na sede de Chicago da Fundação John M. Olin¹⁰⁸, originando-se desse encontro o artigo intitulado *The End of History?* (O Fim da História?), publicado no verão de 1989 no *The National Interest*¹⁰⁹, e depois ao livro de mesmo nome, de 1992.

Em linhas gerais, a teoria de Fukuyama defendia que o modelo liberal econômico e social seria o “melhor” modelo para os países civilizados – nas palavras do autor –, como um último estágio da história da economia mundial¹¹⁰. Pautando-se em diversos filósofos como

104 Ibidem. p. 19.

105 CHOMSKY, Noam. *Contendo a democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 144.

106 Ibidem. p. 151.

107 FONTANA, Joseph. Op. Cit. p. 17.

108 Fundada em 1953, a *John M. Olin Foundation* (Fundação John M. Olin) era um *think tank* estadunidense reconhecidamente conservador. Segundo seu fundador, o objetivo da fundação era fornecer apoio a projetos que refletissem ou pretendessem fortalecer as instituições econômicas, políticas e culturais dos Estados Unidos e a “herança americana do governo constitucional e de empresas privadas”. Em 1993, James Piereson – diretor executivo da fundação – declarou: “Nós investimos no topo da sociedade, nos *think tanks* de Washington e nas melhores universidades, e a ideia é que isso tenha um impacto muito maior porque eles são lugares influentes”. Tendo parceria com diversas universidades como a Universidade de Nova York e a da Virgínia, Georgetown, Princeton, Stanford, Yale e Harvard, a fundação doava a elas milhões e incentivava programas de ciência política, história conservadora e negócios, além de fornecer diversas bolsas de estudos. Em 1985, a Universidade da Califórnia recusou o investimento da Fundação, alegando que esta aproveitava das necessidades financeiras dos estudantes para doutriná-los com uma ideologia particular. Em 2005, a Fundação encerrou suas atividades e transferiu seus bens para a Faculdade de Engenharia Franklin W. Olin, construída por ela anos antes. PASIC, Amir. *Foundations in security*. New York: Rockefeller Brothers Fund, Inc, 1999; EGEN, Rachel. *Buying a Movement*. Right-Wing Foundations and American Politics. New York: People For the American Way. 1996.

109 Ibidem. p. 20.

110 FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 7.

Hegel, Rousseau, Marx e Kant, Fukuyama argumentava que o liberalismo estava acompanhado da democracia e da igualdade social na busca da humanidade por satisfação¹¹¹. Assim, com a queda do muro de Berlim e a aparente vitória do capitalismo, este “fim” estaria mais próximo. Afinal, argumentou Fukuyama:

Dos diferentes tipos de regimes surgidos no curso da história da humanidade, desde monarquias e aristocracias até as teocracias religiosas e as ditaduras fascistas e comunistas deste século, a única forma de governo que sobreviveu intacta até o fim do século XX foi a democracia liberal.¹¹²

Foi neste contexto que o presidente George W. H. Bush (1989 – 1993) declarou a instauração de uma “Nova Ordem Mundial”¹¹³ que, segundo Paulo Visentini, seria baseada na implementação da democracia liberal pelo mundo, na abertura das economias nacionais e no aumento do fluxo comercial e financeiro¹¹⁴. Como os Estados Unidos haviam se tornado a maior potência mundial, exportar o liberalismo econômico e o capitalismo seria o próximo passo. E, para movimentar a indústria militar tão cara aos Estados Unidos, os novos objetivos em finais dos anos oitenta e início dos noventa seriam o combate ao tráfico de drogas e a exportação da democracia¹¹⁵. Voltavam-se assim para as repúblicas da antiga União Soviética e para o chamado “Terceiro Mundo”¹¹⁶.

No entanto, como sabemos, os conflitos mundiais simplesmente não se encerraram e o liberalismo não só falhou em atingir o patamar esperado por Fukuyama como tampouco em resolver a crise econômica dos anos noventa¹¹⁷. Logo, nas palavras de Fontana, “foi preciso procurar novas teorias e pôr em marcha um novo paradigma conservador mais duradouro”¹¹⁸. O encarregado de fazê-lo foi exatamente o cientista político Samuel Huntington.

A fórmula usada foi a mesma adotada para promover as ideias de Fukuyama, primeiro a publicação de um artigo em uma renomada revista – neste caso, o artigo *The Clash of Civilizations?* (O Choque de Civilizações?) na *Foreign Affairs*, em 1993, e, três anos depois,

111 Ibidem. p. 10.

112 Ibidem. p. 80.

113 BUSH, George Herbert. *Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union*. January 29, 1991. University of Virginia. Miller Center. Presidential speeches. George H. W. Bush presidency. Disponível em <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-29-1991-state-union-address>> Acessado em 02/08/2017.

114 VISENTINI, Paulo. Op. Cit. p. 73.

115 CHOMSKY, Noam. Op. Cit. 2003. p. 146.

116 Ibidem. p. 152.

117 PURDY, Sean. O século americano. In: KARNAL. Leandro, et. al. (org.). *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Editora Contexto, 2016. p. 274.

118 FONTANA, Joseph. Op. Cit. p. 20.

também com apoio da Fundação Olin¹¹⁹, a edição do livro *O Choque de Civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Partindo da refutação da tese de Fukuyama, Huntington apresentou um mundo pós-guerra fria mais “partido” do que antes, em que os conflitos mais importantes do futuro ocorreriam “devido a falhas culturais, separando civilizações”¹²⁰.

Segundo este autor, a natureza e dinâmica dos conflitos internacionais na história podem ser compreendidas de forma periódica. Nesta interpretação, até a Revolução Francesa, os conflitos haviam se dado predominantemente entre príncipes, rei soberanos e imperadores. Em um cenário geopolítico predominantemente monárquico, em que a soberania do Estado encontrava-se em um indivíduo ou em uma família, segundo Huntington, a natureza dos conflitos e dos exércitos encontravam-se ligados diretamente aos interesses dos monarcas, que buscavam expandir seus domínios ou comércio. Com a Revolução Francesa e com o surgimento de um exército nacionalista esta dinâmica teria sido modificada. Assim, de 1789 até a Primeira Guerra Mundial, os atores dos conflitos foram os Estados-nações, movidos por interesses nacionais e providos de um sentimento nacionalista. Mas em 1917, como resultado da Revolução Russa, os conflitos entre Estados-nações teriam sido substituídos por conflitos de ideologias. Em um primeiro momento, entre o “fascismo”, “comunismo” e “democracia liberal” e, em um segundo, apenas pelas duas últimas, que foram personificadas pelas duas superpotências mundiais durante a Guerra Fria¹²¹. Com a queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, as distinções mais importantes entre os povos, que levariam aos conflitos, não eram econômicos, ideológicos ou políticos, mas sim culturais¹²². Como, dentre as nove civilizações do globo, a islâmica era oposta à ocidental, isso levaria necessariamente ao confronto entre elas.

Na argumentação de Huntington, as diferenças culturais entre o Islã e o Ocidente residiam no fato de que a tradição da secularização, neste caso, foi facilitada pela noção da separação entre os reinos de Deus e dos homens, “através da máxima do velho testamento ‘a Deus o que é de Deus e a César o que é de César’”¹²³. O mesmo não teria acontecido no Islã. Além disso, os povos islâmicos estariam “pulverizados”¹²⁴, tanto geográfica quando religiosamente – ou seja, separados em diferentes correntes –, mas conjecturando que, em “um futuro próximo” – considerando que a teoria é do início dos anos noventa –, estes se

119 HUNTINGTON, Samuel. Op. Cit. 1996. p. 10.

120 HUNTINGTON, Samuel. *The Clash of Civilization? Foreign Affairs*, V. 72, n. 3, 1993. p. 23.

121 HUNTINGTON, Samuel. Op. Cit. 1996. p. 60.

122 Ibidem p. 20.

123 BARBER, Benjamin. *Jihad X Mcmundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 250.

124 HUNTINGTON, Samuel. Op. Cit. 1996. p. 221.

juntariam em torno que um “Estado-núcleo”¹²⁵. Conceberia assim que a Turquia poderia “dar uma de África do Sul’ e abandonar o secularismo como estranho ao seu modo de ser, como a África do Sul abandonou o apartheid, e assim se transformar de Estado pária na sua civilização em Estado líder dessa civilização”¹²⁶.

A tese do Choque de Civilizações foi amplamente difundida e discutida. Ainda no ano de 1993, só a *Foreign Affairs* publicou oito artigos sobre o tema, inclusive um texto do próprio Huntington, defendendo sua posição¹²⁷. Após os ataques terroristas de onze de setembro, voltou à tona, como assinalado. Ainda em 2001, a *Public Affairs Reports* – editora do *Council on Foreign Relations* – publicou o livro *How did this Happen? Terrorism and The New War* (Como isso Aconteceu? Terrorismo e a Nova Guerra), concentrando diversos ensaios, entre eles alguns artigos da revista acerca de terrorismo, Oriente Médio, contraterrorismo e inteligência e sobre o onze de setembro. Na introdução da obra, assinada por James F. Hoge jr e Gideon Rose – editor e editor de gestão da revista *Foreign Affairs*, respectivamente – podia-se ler o seguinte:

Embora eles tenham conseguido com sucesso derrubar as torres gêmeas, os terroristas não conseguiram provocar o “Choque de Civilizações” que seus líderes desejam, ou forçariam mudanças drásticas na presença dos Estados Unidos no Oriente Médio. Mas eles mudaram o mundo de outra forma, marcaram a divisão entre o século XX e XXI muito mais nitidamente que qualquer celebração do milênio já fez.¹²⁸

Em outubro de 2001, Edward Said escreveu para a revista *The Nation* um texto com o título de *The Clash of Ignorance* (O Choque de Ignorâncias) em que, em defesa do Islã, apontou o problema de traçar uma linha separando-o do “Ocidente”. Para Said, o ataque aos Estados Unidos fora cuidadosamente planejado e motivado por um pequeno grupo de militantes, sendo usado, posteriormente, como prova da teoria de Huntington, que seguia o mesmo paradigma do “Oeste contra o resto” (*West versus the rest*) da Guerra Fria¹²⁹.

Assim, seguindo a interpretação de Said, a “guerra ao terror” e a “Doutrina Bush” não foram simplesmente respostas aos ataques de onze de setembro ou a um “Choque de Civilizações”. O próprio presidente Bush negara uma relação direta entre a religiosidade

125 Ibidem. p. 222.

126 Ibidem. p. 224.

127 FOREIGN AFFAIRS. *The Clash of Civilizations: The Debate*. New York: The Council on Foreign Relations. 2001.

128 HOJE, James.F; ROSE, Gideon. *How did this happen? Terrorism and the new war*. New York: Public Affairs, 2001. p. xi.

129 SAID, Edward. *The Clash of Ignorance*. *The Nation*, October 2001.

islâmica e o terrorismo¹³⁰. Mas o caos, o medo e a insegurança promovidos nos Estados Unidos pelos ataques proporcionaram à presidência uma oportunidade favorável para a implementação de medidas unilaterais em nome da segurança nacional. Os gastos com o militarismo estariam assim justificados, bem como os avanços no exterior. Os acontecimentos daquela manhã, por outro lado, *pareciam* validar a teoria de Huntington, fortalecendo sua narrativa que, ao mesmo tempo, oferecia uma explicação para o ocorrido¹³¹. E, mesmo sem a concretização da aventada unificação dos povos islâmicos em torno de um “Estado-núcleo”, a teoria do Choque de Civilizações foi retomada para responder aos anseios imediatos aos eventos de onze de setembro¹³². Assim, o “quem?” e o “por que?” pareciam ter sido respondidos.

1.2 Os inimigos

Logo após os ataques, a identidade dos agressores estava pública, assim como suas filiações à rede Al-Qaeda. Em resposta, mais que uma retaliação direta, foi implementada a política da “guerra ao terror”¹³³. No entanto, os inimigos desta guerra precisavam ser melhor estabelecidos.

A seguir, discutiremos como os inimigos dos Estados Unidos na “guerra ao terror” foram definidos e apresentados pelo gabinete presidencial, além de analisarmos as razões e as implicações destas definições.

1.2.1 O terrorismo

Em seu pronunciamento do dia 20 de setembro de 2001, o presidente Bush declarou:

Os inimigos da América não são nossos muitos amigos muçulmanos, não são nossos

130 President Bush's address to a joint session of Congress and the nation. *The Washington Post*, September 20 2001 Disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress_092001.html> Acessado em 02/08/2017.

131 RESENDE, Erica. Op. Cit. p. 133.

132 Ibidem. 135.

133 SOROS, George. Op. Cit. p. 159.

muitos amigos árabes. Nossos inimigos são de uma rede de terroristas radicais e todos governos que os apoiam. [...] Nossa guerra contra o terror começa com a Al-Qaeda, mas não termina aí. [...] Isso não vai acabar até que todo grupo terrorista de alcance global tenha sido encontrado, parado e derrotado.¹³⁴

Assim, o inimigo apresentado foi o terrorismo. Devido à diversificação das ações que passaram a ser denominadas como terrorismo e às diversas apropriações do termo, associam-se a ele mais de 1.600 definições, entre dicionários e legislações¹³⁵. No entanto, em sua origem etimológica, terrorismo refere-se ao terror como política de Estado, sendo considerado um instrumento de emergência, ao qual um governo recorre para manter-se no poder. Os exemplos mais conhecidos de terrorismo de Estado são os promovidos durante a Revolução Francesa¹³⁶ que deu origem ao termo, e os descritos por Hannah Arendt em *Origens do Totalitarismo*¹³⁷.

Em uma perspectiva social, segundo Maria Sousa Galito, o terrorismo poderia ser compreendido como “instrumentos utilizados por grupos militarizados, por guerrilheiros”¹³⁸, que lançam mão do combate militar ou do medo como principal – ou único – modo de operação, reivindicando como objetivo a revolta generalizada contra um alvo odiado por razões difusas, sejam elas políticas, sociais ou religiosas¹³⁹.

Nesta perspectiva de terrorismo como um movimento, David Rapoport, em 2002, considerou quatro ondas. A “Onda Anarquista”¹⁴⁰, de 1880 a 1920, seria a primeira, usada por movimentos anarquistas e movimentos nacionalistas na Europa. A ação mais famosa desta etapa teria sido o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, em 1914, por um nacionalista sérvio pertencente à organização Mão Negra¹⁴¹. A “Onda Anti-colonial”¹⁴² seria a segunda, tendo lugar desde o início dos anos vinte até os anos sessenta do século XX. Nesta, os grupos que lutaram pela independência de antigas colônias, como a Argélia, Chipre e a Irlanda, seriam exemplos¹⁴³. A terceira onda é reconhecida como a da “Nova Esquerda”¹⁴⁴,

134 President Bush's address to a joint session of Congress and the nation. *The Washington Post*, September 20 2001 Disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress_092001.html> Acessado em 02/08/2017. Tradução livre.

135 WOLOSZYN, Andre. *Terrorismo global*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010. p. 53.

136 BONANE, Luigi. Terrorismo político. In: BOBBIO, Norberto; MATTUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. V. 1, p. 1241.

137 ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 611.

138 Ibidem. p. 5.

139 Ibidem. p. 6.

140 RAPOPORT, David. The four waves of rebel terror and September 11th. *Anthoropoetics*, v. 8, Spring/summer 2002. p. 1.

141 WOLOSZYN, Andre. Op. Cit. p. 19.

142 RAPOPORT, David. Op. Cit. p. 2.

143 WOLOSZYN, Andre. Op. Cit. p. 20.

144 RAPOPORT, David. Op. Cit. p. 2.

com seu auge nos anos sessenta, sendo caracterizada pelo crescimento de movimentos e grupos de esquerda no contexto da Guerra Fria. Por fim, a “Onda Religiosa”¹⁴⁵, com início em 1979, seria a quarta e última, marcada pelo ativismo religioso e pelo extremismo.¹⁴⁶ Rapoport reconhece a existência de atos terroristas antes do início do período que denominou como primeira onda, mas argumenta que estes eram específicos de seus tempos e países, não tendo comparativos contemporâneos¹⁴⁷.

A visão em ondas de Rapoport apresenta como o terrorismo é sobretudo uma tática que, como tal, era usada por diferentes grupos e adaptada a diferentes realidades. Assim seria característico da primeira onda o assassinato de figuras políticas, na segunda o padrão foi o ataque a forças policiais ou militares de ocupação, a terceira incluiu os sequestros, seguidos de pedido de resgate, de figuras políticas, sendo a quarta e última caracterizada pelos assassinatos em massa e pelo uso de explosivos¹⁴⁸. Nesta linha, temos a afirmação de Noam Chomsky de que o terrorismo não seria, necessariamente, uma arma dos fracos:

Como qualquer outro meio de violência, o terrorismo é primordialmente, esmagadoramente, uma arma dos fortes. É considerado a arma dos fracos porque os fortes também controlam os sistemas doutrinários, nos quais o seu terror não conta como terror. Isso é algo quase universal.¹⁴⁹

Segundo Chomsky, a principal definição de terrorismo presente nos Estados Unidos está no manual do exército que define o terror como “o uso premeditado da violência ou da ameaça de violência para atingir metas ideológicas políticas ou religiosas mediante intimidação, coerção ou instilação do medo”¹⁵⁰. Assim, ações como as tomadas pelos Estados Unidos contra a Nicarágua durante o governo Reagan, o uso excessivo de força policial, ou mesmo a utilização das bombas nucleares ao final da segunda guerra mundial, seriam caracterizados como terrorismo¹⁵¹. No entanto, não seriam tomadas como tal porque, conclui Chomsky, “só os crimes do inimigo é que contam, quanto aos nossos [dos Estados Unidos], que podem ser monstruosamente piores, eles simplesmente não entram em nosso campo visual”¹⁵².

O terrorismo é, sobretudo, uma prática e por isso exercer uma guerra literal contra ele

145 Ibidem. p. 3.

146 WOLOSZYN, Andre. Op. Cit. p. 21.

147 RAPOPORT, David. Op. Cit. p. 3.

148 Ibidem. p. 5-9.

149 CHOMSKY, Noam. Op. Cit. 2002 p. 13.

150 Ibidem. p. 19.

151 Ibidem. p. 14-15.

152 CHOMSKY, Noam. *Poder e terrorismo*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 105.

torna-se uma política complexa. A própria imagem de grupo terrorista do início do século XXI, na figura da Al-Qaeda, torna-se nebulosa, afinal esta organização, diferente das outras representantes das primeiras três ondas salientadas por Rapoport, era uma rede de recrutamento dispersa e pouco definida¹⁵³. A Al-Qaeda era caracterizada como uma grande rede de informações, financiamento e apoio, com ramificações e contatos externos, contando ainda com uma vasta rede de simpatizantes capaz de promover alistamentos voluntários em diversos países da Europa, e mesmo nos Estados Unidos¹⁵⁴. Portanto não era um inimigo bem definido.

Foi por estas razões que, no início do século XXI, articulou-se uma concepção sobre um “novo terrorismo”, envolvendo diferentes atores, motivações, objetivos e táticas, em comparação com o antigo conceito usado nos meados do século XX¹⁵⁵. Um dos principais expoentes desta visão acerca de um novo terrorismo foi o historiador polonês Walter Laqueur. Para Laqueur, houve uma radical transformação, se não uma revolução, no caráter do terrorismo¹⁵⁶, que passaria a visar não mais demandas políticas claramente definidas, mas sim a destruição e a eliminação de grandes setores da população¹⁵⁷. A propaganda e o alto poder destrutivo também seriam característicos do novo terrorismo¹⁵⁸.

O termo “guerra ao terror” apareceu ainda no dia onze de setembro, como uma chamada dos programas de notícias estadunidenses¹⁵⁹. Somente alguns dias depois – no discurso do dia 20 de setembro – ganharia legitimidade, passando a ser usado como denominação de uma nova política externa¹⁶⁰. Após os ataques, segundo essa nova concepção, pautada na fala do presidente Bush, ocorreria uma divisão em que “cada nação em cada região agora tem uma decisão a fazer: ou você está conosco ou você está com os terroristas”¹⁶¹. Assim, de um lado estariam o “Ocidente”, “a modernidade” e o “mundo civilizado”, e do outro estariam o “Oriente”, os “grupos terroristas de cunho religioso”¹⁶² e os “inimigos da

153 TEIXEIRA, Francisco Carlos. O terrorismo de massas na Nova Ordem Mundial. In: *Encontro de estudos: terrorismo*. Brasília: Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2006. p. 135.

154 Ibidem. p. 137.

155 SPANCER, Alexander. Questioning the concept of ‘new terrorism’. *Peace Conflict & Development*, Issue 8, January 2006. p. 4.

156 LAQUEUR, Walter. *The new terrorism: fanaticism and the arms of mass destruction*. London: Oxford University Press, 1999. p. 4.

157 Ibidem. p. 81.

158 Ibidem. p. 75.

159 TEIXEIRA, Francisco Carlos. Op. Cit. p. 143.

160 Ibidem.

161 President Bush's address to a joint session of Congress and the nation. *The Washington Post*, September 20 2001 Disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress_092001.html> Acessado em 02/08/2017. Tradução livre.

162 FARIAS, Felipe Vagner Silva de. Cultura e civilização como representações: a cobertura feita pela *Veja* do

liberdade”. Embora o presidente tenha traçado a linha separando o extremismo islâmico do Islã, o crescimento de grupos terroristas no Oriente Médio se encaixava na concepção do novo terrorismo e na “Onda Religiosa” de Rapoport, vistos como inimigos pela política da “guerra ao terror”. Isso colocou em foco a relação entre o Islã e o terrorismo, remontando à noção do Choque de Civilizações.

1.2.2 O fundamentalismo islâmico e a Al-Qaeda

O termo fundamentalismo, segundo Karen Armstrong, foi usado pela primeira vez no início do século XX por grupos de cristãos protestantes nos Estados Unidos. Estes grupos se autodenominavam fundamentalistas para se distinguirem dos protestantes compreendidos como liberais que, segundo eles, distorciam a fé cristã¹⁶³. Os fundamentalistas, portanto, eram aqueles que pregavam uma volta aos fundamentos da fé¹⁶⁴. Deste então o termo passou a representar algum movimento religioso reformador. No entanto, como cada religião – ou mesmo grupos dentro destas religiões – constitui dinâmicas próprias, o fundamentalismo não seria um fenômeno homogêneo¹⁶⁵. Assim, o fundamentalismo religioso não era um fenômeno islâmico, especificamente, mas que também se manifestou no islamismo. Termos como “revivalismo islâmico”, “radicalismo islâmico” ou “Islã político” também são usados para definir este movimento, sendo comum na literatura árabe o uso do termo *al-usuliyya alislamiyya* (fundamentalismo muçulmano)¹⁶⁶.

Segundo Benjamin Barber, os fundamentalistas lutam contra o presente em nome de um passado. Lutam com todos os tipos de armas em defesa de uma concepção religiosa de mundo, contra o relativismo e o secularismo. Lutam contra o “outro” visto como agente de corrupção da causa que, por ser sagrada, não pode ser vencida. Desta forma, a luta contra o secularismo não seria um fenômeno islâmico, mas um aspecto de todo tipo de fundamentalismo¹⁶⁷.

As leis islâmicas condenam o terrorismo e limitam o uso da violência. Atos violentos

islamismo e do “mundo árabe” no pós-11 de Setembro. In: INSUELA, Júlia Bianchi Reis et al. (org). *Estudos de imprensa no Brasil*. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2012. p. 311.

163 ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 10.

164 Ibidem.

165 Ibidem. p. 11.

166 DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. Rio de Janeiro: Contexto, 2013. p. 300.

167 BARBER, Benjamin. Op. Cit. 2003. p. 246.

só são aceitos – ou por vezes encorajados – em casos específicos, para a defesa da fé ou da *umma*¹⁶⁸ (comunidade). No entanto, como explica John Esposito, considerando o contexto de instabilidade política em que se deram as revelações e a construção do livro sagrado, não é de se surpreender que o Alcorão, assim como o Velho Testamento, tenha passagens referentes a lutas, ou sobre como conduzir uma guerra¹⁶⁹. Alguns grupos extremistas religiosos, empregando uma visão teológica radical, baseada em interpretações do Alcorão, justificaram a violência e o terrorismo contra a comunidade internacional, reivindicando a autopreservação¹⁷⁰.

Segundo Cass Sunstein, o terrorismo do início do século XXI resultou de um processo de radicalização oriundo de um certo grau de insatisfação¹⁷¹. Este sentimento se tornou um processo mais amplo, em que os indivíduos se percebiam em uma guerra contra aqueles que tramavam contra pessoas como eles¹⁷². Esse processo ilustraria o sucesso da Al-Qaeda ao estabelecer-se como uma rede de recrutamento, agindo com o objetivo de unir muçulmanos pelo mundo e enfatizando uma identidade comum que incluía um “nós” agredidos e um “eles” agressores¹⁷³. Este posicionamento é exemplificado em uma declaração feita por Osama Bin Laden em 1996, contendo uma série de observações, demandas e ameaças aos Estados Unidos. Bin Laden afirmava que as forças estadunidenses presentes no Oriente Médio, para “defender os judeus”,¹⁷⁴ representavam um sacrilégio, acusava e os Estados Unidos de matar de fome milhares de crianças no Iraque¹⁷⁵, exigindo que os Estados Unidos retirassem seu apoio a Israel, deixando as terras islâmicas. Caso contrário, deveriam preparar-se para

168 ESPOSITO, John. *What everyone needs to know about Islam*. New York: Oxford University Press. 2002. p. 127.

169 Ibidem. p. 119.

170 Ibidem. p. 128.

171 SUNSTEIN, Cass. *A era do radicalismo*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p. 105.

172 Ibidem. p. 106.

173 Ibidem. p. 104.

174 Em maio de 1948, os britânicos, que até então administravam a região, se retiraram da Palestina e a comunidade judaica lá presente declarou-se independente, como o novo Estado de Israel. Imediatamente reconhecido pelos Estados Unidos e pela Rússia, o novo Estado enfrentou forças egípcias, jordanianas, sírias, iraquianas e libanesas. Israel resistiu e a opinião geral nos estados árabes foi de derrota e de que os britânicos e os estadunidenses atuaram em seu favor, conseqüentemente, atuaram contra seus interesses. A derrota dos cinco exércitos árabes para Israel proporcionou um marco para os povos islâmicos, a vergonha da derrota – até hoje referenciada como *al-Nakhabh* (o desastre) – e a indiferença ocidental para com os refugiados palestinos teria evidenciado sua impotência. Desde então, qualquer apoio estadunidense a Israel é visto como agressão aos muçulmanos. HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006, p. 460; e ARMSTRONG, Karen. Op. Cit. p. 305.

175 Em agosto de 1990 o governo de Saddam Hussein invadiu o Kuwait. A ação foi imediatamente condenada pela ONU. Em 1991 os Estados Unidos e seus aliados invadiram o país e destruíram seu poder militar. Hussein permaneceu no poder, mas o Iraque foi submetido a um embargo internacional. É em função desse embargo que Osama Bin Laden acusa os Estados Unidos de ter matado milhares de crianças de fome. VISENTINI, Paulo. Op. Cit. p. 114.

enfrentar a “nação islâmica” em terras norte-americanas¹⁷⁶. Assim, Bin Laden declarava guerra aos “infiéis” que ocupavam as terras sagradas do Islã, usando de diversas passagens do Alcorão acerca da *jihad*¹⁷⁷ em um esforço de recrutamento, estabelecendo que o primeiro dever do muçulmano seria crer em Deus, e o segundo promover a expulsão dos “infiéis”¹⁷⁸.

Segundo Armstrong, os fundamentalistas sempre lutaram para preservar os valores que lhes eram mais sagrados, acreditando existirem forças que os ameaçavam¹⁷⁹. Os principais movimentos fundamentalistas islâmicos das últimas décadas tiveram como referência a Irmandade Muçulmana, do Egito, e seu principal ideólogo, Sayyid Qutb. Este, por sua vez, foi fortemente influenciado pelo pensador indiano Abu al-Ala Mawdudi¹⁸⁰. Durante os anos de 1940 e 1950, Mawdudi desenvolveu as ideias do antiocidentalismo, do literalismo, da politização e do universalismo. Segundo a primeira, o Islã não estava ameaçado pelo Ocidente, sendo superior por ser a verdadeira religião. Já no literalismo, por ser verdadeira a sua fé e por ser o Alcorão a palavra do profeta, estes deviam ser levadas à risca, sem margem a interpretações. A politização referia-se à defesa da institucionalização da fé, ou seja, de promover-se um Estado em que o Alcorão fosse a constituição. Quanto à última, referia-se ao entendimento de que as leis islâmicas eram universais, indiferente de etnia, credo ou nacionalidade¹⁸¹.

Como notou Barber, não há uma incompatibilidade entre o Islã e o conceito de democracia, ao contrário, segundo este, se “democracia” for entendido como manifestação do desejo de se construir uma comunidade autônoma, haveria conceitos como *umma* (comunidade), *Shura* (consultas mútuas sobre temas) e *al maslaha* (interesse coletivo), presentes no Alcorão, que poderiam cumprir este papel. Por outro lado, se “democracia” for entendida como “democracia ocidental” e “modernização” como “ocidentalização”, os fundamentalistas e a democracia se distanciariam, afinal “o Islã considera a cultura secular

176 President Bush's address to a joint session of Congress and the nation. *The Washington Post*, September 20 2001 Disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress_092001.html> Acessado em 02/08/2017. Tradução livre.

177 O termo *jihad* não deve ser traduzido sempre como “guerra santa”, conforme é frequentemente feito no Ocidente, mas sim como “luta” ou “esforço”. “Esforço” para construir uma comunidade universal justa e igualitária, conforme mandam as leis divinas, “luta” e “esforço” para viver uma vida de acordo com os ensinamentos do profeta, lutar contra o mal em si mesmo, sendo virtuoso e esforçando-se para fazer uma sociedade justa. Assim, dependendo das circunstâncias, o termo é por vezes compreendido como a luta por justiça contra a opressão. Grupos radicais usam o termo para legitimar suas posições, afirmando lutarem em nome do Islã, tendo uma interpretação da *jihad* como luta em uma aplicação literal. ESPOSITO, John. Op. Cit. p. 117.

178 LAWRENCE, Bruce. *O Corão: uma biografia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p.173.

179 ARMSTRONG, Karen. Op. Cit. p. 18.

180 DEMANI, Peter. p. 320.

181 Ibidem. p. 420.

ocidental corruptora e moralmente incompatível com os seus valores”¹⁸².

Em praticamente todos os países muçulmanos, a democracia nunca foi plenamente adotada ou foi deixada de lado depois de experiências malsucedidas¹⁸³. De acordo com Barber, no Kuwait, mesmo após a investida ocidental para “livrá-los dos opressores iraquianos”, no início dos anos noventa, a democracia era invisível. Países como Paquistão, Sudão e Afeganistão ficaram ainda menos democráticos depois que os fundamentalistas ficaram mais fortes no final dos anos noventa. E países como o Egito – terra natal de Qutb – nunca adotaram a democracia inteiramente¹⁸⁴.

Qutb incorporara várias das ideias de Mawdudi, alinhando-se ao movimento *salafiyya*, idealizado pelo também egípcio Abd al-Wahhab Rida¹⁸⁵. Terminou por concluir que os Estados islâmicos estavam sendo punidos com as derrotas para Israel e com a pobreza, em razão da aproximação com o Ocidente e da secularização, e mesmo da modernização tecnológica¹⁸⁶. Assim, os inimigos não eram apenas os estrangeiros, mas os próprios governos islâmicos, que haviam deturpado a fé muçulmana. Para Qutb, o caminho para a criação de uma sociedade inteiramente islâmica seria a *jihad*, vista por ele como uma luta contra o culto a falsos deuses e pela remoção dos obstáculos que impedissem os homens de aceitar o Islã. A luta serviria assim para criar uma sociedade islâmica universal,¹⁸⁷ sendo esta a base da formulação de um dos mais influentes pensadores do fundamentalismo islâmico.

Em dezembro de 1979, sob a justificativa de evitar a rebelião e a guerra civil, ocorreu a invasão do Afeganistão pelas tropas soviéticas. Foi a primeira vez, desde a segunda guerra

182 BARBER, Benjamin. Op. Cit. 2003. p. 247.

183 Ibidem. p. 249.

184 Segundo Armstrong, depois de sucessivas intervenções inglesas no processo democrático, já nos anos quarenta o sentimento geral no Egito era que a democracia liberal havia sido um fracasso e, somada à derrota militar para o Estado de Israel em 1948, era também de incapacidade. Nos anos cinquenta, Gamal Abdel Nasser tomou o poder no Egito e, com seu nacionalismo militante, aproximou-se da União Soviética, distanciando-se do Ocidente e exaltando um nacionalismo árabe, em lugar do islamismo. Como afirmou Albert Hourani, o modelo nasserista entrou em crise no final dos anos sessenta, quando o exército egípcio foi novamente derrotado pelas forças israelenses, perdendo, em 1967, a província do Sinai. Nasser foi sucedido por Anwar Sadat que, no final dos anos setenta, firmou acordo de paz com Israel, com apoio dos Estados Unidos. ARMSTRONG, Karen. p. 305; HOURANI, Albert. Op. Cit. p. 542; BARBER, Benjamin. Op. Cit. 2003. p. 247. Ibidem. p. 247.

185 Abd al-Wahhab Rida, jornalista egípcio, escreveu diversos livros nos anos vinte em que defendia a neutralização das ameaças estrangeiras – mais especificamente, da ocupação britânica –, promovendo um retorno às fontes da fé. Rida defendia a criação de um novo islamismo, retomando os ideais dos *salaf* (primeira geração de muçulmanos), mas, ao mesmo tempo, promovendo uma mistura com o direito, sociologia, história mundial e ciências ocidentais em geral, a fim de criar um grupo de muçulmanos adaptados aos novos tempos ARMSTRONG, Karen. Op. Cit. p. 266.

186 DAMENI, Peter. p. 423.

187 HOURANI, Albert. Op. Cit. p. 580.

mundial, que um país muçulmano era ocupado por um exército estrangeiro¹⁸⁸. Pouco depois da invasão soviética, Osama Bin Laden atendeu aos pedidos dos *mujahidin* (combatentes afegãos) e, deparando-se com a desorganização das forças combatentes e com sua falta de unidade, dedicou-se ao seu recrutamento.¹⁸⁹ Esse episódio prepararia a posterior projeção de sua organização.

Osama Bin Laden nasceu em 1957, na Arábia Saudita. Filho de Muhamed Bin Laden, gozava de prestígio dentro da comunidade islâmica devido à fama de generoso e de devoto religioso de seu pai. Muhamed tornou-se um dos maiores construtores civis da Arábia Saudita, responsável por obras em Meca e em Medina, duas das cidades sagradas do Islã¹⁹⁰.

Bin Laden tinha dinheiro e conhecimento e não demorou a construir uma rede mundial de recrutamento de muçulmanos com competências específicas, como médicos e engenheiros, entre outros, para servir no Afeganistão¹⁹¹. Ao final dos anos oitenta, havia estabelecido uma rede com centros de recrutamento em mais de cinquenta países, incluindo os Estados Unidos, o Egito e alguns países da Europa ocidental. Com sua influência, conseguiu o apoio de governos árabes e usou dos negócios da empresa de seu pai para favorecer a causa *mujahidin* no Afeganistão.¹⁹² Os combatentes afegãos e Bin Laden contaram ainda com o apoio direto da CIA¹⁹³, tendo a influência estadunidense levado o governo egípcio de Anwar Sadat a doar armas às tropas *mujahidins*.¹⁹⁴

Após a saída dos soviéticos do Afeganistão, o discurso de Bin Laden se transformou e seu grupo tornou-se uma rede de luta contra todos aqueles que eram reconhecidos como “invasores” no mundo muçulmano¹⁹⁵, fossem ou não estrangeiros, desde que, em sua percepção, tivessem deturpado a sua fé.

Como assinalado, o fundamentalismo é um fenômeno que se manifesta em várias religiões¹⁹⁶. No Islã, a leitura religiosa da política foi retomada por grupos que professavam a volta aos fundamentos de sua fé. Assim, a *jihad*, ou guerra santa, contra o Ocidente tornou-se elemento de um Islã político¹⁹⁷, não sendo simplesmente um resultado da religiosidade islâmica ou do “Choque de Civilizações”. Por outro lado, grandes movimentos islâmicos e

188 BODANSKY, Yossef. *Bin Laden: o homem que declarou guerra à América*. São Paulo: Ediouro, 2001. p. 48.

189 Ibidem. p. 51.

190 RATO, Vasco. *Compreendendo o 11 de setembro*, dez anos depois. São Paulo: Babel, 2011. p. 41.

191 BODANSKY, Yossef. Op. Cit. p. 52.

192 Ibidem. p. 53.

193 RESENDE, Erica. Op. Cit. p. 159.

194 Ibidem. p. 54.

195 Ibidem. 160.

196 ARMSTRONG, Karen. Op. Cit. p. 9.

197 DEMANI, Peter. Op. Cit. p. 300.

partidos políticos reivindicaram elementos religiosos e nacionais, como o *Movimento de Resistência Islâmica* (Hamas), fundado em 1987 como um movimento de libertação nacionalista contra a ocupação israelense na Palestina, o *Partido de Deus* (Hezbollah), criado em 1982 como um movimento político, religioso e militar para expulsar o exército israelense do sul do Líbano, ou mesmo o *A Base* (Al-Qaeda), de 1982, que teve por objetivo inicial reunir combatentes muçulmanos durante a guerra do Afeganistão, iniciada em 1979.¹⁹⁸

Em suma, o terrorismo oriundo de movimentos fundamentalistas islâmicos, em geral, buscava uma reafirmação na política, acreditando que este seria o caminho para prosperidade. Neles, a presença de “infiéis” e a influência de outras culturas nas comunidades muçulmanas seriam vistas como negativas e como algo a ser combatido.

No discurso em que anunciou a política da “guerra ao terror”, o presidente Bush separou o fundamentalismo islâmico da fé islâmica. O inimigo dessa política deveria ser definido para além do Choque de Civilizações.

1.2.3 O “Eixo do mal”

No discurso do dia 20 de setembro de 2001, o presidente Bush declarou que os inimigos da “guerra ao terror” seriam os grupos terroristas e os Estados que os apoiavam¹⁹⁹. Logo em seguida, no mês de outubro, um massivo bombardeio foi iniciado pelas forças estadunidenses no Afeganistão, em ação conjunta com o Reino Unido e a Aliança do Norte. A denominada “Operação Liberdade Duradoura” tinha por finalidade derrubar o governo Talibã, acusado de patrocinar a Al-Qaeda²⁰⁰. Segundo Chomsky, esta foi a primeira ação da nova doutrina de segurança que estava começando a ser posta em prática. O passo seguinte seria o Iraque.

O tambor de guerra [do Iraque] começou a soar em setembro de 2002, e a campanha de propaganda governamental na mídia foi espetacularmente bem-sucedida. A mídia transmitiu a propaganda do governo sobre a ameaça à segurança dos EUA oferecida pelo Iraque, sua participação no 11 de setembro e nos demais atos de terrorismo etc., às vezes enfeitando-a por sua própria conta. A maioria da população rapidamente se

198 WOLOSZYN, André. Op. Cit. p. 49-50.

199 President Bush's address to a joint session of Congress and the nation. *The Washington Post*, September 20

2001 Disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress_092001.html> Acessado em 02/08/2017.

200 VISENTINI, Paulo. Op. Cit. p. 116.

convenceu de que o Iraque era uma ameaça iminente para a segurança dos EUA²⁰¹

Em 29 de janeiro de 2002 os Estados tidos como financiadores dos grupos terroristas foram formalmente listados – eram eles o Iraque, o Irã e a Coreia do Norte – e apresentados como pertencentes a um “eixo do mal”²⁰². Por outro lado, não sendo as relações entre esses países e a Al-Qaeda muito evidentes, era preciso uma nova formulação para justificar aquela afirmação²⁰³. Segundo o presidente Bush:

O Iraque continua a demonstrar hostilidade frente à América dando suporte ao terror. O regime iraquiano tentou desenvolver o antraz, gás nervoso, e armas nucleares por mais de uma década. Este é um regime que já usou gases venenosos para matar milhares dos seus próprios cidadãos. Este é um regime que concordou com as inspeções internacionais e, em seguida, expulsou os inspetores. Este é um regime que tem algo a esconder do mundo civilizado [...] O nosso segundo objetivo é prevenir os regimes que patrocinam o terror de ameaçarem a América e os nossos amigos e aliados com armas de destruição em massa. Alguns desses regimes têm estado quietos desde onze de setembro, mas nós conhecemos a sua verdadeira natureza. A Coreia do Norte é um regime armado com mísseis e armas de destruição em massa, enquanto deixa seus cidadãos passando fome.²⁰⁴

De acordo com o presidente, por promoverem a construção de armas de destruição em massa e apoiarem grupos terroristas, tais países representavam um perigo não só para os Estados Unidos, mas para a paz mundial.

Estados como estes e seus aliados terroristas constituem um eixo do mal, armando para ameaçar a paz do mundo. Procurando armas de destruição em massa, esses regimes representam um perigo grave e crescente. Eles poderiam fornecer esses arsenais aos terroristas, dando-lhes os meios para combinar com seu ódio. Eles poderiam atacar nossos aliados ou tentar chantagear os Estados Unidos. Em qualquer destes casos, o preço da indiferença seria catastrófico.²⁰⁵

É nesta premissa que o princípio da “guerra preventiva” é instaurado. Esta abordagem é movida pelo medo e pela incerteza, em substituição à lógica da autodefesa, havendo uma preocupação de que um possível ataque fosse devastador. Assim, em lugar de “fomos atacados!”, há um “alguém pode estar se preparando para nos atacar!”²⁰⁶

201 CHOMSKY, Noam. Verdades e mitos sobre a invasão do Iraque. *Socialist Register*, 2004, p. 169.

202 BUSH, George. *Address to the Nation speech*. January, 29, 2002. University of Virginia. Miller Center. Presidential speeches. George H. W. Bush presidency. Disponível em <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-29-2002-state-union-address>> Acessado em 02/08/2017.

203 TEIXEIRA, Francisco Carlos. Op. Cit. p. 149.

204 BUSH, George. *Address to the Nation speech*. January, 29, 2002. University of Virginia. Miller Center. Presidential speeches. George H. W. Bush presidency. Disponível em <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-29-2002-state-union-address>> Acessado em 02/08/2017.

205 Ibidem.

206 BARBER, Benjamin. *O império do medo*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 112.

Na apresentação de *The National Security Strategy* (documento de Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos) de 2002, o presidente Bush afirmava que defender a nação era a prioridade do governo federal. Mas, diferente dos inimigos do passado, que necessitavam de um exército volumoso e de capacidade industrial para exercer alguma ameaça aos Estados Unidos, os novos inimigos se encontravam em redes de indivíduos que poderiam trazer destruição e caos por menos que o custo de um tanque de guerra²⁰⁷. O documento assinalava que a prioridade das forças armadas era reafirmar a segurança nacional, sendo necessário, para isso, assegurar quem eram os aliados e os amigos, dissuadir futuras competições militares e ameaças contra os interesses estadunidenses e derrotar qualquer adversário, caso a dissuasão viesse a falhar²⁰⁸. Ademais, declarava-se que, para assegurar a defesa nacional, os Estados Unidos não hesitariam em agir sozinhos²⁰⁹. Ou seja, a estratégia adotada previa um cenário de guerra sem fim, pautada na intimidação – ou “dissuasão”, como enunciado no documento oficial – e na invasão militar.²¹⁰ Protegidos pela lógica de que a “espera pela prova indubitável e final [de que o Iraque portava armas de destruição em massa e se caracterizava como ameaça], poderia vir como uma nuvem em forma de cogumelo”²¹¹, os Estados Unidos encontravam uma justificativa para sua disposição beligerante.

Elaborava-se, portanto, uma retórica do mocinho/bandido contrapondo diretamente os Estados Unidos a seus inimigos²¹². Como afirma Chomsky, não apenas criou-se um novo grande inimigo envolto em maldade, como também se atribuiu uma “nobreza” ímpar a quem o combatesse. Logo, os atos em resposta aos inimigos – por mais agressivos ou terríveis que fossem – seriam sempre apresentados como nobres e legítimos atos de defesa²¹³. Em sua análise dos discursos da guerra do terror, Erica Resende apresentou um mapeamento da relação entre seus sujeitos e objetos, além da objetificação de alguns sujeitos. Assim, a palavra “Civilização” e a expressão “Mundo civilizado” relacionavam-se a “Aliados da América”, “Valores Comuns ou Cooperativos”; “Mulheres” e “Crianças Muçulmanas” ou “Pessoas sob Regimes Radicais” aparecem relacionados a “Oprimidos”, “Em servidão”, “Em sofrimento”,

207 O Relatório da Estratégia de Segurança Nacional é um documento, elaborado pela administração presidencial vigente, que busca esclarecer as ações e planos do governo para com assuntos de segurança nacional. Em setembro de 2002, o relatório da administração Bush foi publicado e trouxe as políticas que caracterizariam a “guerra ao terror”. BUSH, George Walker. Overview of America’s International Strategy. In: THE WHITE HOUSE. *The National Security Strategy of the United States of America*. Washington. September, 2002.

208 Ibidem. p. 29.

209 Ibidem. p. 6.

210 Ibidem. p. 55.

211 BARBER, Benjamin. Op. Cit. 2005. p. 107.

212 LEITE, Lucas Amaral. George W. Bush e a construção do inimigo na guerra ao terror. *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, , 2o sem. 2009, p. 44.

213 CHOMSKY, Noam. *Estados fracassados*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009. p. 121.

“Procuram por liberdade” ou “Sem Liberdade”; “Muçulmanos” aparece ligada a “Bons e Maus” ou a “Alguns São Americanos”; “terror” aparece relacionado a “Inimigos da Liberdade”, “Radicais”, “Maus”, “Odeiam a América”, “Bárbaros”, “Assassinos” ou “Profanam o Islã”; e “Liberdade” aparece ligada a “Modo de Vida Americano”, “Grande Conquista”, “Não Negociável”, “Direito de Nascimento”, “Em Risco” ou “Em Guerra Com o Medo”²¹⁴. Reafirmava-se nesses discursos uma dicotomia entre democracia e liberdade e entre terrorismo e tirania que ressaltava o sofrimento do povo iraquiano no governo de Saddam Hussein, sendo a única forma de eliminá-lo a disseminação dos valores e das instituições democráticas representadas pelos Estados Unidos²¹⁵. No entanto, como afirmou Benjamin Barber:

Saddam não se tornou de repente nosso inimigo mortal devido ao petróleo; nem por causa de Israel; nem porque o presidente queria vingar-se em nome do pai; nem ainda pelo fato de o Partido Republicano querer desviar a atenção, na eleição de 2002, da precária situação da economia nacional. Na verdade, a abordagem do governo americano em relação a Saddam Hussein (que adquiriu poder e suposto controle sobre “armas de destruição em massa” graças às administrações americanas anteriores) já existia antes do 11 de setembro e se baseava na noção profundamente arraigada de que o mundo com que se defrontam os Estados Unidos não é um lugar seguro para os americanos.²¹⁶

Ou seja, foi sob a retórica da defesa nacional e da paz mundial que o governo Bush desafiou as resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) e afirmou – como previsto em *The National Security Strategy* de setembro de 2002 – que os Estados Unidos não hesitariam em agir sozinhos, se julgassem necessário²¹⁷. No entanto, essa política unilateral não dizia respeito apenas à preocupação com os povos sob regimes terroristas ou com a ameaça à paz mundial. Em outubro de 2002 o *Pew Research Center* fez uma pesquisa questionando ao público estadunidense quais seriam as razões para apoiar uma invasão ao Iraque (que viria a ocorrer em março do ano seguinte). Entre as respostas mais frequentes estavam: “impedir futuros atos terroristas” (17%), “se livrar de Saddam Hussein” (14%) e “relação do Iraque com a Al-Qaeda” (13%). Por outro lado, “assegurar a liberdade” e “proteger o povo iraquiano” apareciam com 2% e 8%, respectivamente.²¹⁸ Ou seja, sob a retórica da proteção do povo iraquiano e da proteção nacional – antes que fosse tarde demais

214 RESENDE, Erica. Op. Cit. p. 192-193.

215 LEITE, Lucas. Op. Cit. p. 46.

216 BARBER, Benjamin. Op. Cit. 2005. p. 54.

217 CHOMSKY, Noam. Op. Cit. 2004. p. 170.

218 PEW RESEARCH CENTER. *What are the most important reasons why you support going to war in Iraq?*. Pew Research Poll Database. October 2002. Disponível em https://ropercenter.cornell.edu/psearch/question_view.cfm?qid=475843&pid=50&ccid=50#top Acessado em 02/08/2017.

–, houve um movimento de reafirmação do poder estadunidense no mundo por meios militares, fosse empregando força direta ou indireta – através do medo. Foi o que Benjamin Barber chamou de *Pax Americana*.²¹⁹ Mas suas origens, como veremos adiante, são anteriores aos ataques de onze de setembro.

1.3 Ao ataque

Depois dos ataques de onze de setembro, o aparato militar dos Estados Unidos se voltou diretamente para o Oriente Médio²²⁰. Logo no mês seguinte, as bombas começaram a cair no Afeganistão e em seguida voltaram-se para o Iraque. Mais do que simples retaliação, os avanços militares seguiam a lógica de uma agenda já conhecida pelo gabinete presidencial, e proferida nos meios de comunicação desde o final dos anos oitenta²²¹. A seguir apresentaremos como a máquina militar estadunidense recarregou sua munição ideológica neoconservadora e foi ao ataque no Iraque.

1.3.1 O neoconservadorismo

O pensamento neoconservador²²² estadunidense apoia a guerra preventiva e o uso

219 BARBER, Benjamin. Op. Cit. 2005. p. 51.

220 CHOMSKY, Noam. Op. Cit. 2002. p. 8.

221 BARBER, Benjamin. Op. Cit. 2004. p. 62.

222 A tradição conservadora apresenta uma gama de interpretações variadas, afinal, não se trata de um sistema de ideias fechado, assim, não se difere de outras tradições políticas no que se refere a sua construção, sofrendo sempre alterações em sua definição de acordo com local ou tradição política. Há, no entanto, um certo consenso de que a gênese do pensamento conservador se deu com o *Reflexões sobre a Revolução na França*, de Edmund Burke de 1790. Burke, fazendo um comparativo entre a Revolução Gloriosa e a Revolução Francesa, defendeu que uma revolução não deveria promover uma transformação radical de uma sociedade. Assim, os revolucionários franceses seriam agitadores desrespeitosos com as tradições que deveriam ser conservadas, conforme feito na Inglaterra. Para este trabalho, considerando também a tradição norte-americana, compreendemos o termo através das análises de Eric Hobsbawm e Terence Rangel, que compreendem a tradição conservadora como conferindo primazia à continuidade da tradição, como pontos de inércia que resistem às mudanças sociais. Assim, estas forças acrescentam uma ideia de reconfiguração – por vezes forjando tradições –, visando introduzir certos valores e normas comportamentais através do resgate de elementos do passado. HOBBSAWM, Eric; RANGEL, Terence (orgs). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997; SOUZA, Jemerson Murillo Anunciação. Edmund Burke e a gênese do conservadorismo. *Serv. Soc.*, São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago. 2016; TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. Conservadorismo: perspectivas conceituais. *Revista Estudos Políticos*. Rio de Janeiro, V. 6, n. 1, pp. 86-107, dezembro 2015.

ilimitado da força militar para manutenção do poder do país e a construção de seu império. Tem como objetivo espalhar os valores estadunidenses pelo restante do mundo, usando, além da força militar, a promoção da democracia como instrumento de modernização.²²³ A agenda neoconservadora pode ser condensada no já mencionado *National Security Strategy*, de 2002, que lançou oficialmente a “Doutrina Bush”²²⁴. Embora a ideologia neoconservadora possa ser considerada como um reflexo das políticas sociais dos anos trinta e quarenta, a sua consolidação como movimento político remonta ao final da década de cinquenta.

Com a crise de 1929, mais de 15 milhões de americanos – cerca de 25 % da população – foram jogados ao desemprego²²⁵. Nos anos trinta, além do descrédito do modelo econômico liberal, aumentou a adesão em massa a movimentos populares. Nesse contexto os republicanos foram derrotados nas eleições, alcançando a presidência o democrata Franklin Delano Roosevelt (1933 – 1945)²²⁶, com o projeto de reconstruir a economia do país. A proposta alterava significativamente o modo como o poder público se relacionava com a economia, sendo por essa característica que o democrata se elegeu²²⁷.

Com o *New Deal* – projeto do partido democrata – o governo abriu linhas de créditos direcionadas tanto aos produtores industriais e agrícolas quanto aos banqueiros e o dólar foi desvalorizado em até 41%, para estimular a venda de produtos no exterior. Em 1935 aprovou-se o *Social Security Act*, que instaurava a previdência social e garantia seguro-desemprego e auxílio financeiro a portadores de necessidades especiais, entre outras medidas²²⁸. Portanto, o *New Deal* foi uma política que, rompendo com o modelo de livre mercado, se aproximou de um programa de reformas tendo por objetivo salvar ou encontrar novas saídas para o desenvolvimento da economia estadunidense, então em crise²²⁹.

Segundo Tatiana Poggi, a proposta reformadora dos democratas repercutiu negativamente entre os conservadores, principalmente entre os republicanos²³⁰. Ainda em 1934 foi fundada a *American Liberty League*, uma iniciativa de industriais voltados para o mercado interno, reunindo conservadores tanto republicanos quanto democratas, que fazia uma oposição direta às medidas reformadoras do programa democrata²³¹. Foi então, portanto,

223 TEIXEIRA, Tatiana. *Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA*. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 170.

224 Ibidem. p. 171.

225 PURDY, Sean. Op. Cit. p. 205

226 FIGUEIREDO, Tatiana Silva Poggi de. *Neofascismo em cena: o avanço conservador norte-americano e o caso da National Alliance*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008. p. 30.

227 Ibidem. p. 32.

228 Ibidem. p. 34.

229 Ibidem. p. 40.

230 Ibidem. p. 35.

231 Ibidem. p. 36.

que os opositores do *New Deal* começaram a se organizar alinhados ao pensamento conservador.

As décadas de 30 e 40 foram marcadas pelo crescimento de um sentimento de indecisão quanto ao destino do partido republicano²³². Na convenção do Estado de Nova York de 1934, a plataforma apresentou, sobretudo no tocante à velha guarda (*Old Guard*), um misto de descontentamento com as medidas do Partido Democrata com um tom nostálgico. Como afirmou Poggi, notava-se uma ânsia por voltar aos tempos áureos do livre mercado. Por outro lado, tinha início um movimento por renovação do próprio partido. Confrontando a hegemonia da velha guarda²³³, um novo conservadorismo começou a tomar forma.

A Segunda Guerra Mundial havia restabelecido a economia estadunidense, mas foi no seu término que o pensamento dos novos conservadores (neoconservadores, ou *neocons*) veio a se consolidar. Com visões em defesa da soberania nacional e de alçar os Estados Unidos à posição de potência mundial, o contexto da Guerra Fria aqueceu as turbinas conservadoras²³⁴. Em 1980 o ator Ronald Reagan (1981 – 1989) foi eleito presidente pelo Partido Republicano. Reagan chegou à Casa Branca com a proposta de reduzir os impostos, repensar a herança do *New Deal* e mudar fundamentalmente o *status* do poder estadunidense na Guerra Fria²³⁵. Suas metas eram quatro: cortar impostos, fazer cortes em programas sociais, diminuir a interferência do Estado na Economia e mudar os rumos dos Estados Unidos na política externa²³⁶.

Conforme afirmou Tatiana Teixeira, durante o governo Reagan muitos neoconservadores foram alçados a cargos importantes, fornecendo munição intelectual para uma renovação da Guerra Fria²³⁷. Vale ressaltar que o ideário neoconservador partia da tese de que, para reafirmar a soberania estadunidense internacionalmente, era preciso adotar uma postura ofensiva. Houve então um impulso ao internacionalismo, priorizando um unilateralismo²³⁸. A supremacia estadunidense era a primeira pauta e os neoconservadores atuavam quase em “um movimento messiânico”²³⁹, apresentando-se como portadores da missão de salvar a humanidade da ameaça do mal – neste contexto encarnado no comunismo

232 Ibidem. p. 53.

233 Ibidem. p. 54.

234 Ibidem. p. 41.

235 FINGUERUT, Ariel. *A influência do pensamento neoconservador na política externa de George W. Bush*. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2008. p. 60.

236 Ibidem. p. 62.

237 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p. 178.

238 FINGUERUT, Ariel. p. 38.

239 Ibidem. p. 39.

–, através da introdução dos valores do país²⁴⁰. No contexto da Guerra Fria, essa retórica ganhou fôlego.

Não foi apenas com a eleição de Reagan à presidência que o pensamento neoconservador ganhou os holofotes. O neoconservadorismo ampliou seu espaço na mídia nos anos oitenta, não só por ter bons representantes no governo ou pelo cenário internacional favorável, mas também pelo bom trabalho de seus *think tanks*.²⁴¹

Foi justamente através destas organizações que as ideias neoconservadoras circularam no período que se seguiu. Com o fim da Guerra Fria e com o avanço da globalização, os neoconservadores se distanciaram do cenário político, mas consolidaram seus ideais através de campanhas, eventos, publicação de livros e periódicos, concessão de bolsas de estudos, trabalhos em universidades e outras frentes de promoção²⁴², através de centros de pesquisa. Os neoconservadores voltariam a influenciar diretamente a política no governo de George Walker Bush, nos anos 2000.

Em 1997 foi fundado o *Project for a New American Century* (Projeto para Um Novo Século Americano ou PNAC), um *think tank* com o objetivo de promover os Estados Unidos como potência mundial. Pode-se ler em sua declaração de princípios as seguintes conclusões:

- Precisamos aumentar significativamente nossos gastos de defesa para cumprir nossas responsabilidades globais do presente e modernizar nossas armas para o futuro.
- Precisamos fortalecer nossos laços com aliados democráticos e desafiar os regimes hostis a nossos interesses.
- Precisamos promover no exterior a nossa causa da liberdade política e econômica.
- Precisamos aceitar a responsabilidade do papel insubstituível que cabe à América no sentido de preservar e ampliar uma ordem internacional favorável a nossa segurança, nossa prosperidade e nossos princípios.²⁴³

Entre os signatários deste documento estavam Dick Cheney, Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz e Zalmay Khalilzad, nomes que viriam a ser, poucos anos depois, respectivamente, vice-presidente, secretário de defesa, subsecretário de defesa e emissário do Pentágono ao

240 SORTO, Fredy. A doutrina Bush das guerras preventivas e o sistema das Nações Unidas. *Verba Juris*, V. 4, n. 4, jan./dez. 2005, p. 139.

241 Os *think tanks* serão objeto do primeiro tópico do capítulo seguinte, portanto não serão tratados em maior profundidade aqui. Por ora, basta afirmar que *think tanks* são organizações intelectuais que funcionam como centros de pesquisas, produção e articulação de conhecimento. Este tipo de organização ganhou tamanha importância a partir dos anos setenta, nos Estados Unidos, que praticamente passaram a representar um segmento político. TEIXEIRA, Tatiana. Op. cit. 2007. p. 105.

242 Ibidem. p. 166.

243 PROJECT FOR A NEW AMERICAN CENTURY. *Statement of Principals*. June 1997. Disponível em <<https://web.archive.org/web/20050203004656/http://www.newamericancentury.org/statementofprinciples.htm>> Acessado em 02/08/2017.

Afeganistão²⁴⁴ do governo de George Walker Bush.

Em janeiro de 1998, a organização enviou ao presidente Bill Clinton (1993 – 2001) uma carta aberta, defendendo uma nova abordagem para as relações com o Iraque²⁴⁵. Acreditava-se que, nas condições existentes, não era possível garantir que Saddam Hussein não estivesse produzindo armas químicas ou de destruição em massa, o que poderia trazer problemas ao Oriente Médio e aos próprios Estados Unidos. Portanto, seria preciso assegurar que as nações aliadas, como Israel e alguns “estados islâmicos moderados”²⁴⁶, estariam em segurança. Assim, a melhor alternativa seria a retirada de Saddam Hussein do poder²⁴⁷. Ainda segundo a carta, a “segurança do mundo no início do século XXI” seria determinada pela forma como os Estados Unidos lidariam com esta situação. Enfim, na visão do PNAC, uma intervenção militar estadunidense no Iraque seria imprescindível para assegurar o “novo século americano”²⁴⁸.

Entre os signatários desta carta estavam novamente Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz e Zalmay Khalilzad, entre outros que, em 2003, coordenariam a invasão estadunidense ao Iraque. Estas pessoas tinham, portanto, claramente, uma ideia do rumo que os Estados Unidos tinham que tomar.

Em setembro de 2000 o PNAC publicou o relatório *Rebuilding American's Defense* (Reconstruindo a Defesa Americana), um relatório que defendia um aumento nos gastos militares para assegurar a supremacia estadunidense. Alegando que os Estados Unidos não enfrentavam um inimigo em escala global, sua estratégia de defesa deveria ter como objetivo manter esta posição, vista como vantajosa. Por outro lado, pondera o documento, Estados potencialmente insatisfeitos com a situação poderiam tentar mudá-la. Assim, para assegurar a “relativa paz, prosperidade e liberdade do mundo”²⁴⁹ era necessário reafirmar o poder estadunidense como potência militar mundial.²⁵⁰ Para isso seria preciso manter a superioridade nuclear do país, modernizar as forças armadas, cancelar programas como a construção de porta-aviões – que consumiam vastos recursos – e desenvolver e implementar

244 SOROS, George. Op. Cit. p. 23.

245 PROJECT FOR A NEW AMERICAN CENTURY. *Letters sent to President Bill Clinton on Iraq*. January 26, 1996. Disponível em:
<<https://web.archive.org/web/20050204091959/http://www.newamericancentury.org:80/iraqclintonletter.htm>> . Acessado em 02/08/2017.

246 Ibidem.

247 Ibidem.

248 Ibidem.

249 PROJECT FOR A NEW AMERICAN CENTURY. *Rebuilding American's Defense*. Washington: PNAC Publications and reports. September 2000. p. i. Disponível em
<<https://web.archive.org/web/20050205035012/http://www.newamericancentury.org:80/publicationsreports.htm>> Acessado em 02/08/2017

250 Ibidem. p. iii.

defesas globais antimísseis²⁵¹. Entre os signatários deste relatório, além de Paul Wolfowitz, estavam William Kristol, Robert Kagan, John Bolton e outros que pertenceram à administração Bush ou serviram-na no campo de consultoria²⁵².

Assim, pode-se perceber que a “guerra ao terror” foi o produto de uma doutrina de segurança nacional apresentada formalmente logo após os ataques de onze de setembro, que tinha, no entanto, raízes profundas²⁵³.

1.3.2 A “Doutrina Bush”

Segundo a professora Cristina Pecequilo, a “Doutrina Bush” teve seus componentes apresentados ainda na campanha eleitoral de 2000, disfarçada de um “internacionalismo diferenciado”²⁵⁴, priorizava o militarismo e o reposicionamento global da hegemonia do país no lugar do engajamento e da expansão promovidos pelos governos anteriores²⁵⁵.

A estratégia do plano de engajamento e expansão tinha como base a ideia de que a existência de países com uma classe média desenvolvida, orientada pelo consumo e com o mercado aberto para produtos estadunidenses, fomentaria o seu comércio internacional²⁵⁶. Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos internacionalizaram sua língua, moda e cultura através do cinema de Hollywood de outras iniciativas, exportando seus valores políticos e econômicos como parte da política de contenção ao comunismo. O país colocava-se, mundialmente, como defensor da “liberdade” contra a “tirania comunista”²⁵⁷. Com o fim da União Soviética e a aparente vitória capitalista, os Estados Unidos foram alçados ao posto de única potência mundial, afinal, exerciam forte influência econômica e política, além da supremacia militar em boa parte do globo. Como afirmou Walter Mead:

Acreditava-se que os Estados párias poderiam até nos atormentar de vez em quando, mas sérias ameaças de segurança não mais surgiriam e nossos aliados estavam do

251 Ibidem. p. iv – v.

252 BARBER, Benjamin. Op. Cit. 2005. p. 100.

253 Ibidem. p. 99.

254 PECEQUILO, Cristina. Doutrina Bush. In: KOCHER, Bernardo (org). *Globalização*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011. p. 97.

255 Ibidem. p. 98.

256 CEZAR, Rodrigo Fagundes. A política econômica internacional do governo de Bill Clinton (1993-2000). *Anais do IV Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas”*. São Paulo. Novembro de 2013 p. 8.

257 MEAD, Walter Russell. *Poder, terror, paz e guerra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. p. 12.

nosso lado. Como não poderiam estar? Os Estados Unidos eram a maior potência militar do mundo e o porta-estandarte das ideologias democráticas e capitalistas triunfara e arrasara completamente os rivais comunistas. [...] Se seguissemos certo, os resultados seriam satisfatórios e nossos objetivos prevaleceriam. Portanto, o sistema internacional não era apenas unipolar; era monotelista.²⁵⁸

No entanto, como argumentou Eric Hobsbawm, “com frequência, armas criam impérios, mas é preciso mais do que armas para mantê-los”²⁵⁹. A supremacia militar por si não seria o suficiente para exercer uma hegemonia como a exercida pelos Estados Unidos. Seu sucesso se deu principalmente pela aceitação de que o regime que propunham era superior ao comunista. Com a vitória, sua influência ideológica ficou ainda mais forte²⁶⁰. No entanto, após a Guerra Fria e sem o inimigo, como justificar o modelo expansionista da política externa estadunidense?

Em 29 de janeiro de 1991, o então presidente dos Estados Unidos, George W. H. Bush em discurso ao Congresso apresentou o modelo e a visão que guiariam a política externa estadunidense a partir de então. Segundo Bush,

Por dois séculos, fizemos o trabalho árduo da liberdade. E esta noite, lideramos o mundo enfrentando uma ameaça à decência e à humanidade. [...] O que está em jogo é mais do que um pequeno país. É uma grande ideia: uma nova ordem mundial, onde diversas nações são reunidas em causa comum para alcançar as aspirações universais da humanidade - paz e segurança, liberdade e Estado de Direito. Tal é um mundo digno de nossa luta e digno do futuro de nossos filhos.²⁶¹

O “pequeno país” mencionado pelo presidente era o Kuwait. Bush referia-se às ações dos Estados Unidos na Guerra do Golfo, iniciada no ano anterior, sob a alegação de libertá-lo do domínio de Saddam Hussein²⁶². A “nova ordem mundial”, liderada pelos Estados Unidos, implicava construir um mundo “em que a brutalidade não será recompensada e a agressão se encontrará com a resistência coletiva.”²⁶³

O *National Security Strategy of Engagement and Enlargement* (Política do Alargamento e Engajamento) que o presidente Clinton acionou após sua eleição em 1993, era na prática muito semelhante à proposta de nova ordem mundial de Bush, no entanto, o projeto

258 Ibidem. p. 13.

259 HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras 2007. p. 49.

260 Ibidem. p. 52.

261 BUSH, George Herbert. *Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union*. January 29, 1991. University of Virginia. Miller Center. Presidential speeches. George H. W. Bush presidency. Disponível em <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-29-1991-state-union-address>> Acessado em 02/08/2017.

262 VISENTINI, Paulo. Op. Cit. 73.

263 BUSH, George Walker Herbert. Op. Cit.

apresentava diferenças entre democratas e republicanos. Segundo Paulo Visentini os democratas reconheciam que os Estados Unidos precisavam de um papel e liderança, no entanto eram mais propensos ao multiculturalismo e viam a liderança estadunidense como voltada a gerenciar valores e condutas compatíveis com os idealizados no país²⁶⁴. A estratégia, chamada de “*soft power*”²⁶⁵, pregava a diminuição do valor militar da segurança nacional e caminhava para uma ampliação econômica a partir da promoção da democracia no exterior,²⁶⁶ “preenchendo os lugares vagos”²⁶⁷ pela influência da extinta União Soviética. Nessa “nova era”, os Estados Unidos liderariam o mundo por uma profunda mudança, buscando expandir os ideais democráticos²⁶⁸. Já para os republicanos, os Estados Unidos apresentavam-se como maior potência mundial e deveriam, portanto, portar-se como “comandante em chefe”²⁶⁹. Assim, estes últimos priorizavam as relações bilaterais em que os Estados Unidos seria sempre o lado mais forte, exercendo um “*hard power*”²⁷⁰. Ambos os projetos pregavam a expansão dos valores estadunidenses, diferenciando-se pela forma²⁷¹.

Em 2000, o republicano George Walker Bush – filho do presidente George W. H. Bush – venceu uma eleição no mínimo controversa²⁷². Quando ainda em campanha, contou com nomes como Condoleezza Rice, assessora do Conselho de Segurança Nacional (*National Security Council* – NSC) no governo de George H. W. Bush; Paul Wolfowitz, acima mencionado, um neoconservador declarado que também servira ao governo de G. H. W. Bush e defendera o apoio a Israel e o combate a regimes como o de Saddam Hussein, no Iraque – Wolfowitz servira como assessor de Segurança Nacional de Reagan e fora comandante da Guerra do Golfo, além de Comandante-em-chefe e Secretário de Estado de G. H. W. Bush; Robert Blackwill, diplomata que fora chefe de Rice no governo de G. H. W. Bush e que servira no Quênia e Grã-Bretanha, Israel e Robert Zoellick, Secretário do Tesouro durante o governo Reagan²⁷³. Quando as votações foram concluídas, sua equipe central foi composta por Donald Rumsfeld, que fora membro do governo Richard Nixon e assessor de Reagan e Secretário de Defesa de G. H. W. Bush; por Paul Wolfowitz; e por Condoleezza Rice, como

264 VISENTINI, Paulo. Op. Cit. p. 76.

265 Ibidem. p. 77.

266 GUIMARÃES, Cesar. A política externa dos Estados Unidos, da primazia ao extremismo. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 46, 2002, p. 56.

267 Ibidem. p. 54.

268 LEITE, Lucas. Op. Cit. p. 42.

269 VISENTINI, Paulo. Op. Cit. p. 77.

270 Ibidem.

271 Ibidem. p. 78.

272 RESENDE, Erica. Op. Cit. p. 165.

273 ALACORN, Danilo. *Os meandros da política externa dos Estados Unidos para o Afeganistão: o 11 de setembro e a Operação Liberdade Duradoura*. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília. Brasília, 2012. p. 104.

Conselheira de Segurança Nacional²⁷⁴.

Com George Walker Bush na presidência, os Estados Unidos romperam com o protocolo de Quioto acerca do aquecimento global, rejeitaram se submeter ao Tribunal Penal Internacional, que o governo anterior ajudara a criar, e se retiraram da Conferência da ONU sobre o racismo²⁷⁵, entre outras ações unilaterais. Após os acontecimentos de setembro de 2001, o presidente afirmaria, em mais de uma ocasião, que seu mandato seria definido pela “guerra ao terror” e em favor de um mundo seguro para os americanos e seus aliados.²⁷⁶ O ideal quase messiânico do neoconservadorismo, bem como algumas de suas principais lideranças e elaboradores, estaria presente na política da *Pax-Americana*, como assinalado por Barber²⁷⁷.

Toda a repercussão tomada a partir dos ataques de onze de setembro, exigiu que se desse sentido aos acontecimentos em uma ordem lógica de causa e efeito, justificando-os²⁷⁸. Além disso, a perda da invulnerabilidade reafirmara os avisos dos neoconservadores de que G. W. H. Bush e Bill Clinton haviam sido fracoss, permitindo o avanço de inimigos²⁷⁹. Assim, criou-se uma atmosfera favorável para a implementação de uma agenda neoconservadora já em pauta.

Em fevereiro de 2003, Colin Powell afirmou na reunião do Conselho de Segurança da ONU que o Iraque estava produzindo e escondendo armas de destruição em massa²⁸⁰. Usando de gravações e imagens de satélites, o então secretário de Estado afirmou que os esforços dos inspetores em procurar o arsenal de Saddam Hussein seriam inúteis, mas que o regime iraquiano o produzia e negociava²⁸¹. Como vimos antes, o Iraque há tempos estava na mira dos neoconservadores. Em março de 2003 deu-se a invasão do Iraque, mas, diferentemente do ocorrido no Afeganistão – que, a essa altura, era considerado seguro e livre dos talibãs – essa ação não contou com o apoio da ONU e nem com o de parte seus aliados²⁸².

Essa foi a primeira ação oficial da nova doutrina, agora pública, que passou por cima do Conselho de Segurança da ONU e contrariou a França, a Rússia e a Alemanha²⁸³. Segundo

274 Ibidem. p. 105.

275 VISENTINI, Paulo. Op. Cit. p. 80.

276 BARBER, Benjamin. Op. Cit. 2005. p. 56.

277 Ibidem. p. 52.

278 RESENDE, Erica. Op. Cit. p. 130.

279 PECEQUILO, Cristina. Op. Cit. 2007. p. 7.

280 Colin Powell's speech address to the United Nations security council. *The Guardian*, February 5, 2003.

Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2003/feb/05/iraq.usa>> Acessado em 02/08/2017

281 Ibidem.

282 VISENTINI, Paulo. Op. Cit. p. 117.

283 PECEQUILO, Cristina. *A política externa dos Estados Unidos, continuidades e mudanças?*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 8.

Pecequilo, internamente o público apoiou a ida à guerra, com poucos protestos, devido ao medo e à justificativa de que o Iraque possuía armas de destruição em massa²⁸⁴.

Como apresentou Chomsky, a ação dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha era vista como válida pelas afirmações apresentadas por Powell na ONU em 2003²⁸⁵, constituindo a alegação sobre a produção e a comercialização de armas de destruição em massa, a única justificativa para a invasão. Inclusive, foi por esta razão que o Congresso autorizou Bush a prosseguir²⁸⁶. Ainda segundo Chomsky, com a relutância do governo em admitir que as armas não tinham sido encontradas, sem demora a justificativa da intervenção passava a ser a defesa da liberdade e democracia para o bem do povo iraquiano²⁸⁷.

Em maio de 2003, a bordo do *USS Abraham Lincoln*, o presidente Bush declarou que a guerra ao terrorismo no Iraque havia acabado. Como demonstrou Chomsky, o presidente afirmaria que a conquista do país simbolizava a vitória na “guerra ao terror”, mesmo sabendo-se que a ação engrossava as linhas inimigas, com um abrupto aumento do recrutamento terrorista²⁸⁸. Ademais, mesmo com a declaração da vitória, Saddam Hussein não fora localizado, havendo dificuldade em estabelecer um novo governo, razão pela qual o conflito se estendeu. O desgaste de uma campanha mais longa do que o esperado, a falha em encontrar as armas de destruição em massa e a guerra civil no Afeganistão, com o retorno dos talibãs, fizeram com que o governo de Bush começasse a perder a blindagem obtida no onze de setembro²⁸⁹.

A “Doutrina Bush” fora o resultado prático de uma agenda neoconservadora discutida e elaborada anos antes da posse do republicano, que ganhou fôlego após os ataques de onze de setembro de 2001, saindo então do papel sem sofrer grandes resistências. Na prática, a doutrina buscava montar um cenário mundial de segurança para os Estados Unidos e seus aliados em uma “paz através das armas”²⁹⁰, segundo a lógica de “não importa que nos odeiem, desde que nos temam”²⁹¹. Portanto, a “Doutrina Bush” não deve ser entendida apenas como um resultado dos ataques de onze de setembro, mas sim de uma conjuntura maior que já vinha sendo apresentada.

284 Ibidem. p. 10.

285 CHOMSKY, Noam. Op. Cit. 2009. p. 32.

286 Ibidem. p. 33.

287 Ibidem. p. 34.

288 CHOMSKY, Noam. Op. Cit. 2004. p. 170.

289 PECEQUILO, Cristina. Op. Cit. 2003. p. 10.

290 BARBER, Benjamin. Op, Cit. 2005. p. 50.

291 Ibidem. p. 51.

2 UMA UNIVERSIDADE NÃO CONVENCIONAL

O *Council on Foreign Relations* (CFR) é uma instituição fundada no início do século XX por diplomatas, empresários e advogados do mercado financeiro norte-americano²⁹². Desde a sua criação, exerce um papel nas tomadas de decisão, sendo um importante ator na formulação da política externa daquela que é uma das maiores potências do globo²⁹³. No entanto, o CFR não se caracteriza por ser um órgão governamental e tão pouco se define por ser um grupo de caráter privado, mas sim por ser um *think tank*.

Considerando a pluralidade de instituições denominadas como *think tanks* pelo mundo, a definição do termo é complexa. No entanto, na sociedade estadunidense, a percepção de como age, ou do que consiste um *think tank* é mais sólida²⁹⁴. Estas instituições tiveram um papel importante no decorrer da história dos Estados Unidos, sendo fomentadoras de pesquisas e formuladoras de ideias que impactaram a sociedade de alguma forma. Entre as várias características de um *think tank* – para os estadunidenses – estão a noção de que estes formam uma ponte entre a sociedade e a academia, a de que agem como se atendessem a uma demanda pública, e a de que prestam um serviço social, tendo como prioridade a produção de pesquisas acadêmicas no intuito de formar especialistas e de informar o público em geral sobre os mais diversos assuntos²⁹⁵.

A respeito dessa visão, críticos como Tatiana Teixeira, entre outros, afirmaram que algumas instituições – como a *Carnegie Endowment For International Peace*, o *Council on Foreign Relations* ou o *Brookings Institute* – se comportariam como universidades sem alunos²⁹⁶. No entanto, ao produzir pesquisas e formar especialistas, estas instituições acabam por criar um corpo de alunos “não oficiais”, ou seja, que não estão necessariamente ligadas às instituições, mas que são formadas e informadas por estas. Sendo assim, compreendemos estes *think tanks* como universidades sem campus, sem corpo docente ou sala de aula, mas com uma gama de alunos, sendo portanto, uma “universidade não convencional”. Neste capítulo, abordaremos os debates acerca da definição de *think tanks* e de sua dinâmica na história nos Estados Unidos. Além disso, trataremos da formação, da organização e da história

292 SHOUP, Laurence. *Wall Street's think tank: the Council on Foreign Relations and the empire of neoliberal geopolitics 1976–2014*. New York: Monthly Review Press, 2015. p. 10

293 Ibidem. p. 12.

294 MCGANN, James. *Think tanks and policy advice*. The US. Foreign Policy. Pennsylvania: Research Institute, 2005. p. 11.

295 TEIXEIRA, Tatiana. *Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA*. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p. 98.

296 Ibidem. p. 105.

do *Council on Foreign Relations*.

2.1 “Fábricas de mentes”

Uma das percepções comuns acerca da função de um *think tank* – sobretudo na sociedade estadunidense – é a de que estas instituições são responsáveis por elaborar ideias, teorias e programas que não poderiam ser desenvolvidos nos órgãos de Estado. Portanto, um *think tank* seria uma instituição dedicada a pensar e a expor tais formulações, educando o público, como verdadeiras “fábricas de mentes”²⁹⁷. A seguir, abordaremos os debates acerca das definições e das funções de um *think tank* e das dinâmicas que estas instituições – por vezes vistas como responsáveis por educar políticos e acadêmicos – têm adotado nos Estados Unidos.

2.1.1 Os *think-and-do tanks*

Ao mesmo tempo em que são organizações bem definidas, os *think tanks* têm padrões bastante variados, afinal, acabam encontrando formas distintas, de acordo com os ambientes culturais, econômicos, políticos, sociais e históricos nos quais se instalam²⁹⁸. Assim, sua organização, ações, desenvolvimento e formação, entre outras questões, diferenciam-se de acordo com a época e o contexto.

Em um estudo sobre os *think tanks* no Brasil, Juliana Hauck e Rafael Ávila, retomando as pesquisas de James McGann, de 2013, registraram 81 *think tanks*. Já segundo Tatiana Teixeira, no ano anterior o Brasil teria mais de 100 *think tanks*²⁹⁹. Segundo Hauck e Ávila, esta discrepância demonstra como a definição de *think tanks* pode variar de acordo com o contexto e com o pesquisador, o que evidencia a fragilidade do conceito³⁰⁰. A definição mais

297 Ibidem. p. 101.

298 URRUTIA, Oliveira. The role of think tanks in the definition and application of defense policies and strategies. *Revista del Instituto Español de Estudios Estratégicos*, n. 2. 2013, p. 3.

299 AVILA, Rafael e HAUCK, Juliana. Os think tanks brasileiros e suas contribuições para o pensamento social e político; um resgate histórico-exploratório sobre o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 15, n. 23, 2º sem. 2014, p. 175.

300 Ibidem. p.181.

difundida, segundo Tatiana Teixeira, e também a mais abrangente, é a de que *think tanks* são organizações relativamente independentes, não-partidárias e sem fins lucrativos, que produzem conhecimento, desenvolvem projetos e realizam pesquisas, principalmente nas áreas da defesa, políticas públicas, tecnologia, política externa e políticas sociais, procurando apoio ou exercendo influência no processo político³⁰¹. Assim, influenciar a agenda política, a opinião pública e a tomada de decisões constituiriam a essência de uma instituição deste caráter, desta forma, “a produção de ideias, bem como a capacidade de influenciar, são características inerentes aos *think tanks*”³⁰².

Tais instituições possuem diversas formas de ação para atingir seus objetivos. Algumas das mais difundidas são seminários, conferências e encontros de especialistas, organizados em empresas e universidades e tendo por objetivo disseminar ideias e conhecimento³⁰³, como o encontro promovido pelo *Olin center* em Chicago, em 1989, que deu origem ao artigo *The End of History?*, de Francis Fukuyama, ao qual já nos referimos.³⁰⁴ Outro tipo de ação são publicações. A grande maioria dos *think tanks* estadunidenses atuam como editoras e mantêm seus próprios periódicos, que integram não só publicações de membros da instituição, como também análises acadêmicas externas, entre as quais se pode mencionar a *Foreign Policy*, da *Carnegie Endowment for International Peace*, e a *Foreign Affairs*, do *Council on Foreign Relations*.³⁰⁵ Os membros de *think tanks* também têm presença importante na mídia, ocupando espaço em colunas de jornais que se aproveitam de sua credibilidade e experiência para discutir certos assuntos. Por sua vez, o *think tank*, assim como o especialista, ganha nesses órgãos espaço para se expressar. Assim, analistas ligados a *think tanks* são citados como especialistas na mídia impressa e televisiva³⁰⁶. Por último, os *think tanks*, especialmente os estadunidenses, preocupam-se em manter relações com membros do Congresso, funcionários administrativos, juízes federais e representantes de órgãos estaduais. Frequentemente, esses especialistas são convocados como testemunhas em audiências no Congresso e prestam consultorias aos órgãos governamentais. Em contrapartida, membros do Congresso são convidados para falar em eventos promovidos pelos *think tanks*³⁰⁷.

Nos Estados Unidos, este tipo de instituição transformou-se em uma ferramenta para a

301 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p. 105.

302 URRUTIA, Oliveira. Op. Cit. p. 5.

303 MCGANN, James. Op. Cit. 2005. p. 16.

304 FONTANA, Joseph. *História depois do fim da história*. São Paulo: EDUSC, 1998. p. 20.

305 MCGANN, James. Op. Cit. 2005. p. 16.

306 Ibidem. p. 17.

307 Ibidem. p. 17.

disseminação de ideias no sistema político³⁰⁸. De um modo geral, argumenta Thomas Medvetz, tornaram-se acessórios neste cenário, por satisfazer a necessidade por “carne intelectual”³⁰⁹ que legitimaria os diversos discursos. Há no país, segundo James McGann, o entendimento que os *think tanks* são mais eficazes para orientar o futuro do que os funcionários do governo, já que estes últimos trabalhariam em um ambiente que desestimularia o esforço criativo. Além disso, haveria neles mais segurança e liberdade para elaborar uma agenda transformadora, caso necessário, do que na burocracia estatal³¹⁰. Principalmente, os *think tanks* teriam mais facilidade em construir grupos separados de pesquisadores e especialistas em torno de um propósito comum³¹¹. Assim, sob a alegação de que o ambiente seguro do *think tank* favoreceria a disseminação de pesquisas referentes ao próprio governo, sem a participação direta de nenhuma de suas próprias agências, sua produção intelectual auxiliaria na quebra das barreiras burocráticas, visando ao melhor para o país³¹².

Segundo McGann, as principais tarefas da grande maioria dos *think tanks* nos Estados Unidos são gerar e compartilhar conhecimentos e fornecer informações às elites políticas e empresariais, assim como para o público em geral³¹³. Tais instituições teriam se tornado praticamente indispensáveis para a carreira política, como aponta Thomas Medvetz:

Considere, por exemplo, alguns dos papéis notáveis que eles [os *think tanks*] desempenharam na carreira de alguns presidentes americanos: Ronald Reagan distribuiu cópias do guia para mandato de liderança política da *Heritage Foundation* em seu círculo íntimo ao assumir a presidência, em 1981. Uma década depois, um jovem político do Arkansas chamado Bill Clinton emergiu de um relativo anonimato com ajuda substancial de um *think tank* chamado *The Progressive Policy Institute*, um ramo do movimento “*New Democrat*” do Partido Democrata, que integrava. E os planos para a Guerra do Iraque originaram-se em um *think tank* ainda na administração Clinton.³¹⁴

Embora haja a crença – por parte do público – e a promessa – por parte das instituições – no não partidarismo e na independência política e financeira dos *think tanks*, isto deve ser posto em perspectiva. Sendo instituições privadas, sem fins lucrativos e que não contam com apoio governamental – o que auxilia na imagem de independência – mantêm-se, principalmente, por meio de doações de empresas e grupos com perfil empresarial. Ou seja,

308 TEIXEIRA, Tatiana. A influência dos think tanks no governo Bush e no início da Era Obama. *II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa San Tiago Dantas* São Paulo. 2009, p. 2.

309 MEDVETZ, Thomas. *Think tanks in America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2012. p. 6.

310 MCGANN, James. Op. Cit. 2005. p. 4.

311 Ibidem. p. 5.

312 Ibidem.

313 Ibidem. p. 15.

314 MEDVETZ, Thomas. Op. Cit. 2012. p. 7.

estas instituições, teoricamente não partidárias, acabam por envolver-se com os interesses de seus clientes e doadores³¹⁵.

Opondo-se a essas noções de independência e imparcialidade, Diana Stone procurou desconstruir o que chamou de três mitos sobre os *think tanks*: o de que servem à comunidade; o de que são conexões imparciais entre a sociedade e o conhecimento acadêmico; e o de que pensam, ou seja, fundam-se em planejamento, e não em ações³¹⁶.

Segundo Stone, a percepção de que um *think tank* precisa de independência do Estado e dos interesses privados para manter autonomia e assegurar o livre pensamento é uma característica ocidental, sobretudo estadunidense, não estando presente em outras culturas. Desse modo, em muitos lugares, organizações denominadas *think tanks* operam no governo³¹⁷. Construir conexões e angariar influência – tanto política quanto pública – são partes dos objetivos primários de um *think tank*, mas o desenvolvimento de redes transnacionais de pesquisas e o alargamento da concepção acerca do que define um *think tank* fizeram com que órgãos que atuassem como unidades de pesquisas ligadas ao governo, organizações multilaterais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ou empresas de pesquisa como *Nomura Research Institute* fossem rotuladas como *think tanks*³¹⁸. O fato de que a fronteira entre as ciências sociais e a política é cada vez menos definida, segundo Tatiana Teixeira, deixa cada vez evidente como os *think tanks* atendem a interesses de seus patrocinadores³¹⁹. Além disso, as campanhas de arrecadação de fundos e as preocupações administrativas são neles pressões recorrentes. Os *think tanks* precisam sempre atrair novos talentos e manter grandes nomes, assim como atrair políticos e burocratas para promover a reputação da instituição. Em suma, estão sempre interessados em cultivar a carreira política de seus companheiros e patrocinadores, além de promover um ambiente onde esses indivíduos e organizações possam perseguir seus interesses³²⁰, o que os distancia da noção de que atuam servindo à comunidade. Afinal, suas ligações são bem próximas de empresas privadas e de agências governamentais.

Várias instituições entendidas como *think tanks* têm como missão servir aos interesses públicos como ferramenta de informação, assumindo o papel de educar a comunidade com análises políticas. No entanto, diz Stone, raramente procuram demonstrar que o debate

315 Ibidem. p. 6.

316 STONE, Diana. Recycling Bins, Garbage Cans or Think Tanks? Three Myths Regarding Policy Analysis Institutes. New York: *Public Administration*, v. 85, Issue 2. Pages 259–568. 2007. p. 4.

317 Ibidem. p. 10.

318 Ibidem. p. 13.

319 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p. 109.

320 Ibidem. p. 19.

político foi “esclarecido” – palavra de Stone – por suas pesquisas³²¹. Não há um diálogo entre o conhecimento produzido nessas instituições e o público em geral. No lugar deste “esclarecimento”, há um poder de influência sobre a cultura do debate, quase como em um marketing incisivo³²². Para os *think tanks*, o público em geral seria compreendido como uma audiência para a qual a análise política é transmitida, enquanto a “elite política”³²³ é tratada com mais igualdade. São poucas as instituições que facilitam a abertura para novos associados. A própria cultura organizacional dos *think tanks* é excludente, desde os locais de elite em que funcionam, os códigos de vestimenta até os jargões e debates científicos que servem para afastar o público geral e demarcar limites³²⁴. Ademais, muitas vezes, no lugar de defender o “interesse público”, os *think tanks* buscam “construir um império”³²⁵, o que se torna evidente quando ganham subsídios e contratos, principal objetivo da instituição. Há necessidade de expansão, de levantar fundos, de publicar livros, de obter cobertura da mídia e patrocínio, para garantir o sustento e o crescimento organizacional³²⁶. Ou seja, não só os *think tanks* não dialogam com o público mais amplo como, em muitos casos, preferem circular na política, contrariando o mito de que serviriam de pontes entre o conhecimento acadêmico e a sociedade.

Segundo Tatiana Teixeira, em linhas gerais, os *think tanks* seriam instituições que acomodam pessoas engajadas em pensar a política. Desse modo, “pensar” seria a principal função de um *think tank*³²⁷, mas não a única. A grande maioria dessas instituições são, nas palavras de Stone, *Think-and-do tanks*, ou seja, instituições que executam programas, promovem ensaios políticos, avaliações, monitoramentos e assim por diante. Outras instituições se dedicam ao treinamento em ética, a oferecer cursos em serviços, produzir documentários televisivos³²⁸, entre outras ações. Um *think tank* faz mais que pensar e não é raro que se dedique a reciclar, editar ou sistematizar estudos acadêmicos de relevância para a política, que originalmente não se apresentam em formatos adequados para o uso do governo. Ademais, são eficazes em traduzir ideias densas e teorias abstratas para um formato midiático, não necessariamente por um objetivo educacional, mas por vezes em resposta a uma demanda³²⁹. Pensam, mas suas funções vão bem além disso, pois podem – e muitas vezes o

321 STONE, Diana. Op. Cit. p. 14.

322 Ibidem. p. 15.

323 Ibidem. p. 16.

324 Ibidem. p. 17.

325 Ibidem. p. 17.

326 Ibidem. p. 18.

327 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p. 110.

328 STONE, Diana. Op. Cit. p. 20.

329 Ibidem. p. 21.

fazem – desempenhar um papel importante no processo político, direcionando e definindo debates públicos e traçando uma linha nítida entre o “perito” e o “não especialista” quanto aos assuntos sociopolíticos³³⁰. *Think tanks* pensam, mas também fazem.

De acordo com Tatiana Teixeira, os três mitos descritos por Stone não são desconstruídos socialmente devido ao interesse dos governos e de organizações internacionais³³¹. A manutenção da imagem de ponte entre academia e o social, da imparcialidade, da função social e do prestígio intelectual ajudaria a construção de uma falsa ideia de interação com o público e de participação no processo político³³².

Segundo Medvetz, *think tanks* vivem em um ciclo contraditório interminável. Se por um lado buscam manter-se separados e ressaltam as suas diferenças em relação a universidades, agências estatais, *lobbys*, grupos de mídia ou grupos ativistas – reafirmando-se como independentes –, ao mesmo tempo buscam acumular a autoridade e a influência que estes tipos de organizações projetam³³³. Assim, nunca podem se separar por completo de uma instituição parceira, já que estas fornecem diferentes formas de autoridade e influência. Por outro lado, não podem se apresentar ou como uma universidade, órgão de mídia ou grupo ativista, pois perderiam a imagem de “imparcialidade” e de ponte entre a produção intelectual e a sociedade. Assim, viveriam em uma interminável contradição de desapego e associação³³⁴.

Embora mantenham as imagens ligadas aos três mitos, na prática os *think tanks* atuam para legitimar, justificar e dar sentido a políticas, lançando mão da retórica da autoridade intelectual³³⁵ e buscando sempre poder de influência³³⁶.

2.1.2 Os *think tanks* nos Estados Unidos

Os *think tanks* têm uma longa história de desempenho na formulação da política estadunidense, externa e internamente³³⁷. Segundo Tatiana Teixeira, por muito tempo estas instituições eram vistas como “naturais”, se não exclusivas dos Estados Unidos, devido à cultura anglo-saxã e ao ambiente político norte-americano, relativamente descentralizado,

330 Ibidem. p. 22.

331 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p. 110.

332 Ibidem. p. 111.

333 MEDVETZ, Thomas. Op. Cit. 2008. p. 6.

334 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p. 7.

335 Ibidem. p. 3.

336 URRUTIA, Oliveira. Op. Cit. p. 5.

337 MCGANN, James. Op. Cit. 2005 p. 4.

pluralista e rico em pontos de acessos³³⁸. Por isso, nesse país, a noção de independência dos *think tanks* é considerada como uma característica cultural histórica ligada ao século XIX e ao surgimento destas instituições. Segundo Medvetz, na Europa, o debate sobre a independência e a imparcialidade dos *think tanks* gera certo ceticismo, colocando em dúvida a credibilidade de algumas instituições.³³⁹

Haveria nos Estados Unidos uma noção de excepcionalismo, associada a uma suposta sabedoria e a um grau mais elevado de moral nas instituições, o que, segundo Cristina Pecequilo, associa-se à forma como os Estados Unidos concebem sua relação com o mundo³⁴⁰. Este excepcionalismo estaria ligado à própria formação dos Estados Unidos e à democracia³⁴¹ – como resultado de uma guerra de independência “essencialmente conservadora”³⁴², uma vez que o rompimento com a metrópole fora efetivado, no entanto, conservando instituições políticas, valores e princípios econômicos ingleses.³⁴³

Ainda na primeira metade do século XIX, Alexis de Tocqueville afirmou que “os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, se unem sem cessar”³⁴⁴. Para o autor, sempre que se tratasse de evidenciar uma verdade ou de desenvolver um sentimento, os estadunidenses se associariam³⁴⁵, sendo o ímpeto em construir associações uma necessidade característica da democracia:

Quando os membros de uma aristocracia adotam uma ideia nova ou concebem um

338 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p. 111.

339 Ibidem. p. 6.

340 PECEQUILO, Cristina. *A política externa dos Estados Unidos, continuidades e mudanças?* Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003. p. 46.

341 A democracia – por definição e origem etimológica – *Demos* (povo), *Kratos* (poder) – remete a um governo de soberania popular na premissa básica de que o governo prioriza pelas escolhas do povo. Com nomes como Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill, as teorias acerca do Estado democrático foram tomando formas compatíveis com o Estado liberal a partir do século XIX. O Estado garantiria alguns direitos e liberdades compreendidos como universais, como liberdade de pensamento, de imprensa, de discurso, de associação, religião, entre outras. Fosse a democracia representativa ou parlamentar, seria dever do Estado assegurar a liberdade de participação de cada indivíduo, seja na manifestação de opinião ou no direito de eleger ou ser eleito representante. Assim, não poderia ser compreendido como um Estado democrático liberal aquele que não reconhecesse a soberania da liberdade individual. Em linhas gerais, a teoria de liberdade democrática tende a caminhar em duas direções, a primeira com o alargamento do direito do voto e a segunda na multiplicação de órgãos de representatividade. Logo, a implementação da democracia liberal consistiria no cumprimento da segurança da soberania das liberdades individuais e da representação. Assim, a transformação seria mais quantitativa que qualitativa, referente às liberdades e aos direitos assegurados. Esta é a tradição estadunidense de democracia. BOBBIO, Norberto. Democracia. In: BOBBIO, Norberto (org). *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998. p. 319-329; BOUDON, Raymond e BOURRICAUD, François. *Dicionário crítico de sociologia*. Lisboa: Ed. Dom Quixote, 1990. p. 121.

342 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p. 64.

343 Ibidem.

344 TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América*. Sentimentos e opiniões de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social-democrático fez nascer entre os americanos. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 131.

345 Ibidem.

sentimento novo, eles os situam, de certa forma, a seu lado no grande teatro em que eles mesmos atuam e, expondo-os assim aos olhos da multidão, introduzem-nos facilmente no espírito ou no coração de todos os que os rodeiam. Nos países democráticos, apenas o poder social tem naturalmente condições para agir assim, mas é fácil ver que sua ação é sempre insuficiente e não raro perigosa.³⁴⁶

Assim, o movimento para a construção de associações foi a forma pela qual os homens, na democracia americana, lutaram pelo bem comum – reunindo-se para debater ideias, causas, decisões políticas e outros assuntos. Para Tatiana Teixeira, essa característica evidenciaria uma contradição, já que, ao mesmo tempo em que as instituições encarnavam o “espírito de liberdade”³⁴⁷, agindo para evitar a opressão, reforçavam a tirania da maioria, ao tentar impor uma opinião³⁴⁸.

Tocqueville observou também a relação entre as associações e os jornais, vendo o segundo como uma ferramenta das primeiras. Se para exercer influência uma associação deveria ser grande³⁴⁹, para manter seus membros informados e ideias coesas, seria necessária uma forma de disseminá-las, assim como os sentimentos³⁵⁰. Haveria, portanto, uma relação necessária, de interdependência, entre os jornais e as associações. A visão de que instituições e associações baseavam-se nas liberdades democráticas, sendo ferramentas para o bem comum, já estaria presente na primeira metade do século XIX, embora os *think tanks* só tenham vindo a se formar com as características modernas em finais do século³⁵¹.

Alguns pesquisadores, como James McGann, atribuem o aparecimento dos *think tanks*³⁵² a uma tradição filantrópica corporativa dos Estados Unidos. As primeiras instituições começaram a tomar forma atendendo a um desejo de levar o conhecimento, o processo de tomada de decisões e as inclinações do setor privado para “ajudar o governo a pensar”³⁵³ – o que seria característica do século XIX, na chamada “Era progressista”³⁵⁴.

346 Ibidem. p. 134.

347 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p. 82.

348 Ibidem.

349 TOCQUEVILLE, Alexis de. Op. Cit. p. 137.

350 Ibidem. p. 138.

351 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p.127.

352 Segundo McGann e Weaver, o termo *think tank* só veio a ser usado após a Segunda Guerra Mundial. O termo faria referência aos espaços em que, durante o conflito, especialistas – tanto civis quanto militares – reuniam-se para que pudessem juntos desenvolver novas abordagens e planos de ataque, em suma, lugares de segurança (*tank*) onde se fosse possível pensar (*think*) em uma estratégia. Após a guerra, o uso do termo se expandiu e a partir da década de 1960 passou a ser usada para descrever grupos de especialistas e, na década de 1970, expandiu-se para denominar instituições que teriam este mesmo propósito de se tornar lugares seguros para traçar planos de ação. Assim, estas instituições nascidas no início do século XX denominadas hoje como *think tanks*, não recebiam esta nomenclatura no contexto de suas fundações. MCGANN, J.; WEAVER, R (Org.). *Think tanks and civil societies: catalysts for ideas and action*. New Brunswick/ Londres: Transactions Publishers, 2002. p. 5.

353 Ibidem. p. 5.

354 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007; PURDY, Sean. O século americano. In: KARNAL. Leandro, et. al.

Como afirma Tatiana Teixeira, embora os Estados Unidos tenham passado por crises no pós-guerra civil (1861 – 1865), vivia-se um momento de modernização e da afirmação do país como uma das maiores potências industriais do globo. Munidos pela fé no conhecimento e na ciência, os norte-americanos teriam sido envolvidos por um espírito progressista³⁵⁵ que trouxe consigo a marcha para o oeste, a industrialização, as ferrovias e a expansão das fronteiras, sob a obrigação delegada pelo Destino Manifesto³⁵⁶. Nas últimas décadas do século XIX, as ferrovias cresceram abruptamente, o que abriu várias áreas para a agricultura e criou um mercado nacional para os produtos industrializados³⁵⁷. Por outro lado, a necessidade de recursos para financiar tais iniciativas movimentou o mercado financeiro de *Wall Street*³⁵⁸. Na virada do século, empresas de grande porte que combinavam poder industrial e financeiro passaram a dominar os mercados, dando origem a grandes corporações como a *International Harvester*, a *Carnegie Steel* e a *Standard Oil*.³⁵⁹ Esta última chegou a administrar cerca de 90% da capacidade de refino de petróleo dos Estados Unidos, através da construção do primeiro *trust*, em 1882, quando John D. Rockefeller, seu presidente, conseguiu o controle de outras empresas através da compra e venda de ações³⁶⁰.

James Smith afirma que o surgimento dos *think tanks* foi o resultado de uma “longa busca por uma ciência da sociedade e da política”³⁶¹, feita por uma “elite intelectual e política”³⁶² estadunidense do início do século XX. De fato, alguns filantropos reconhecidos, mas, sobretudo grandes industriais do início do século, como Andrew Carnegie, Robert Brookings, Herbert Hoover e John D. Rockefeller, criaram organizações em que se poderia compartilhar conhecimento. Algumas destas instituições são hoje os *think tanks* de maior prestígio, como a *Carnegie Endowment for International Peace* (fundada em 1910 pelo barão do aço de Pittsburgh, Andrew Carnegie), o *Institute for Government Research* (fundado em 1916, tendo John D. Rockefeller como seu principal doador), e o *Hoover Institute on War, Revolution and Peace* (fundada em 1919, pelo presidente Herbert Hoover)³⁶³.

Segundo Teixeira, pode-se dizer que, neste primeiro momento, os *think tanks*

(org.). *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

355 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p. 128.

356 PECEQUILLO, Cristina. Estados Unidos da América, política externa. In: KOCHER, Bernardo (org). *Globalização*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011. p. 118.

357 PURDY, Sean. Op. Cit. p. 176.

358 Ibidem.

359 Ibidem. p. 177.

360 FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcos Vinícius. Os EUA no século XIX. In: KARNAL, Leandro et. al. Op. Cit. p. 155.

361 SMITH, James. *The idea brokers: think tanks and the rise of the new policy elite*. New York: The Free Press, 1991. p. 15.

362 Ibidem.

363 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p. 129-130.

funcionavam como uma tentativa de estabelecer um canal entre a sociedade civil e o governo, já que essa comunicação era quase inexistente³⁶⁴. Assim, os primeiros *think tanks* não se caracterizavam necessariamente pela busca de influência no processo político, tendo essa primeira fase ajudado a consolidar a visão de “imparcialidade” e de excelência acadêmica que estas instituições sustentam até os dias atuais.

Com o fim da Segunda Guerra mundial e o início da Guerra Fria, e como resultado do engajamento estadunidense em adequar-se ao novo panorama político internacional, os *think tanks*, como instituições de produção intelectual, ganharam um papel socialmente mais relevante³⁶⁵. Até então, haviam sido moldadas sobretudo pelo diálogo com os governos sobre questões industriais e econômicas. Assim, diferentemente daqueles criados na virada do século XIX para o XX, os *think tanks* do pós-segunda guerra voltaram-se para pesquisas políticas, com pesado investimento governamental, principalmente nas áreas de segurança nacional, inteligência, energia nuclear e assuntos similares³⁶⁶. Já os conturbados anos sessenta e os anos setenta – com o recrudescimento da Guerra Fria, a luta pelos direitos civis, a guerra do Vietnã e outros eventos – assistiram à criação de organizações que se tornaram arquitetos de projetos sociais. Além disso, observa Medvetz que, com o crescimento dos meios de comunicação de massa, incluindo os canais 24 horas de notícias, os *think tanks* dos Estados Unidos ficaram mais competitivos, especializados em focos específicos e abertamente ideológicos³⁶⁷.

Assim, houve a junção da pesquisa política típica dos *think tanks* com técnicas de marketing, o que alterou profundamente a natureza e o papel dessas instituições, que passaram a ser concentrar em buscar oportunidades para influenciar o conteúdo e direção da política, diretamente por meio de seus membros servindo em cargos governamentais ou associando-se a figuras políticas, e apresentando ideias e um programa ideológico destinado a influenciar o público³⁶⁸ e, principalmente, “influenciar quem é influente”³⁶⁹. Assim, os *think tanks*, a partir dos anos sessenta, mais do que produtores de conhecimento, passaram a ser reconhecidos atores políticos. Eram os *Advocacy think tanks*³⁷⁰. Como afirmou Tatiana Teixeira, com o

364 Ibidem. p. 129.

365 Ibidem. p. 133.

366 Ibidem. p. 134.

367 MEDVETZ, Thomas. Think Tanks. In: RITZER, George (Ed). *Blackwell encyclopedia of sociology*. New Jersey: Blackwell Publishing, 2007. p. 101.

368 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p. 135.

369 Ibidem. p. 137.

370 São compreendidas como *Advocacy Think Tanks* aquelas instituições que atuam promovendo um ponto de vista, cuja análise tem uma postura partidária. São caracterizadas como tendo uma missão definida por uma ideologia, moral ou partidária, e sua missão é reconhecida como a de apoiar ou defender uma causa, ideologia ou partido. MCGANN, James. Op. Cit. 2005. p. 8.

tempo os empresários perceberam que fazer doações aos *think tanks* ou financiar acadêmicos renomados ou um ex-membro da Casa Branca na preparação de um relatório ou na publicação de um livro sobre algum assunto qualquer era a melhor maneira de produzir e espalhar suas ideias³⁷¹.

Em suma, *think tanks* são instituições, historicamente, vinculadas a órgãos governamentais e a empresas privadas. Portanto, a imparcialidade dos *think tanks*, apesar de suas afirmações e de sua especificidade nos Estados Unidos, deve ser sempre posta em perspectiva, seja em razão de seus doadores ou de sua relação com membros do governo.

2.2 O Council on Foreign Relations

O *Council on Foreign Relations* (CFR) é um dos vários *think tanks* estadunidenses engajados na discussão política que vem sendo mantido por membros da comunidade corporativa desde o começo do século XX³⁷². Definindo-se como uma organização independente e não partidária, um *think tank* e uma editora, o CFR apresenta como missão servir de recurso para a compreensão do mundo e das questões de política externa enfrentadas pelos Estados Unidos e por outros países, envolvendo entre seus membros jornalistas, líderes civis e religiosos, educadores e estudantes, executivos, funcionários governamentais e cidadãos em geral³⁷³. Os meios para cumprir esta missão são basicamente cinco: 1) Manter uma composição diversificada, com programas para promover seus interesses e formar especialistas para as próximas gerações de estudiosos de política internacional; 2) Promover reuniões em sua sede em Nova York, em Washington (DC) e em outras capitais, com membros do Congresso e líderes globais; 3) Promover e apoiar programas de estudos e pesquisas independentes, permitindo que seus membros produzam artigos, relatórios e realizem mesas redondas para analisar as questões de política externa e desenvolver recomendações; 4) Promover e financiar Grupos de Trabalhos (*Task forces*) independentes, responsáveis pela elaboração de relatórios com análises e prescrições para a política externa estadunidense e referentes a importantes tópicos de relações exteriores; e 5) Publicar a revista

371 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p. 140.

372 DOMHOFF, William. The Council on Foreign Relations and the Grand Area: case studies on the origins of the IMF and the Vietnam War. *Class, Race and Corporate Power*: v. 2: Iss. 1, article 1, 2014. p. 1.

373 COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations, 2015.

Foreign Affairs, mantida pelo CFR desde o ano seguinte de sua fundação³⁷⁴.

Como definido por Laurence Shoup, o CFR é uma organização grande e complexa, devido à combinação de um corpo de funcionários bem instruídos com um grande e ativo corpo de colaboradores e doadores. Teve ainda uma longa história, com múltiplas facetas³⁷⁵. Durante décadas, o CFR manteve reuniões com importantes líderes políticos e econômicos, e exerceu protagonismo nas tomadas de decisão nos Estados Unidos, de forma que não importe “quem é eleito, as pessoas do *Council* propõem, debatem, desenvolvem consenso e implementam as principais políticas estratégicas da nação”.³⁷⁶

Mais que “servir de recurso” para análises de política externa, como veremos adiante, o CFR tem sido, desde sua fundação, um dos atores em sua formulação, apresentando, defendendo o/e difundindo uma proposta específica de seus membros e grupos de pesquisas. Como definiu Hugo Assman, “boa parte da legislação dos Estados Unidos foi inspirada pelo *Council* através de seus porta-vozes no Congresso e no conjunto do aparelho estatal”³⁷⁷.

A seguir, trataremos da história institucional do CFR e de sua relação com o governo estadunidense.

2.2.1 O “Inquérito” e o nascimento do CFR

Ainda durante a Primeira Guerra Mundial, autoridades norte-americanas, preocupadas com o caminho do conflito e pensando o pós-guerra, tomaram a iniciativa de estabelecer um órgão de planejamento especial para desenvolver os objetivos do país face àquele contexto. Pouco depois da entrada efetiva no conflito, em 1941, o presidente Woodrow Wilson (1913 – 1921) organizou um grupo para planejar tais ações e definir uma posição de negociação na conferência de paz³⁷⁸. Conhecido como *The Inquiry* (o Inquérito ou comissão investigativa), esse grupo marcou a primeira vez em que a presidência dos Estados Unidos usou de uma equipe de estudiosos, não ligados diretamente ao governo, para planejar a política externa de

374 Ibidem.

375 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 13.

376 Ibidem. p. 15.

377 ASSMANN, Hugo. Como se interpenetram o Conselho de Relações Exteriores, o Circulo Bilderberg e a Comissão Trilateral. In: ASSMAN, Hugo (org). *A Trilateral*, nova fase do capitalismo mundial. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 29.

378 Ibidem. p. 12.

longo prazo³⁷⁹.

Segundo Hugo Assmann, foi Edward House, diplomata estadunidense e homem de confiança do presidente Wilson que, em 1919, reuniu no Hotel Majestic, em Paris, acadêmicos, intelectuais e diplomatas dos Estados Unidos e da Inglaterra³⁸⁰ para discutir os resultados da Conferência de Paris, que ocorreu em janeiro daquele ano e moldou os termos do tratado de Versalhes, assinado em junho seguinte, e as implicações da negação, por parte do Senado norte-americano, da entrada do país na Liga das Nações³⁸¹. Entre eles estavam os que compunham o “Inquérito”. Compreendendo que a antiga ordem pública e econômica mundial havia desmoronado, devido à Primeira Guerra Mundial, Estados Unidos e Inglaterra decidiram por construir um eixo de cooperação atlântico, visando o global, em uma tentativa de se sobreporem à antiga hegemonia continental³⁸². Como consequência dessa reunião, surgiu o Instituto Anglo Saxão de Relações Exteriores, contando com a seção norte-americana, denominada *American Institute for International Affairs*³⁸³, e com a seção inglesa, *Royal Institute for International Affairs*. Esta última daria origem ao *think tank Chatham House* – considerado, em 2015, o segundo maior do mundo e o primeiro da Europa³⁸⁴.

No ano anterior, em Nova York, havia sido fundado um “Gentlemen’s Club”, com foco econômico e político, reunindo pouco mais de 100 membros, basicamente altos investidores de *Wall Street* e advogados³⁸⁵. Através de encontros, jantares e conferências com importantes representantes internacionais – como diplomatas, embaixadores e chefes de Estado –, procuravam explorar os efeitos da guerra sobre a economia, o comércio e os negócios internacionais³⁸⁶. Esse foi denominado *Council on Foreign Relations*. O presidente honorário do *Council* era o ex-secretário de Estado (1905 – 1909), ex-secretário de guerra (1899 – 1904) e advogado de *Wall Street*, Elihu Root; o presidente era o também advogado de Nova York, Lindsay Russell; o presidente da Comissão de Finanças era Alexander Hemphill, presidente do banco *Guaranty Trust*³⁸⁷. Com grande atividade entre 1918 e 1919, o CFR teve seu dinamismo reduzido durante os anos de 1920, quando seus dirigentes sugeriram uma fusão com o *American Institute for International Affairs*.³⁸⁸

379 Ibidem. p. 13.

380 DREIFUSS, René. *A internacional capitalista*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 29.

381 Ibidem. p. 30.

382 Ibidem. p. 32.

383 DREIFUSS, René. Op. Cit. p. 32.

384 MCGANN, James. Op. Cit. 2016. p 3.

385 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 12.

386 Ibidem.

387 SHOUP, Laurence H; MINTER, William. *Imperial Brain Trust*. The Council on Foreign Relations & United States Foreign Policy. New York: Monthly Review Press, 1987. p. 15.

388 Ibidem. p. 16.

Assim, em 1921, o *American Institute for International Affairs*, depois de quase ter sido desfeito – diferentemente da sessão britânica, a sessão estadunidense vinha tendo dificuldades em se estabelecer – ganhou novo fôlego, com a fusão ao *Council on Foreign Relations*. Desta, forma, nascia o *Council on Foreign Relations inc.* Segundo Laurence Shoup, esta união representou uma sinergia de interesses comerciais e corporativos com vistas à orientação internacional e à atividade acadêmica³⁸⁹: Composto por “homens cujo objetivo era a acumulação de capital e homens focados em ideias. O novo CFR tornou-se a organização irmã de *Chatham House* e as duas organizações mantiveram uma estreita relação de cooperação desde então, cada uma ajudando a outra”³⁹⁰.

Após a fusão, o novo CFR passou a ter um quadro de quinze diretores, um presidente honorário, o já citado Elihu Root; um presidente, John William Davis, candidato do Partido Democrata à presidência em 1924 e advogado do notório investidor e banqueiro John Pierpont; um vice-presidente, Paul Drennan Cravath, advogado de Nova York, membro da firma Cravath, Swaine & Moore LLP; e, como tesoureiro, Edwin F. Gay, um dos únicos acadêmicos, ex-professor de história econômica em Harvard³⁹¹.

Embora a “classe intelectual” – como define Shoup – do CFR tenha um papel fundamental na dinâmica da instituição, sendo responsável pela execução dos objetivos de orientar a opinião pública estadunidense e de moldar a estratégia político-econômica do país, através da elaboração de relatórios e documentos apresentados ao governo –, seus integrantes nunca ocuparam os cargos de chefia da instituição, tendo pouca influência em suas tomadas de decisão³⁹². Assim, o CFR seria liderado por banqueiros, industriais e advogados ligados ao mercado financeiro e, justamente por isso, manteve uma visão clara sobre como a política externa dos Estados Unidos deveria ser conduzida ao avançar dos anos 1930. Sua direção acreditava que, com o fim da Primeira Guerra Mundial e o crescente poder econômico dos Estados Unidos, o governo deveria colocar o país em um papel de liderança mundial³⁹³. Assim, não só os Estados Unidos deveriam ingressar na Liga das Nações, como deveriam liderar a iniciativa. A posição do *Council* por uma atuação internacional forte era uma

389 Ibidem. p. 15.

390 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 13.

391 Laurence Shoup chama atenção para a ligação que estes líderes do CFR tinham com o banqueiro John Pierpont Morgan. O presidente era seu advogado, o vice-presidente era sócio-fundador da empresa de advocacia que representava o banco de Morgan, o J.P. Morgan & Co., e o secretário de tesouro era também editor do jornal *New York Evening Post*, cujo dono era Morgan. SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 12. GROSE, Peter. *Continuing the Inquiry. The Council on Foreign Relations from 1921 to 1996*. New York: Council on Foreign Relations, 2006. p. 10-12.

392 Ibidem. p. 14.

393 DOMHOFF, William. Op. Cit. p. 2.

conclusão lógica. Dominado por líderes do mundo corporativo, o CFR via na liderança global a garantia da expansão do comércio, dos investimentos e uma solução para os problemas domésticos, como o do crescimento da população³⁹⁴.

Como afirmou René Dreifuss, o CFR representou o nascimento da primeira iniciativa internacional de reunir, ao mesmo tempo, intelectuais, acadêmicos, industriais, militares, burocratas do estado e figuras da mídia para formar um verdadeiro “panteon do mundo dos negócios, da política, das finanças, da universidade e da imprensa”³⁹⁵.

2.2.2 O CFR na política externa estadunidense

Desde sua fundação como um clube de cavalheiros, o CFR manteve a dinâmica de promover reuniões e jantares para discussão de assuntos relacionados ao mercado e às relações internacionais. O novo CFR – após a fusão em 1921 – fundou Grupos de Discussão e um Programa de Grupos de Estudos. Os primeiros tinham por objetivo produzir análises e conclusões autorais³⁹⁶, enquanto o segundo funcionava quase como uma “conferência contínua” sobre política mundial e política externa dos Estados Unidos, recebendo líderes nacionais e estrangeiros, muitas vezes em sessões exclusivas para seus membros³⁹⁷. A primeira grande reunião, em novembro de 1922, recebeu o ex-primeiro ministro da França, George Clemenceau. Desde então, todos os secretários de Estado norte-americanos fizeram ao menos um discurso sobre política externa para o *Council*³⁹⁸.

Desde sua fundação, o CFR manteve boas relações com o governo estadunidense. Herbert Hoover, presidente dos Estados Unidos entre 1929 e 1933, fora um dos membros fundadores do *American Institute for International Affairs* e seu secretário de Estado, Henry Stimson, era membro do CFR³⁹⁹. Funcionários do governo frequentemente integravam os grupos de discussão promovidos pela instituição, e seus membros serviram em cargos governamentais⁴⁰⁰. No entanto, a quebra da bolsa de valores, em 1929, e a crise estabelecida nos anos trinta criaram um cenário de desavença. Ademais, artigos sobre temas como o

394 SHOUP, Laurence H; MINTER, William. Op. Cit. p. 23.

395 DREIFUSS, René. Op. Cit. p. 33.

396 GROUSE, Peter. Op. Cit. p. 11.

397 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 12.

398 Ibidem. p. 13.

399 Ibidem. p. 23.

400 DOMHOFF, William. Op. Cit. p. 3.

trabalho da Liga das Nações e o crescimento do fascismo e do movimento nazista na Europa eram frequentes nas páginas da *Foreign Affairs*, o que acirrou a polêmica entre aqueles que defendiam o isolacionismo dos Estados Unidos e os que argumentavam em prol do intervencionismo, tanto na economia, por conta da crise, quanto na Europa⁴⁰¹.

No governo de Franklin Delano Roosevelt (1933 – 1945), os laços entre o CFR e o gabinete presidencial ficaram mais próximos. Norman Davis, vice-presidente (1933 – 1936) e depois presidente (1936 – 1944) do *Council*, era amigo do Secretário de Estado Cordell Hull e do próprio Roosevelt⁴⁰². Mas foi só no período da Segunda Guerra Mundial que a instituição começou a moldar a política externa do país. Até então, o CFR gozava de certo prestígio, por ter membros próximos ou trabalhando com personalidades políticas, o que garantia certo poder de influência sobre a tomada de decisões⁴⁰³. No entanto, com a atividade dos grupos de pesquisa durante o conflito, em 1940 e 1941, o CFR tornou-se responsável pela maior parte do planejamento do Departamento de Estado no pós-guerra. Assim, muitos dos membros envolvidos nos projetos do CFR passaram a integrar o Departamento de Estado em 1942⁴⁰⁴.

A partir de então, o grau de participação do CFR nas tomadas de decisão tornou-se mais elevado. A instituição passou a construir e planejar agendas e definir políticas que foram adotadas por diversas administrações presidenciais.

Anos antes do ataque dos japoneses à Pearl Harbor e da entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, o CFR questionara o papel do país no cenário mundial. Ainda em 1936, Hamilton Armstrong e Allen Dulles, dois membros de longa data e figuras de liderança no *Council*, publicaram, pela instituição, o livro *Can We Be Neutral?*, em que atacavam a noção isolacionista de que a América poderia manter-se separada dos conflitos na Europa e a Ásia⁴⁰⁵. Quando a guerra eclodiu, seus pesquisadores já haviam começado a trabalhar em um empreendimento que viria a ser um dos maiores da história da instituição⁴⁰⁶, com um papel ativo na política estadunidense, o *War and Peace Studies Program*.

A Segunda Guerra e o pós-guerra constituíram momentos decisivos para a política externa dos Estados Unidos⁴⁰⁷. Já em setembro de 1939, pouco depois do conflito ter se iniciado na Europa, líderes do CFR se reuniram com o Secretário de Estado adjunto, George Messersmith, também membro do *Council*, para oferecer os serviços da instituição no

401 GROSE, Peter. Op. Cit. p. 21.

402 SHOUP, Laurence H; MINTER, William. Op. Cit. p. 26.

403 Ibidem. p. 23.

404 DOMHOFF, William. Op. Cit. p. 4.

405 GROSE, Peter. Op. Cit. p. 21.

406 Ibidem. p. 23.

407 HOEVELER, Rejane Carolina. *As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da comissão trilateral*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015. p. 101.

planejamento do pós-guerra⁴⁰⁸. Os membros do CFR julgavam que, na época, o Departamento de Estado tinha poucos recursos para promover estudos, pesquisas e planejamento. Entendiam que os diplomatas contemporâneos não eram melhores que os presentes na Primeira Guerra, o que levava ao isolacionismo e ao pouco aproveitamento do que o cenário político poderia ter proporcionado, economicamente, ao país como acreditava o CFR. Os membros do *Council* propuseram, então, uma iniciativa semelhante ao Inquérito: “um programa de análise independente para guiar a política externa nos anos pós-guerra”⁴⁰⁹.

Em dezembro do mesmo ano, com a aprovação do Departamento de Estado, a Fundação Rockefeller⁴¹⁰, velha associada e doadora do CFR, – doou US\$44.500 para começar o trabalho⁴¹¹.

O projeto foi nomeado de *Studies of American Interests in the War and the Peace* (Estudos de Interesse Americano na Guerra e na Paz), dividindo-se em cinco grandes grupos de estudo: Econômico, Financeiro, Segurança e Armamento; Territorial e Futura Organização Mundial, tendo os dois primeiros grupos rapidamente se transformado em um só. Mais tarde, em 1941, foi criado um grupo denominado Objetivos de Paz, para estudar as intenções de outros países, através de discussões com seus líderes e representantes⁴¹². O programa não visava apenas à construção de uma grande estratégia para levar os Estados Unidos à vitória sobre o Eixo, mas projetava uma visão sobre um possível pós-guerra que consolidasse o país como potência mundial, iniciando um “Século Americano”⁴¹³. Assim, seu objetivo era o de evitar que o governo repetisse as ações adotadas no final da Primeira Guerra, vistas como equivocadas pelo CFR. Assim, o programa surgiu para que os Estados Unidos tivessem um auxiliar não estatal que os guiasse em uma política que potencializaria seus ganhos no conflito, preparando uma política externa favorável a sua economia no pós-guerra.

Ao longo de cinco anos, os grupos que compunham o *War and Peace Studies* reuniram quase 100 participantes, que se encontraram mais de 250 vezes – a maior parte das reuniões ocorreu em Nova York – e produziram 682 relatórios para o Departamento de Estado, todos

408 DOMHOFF, William. Op. Cit. p. 5.

409 GROSE, Peter. Op. Cit. p. 23.

410 O Grupo Rockefeller, por muitos anos, esteve ligado ao CFR. O apoio oferecido para iniciar o *War and Peace Studies Program* continuou mesmo após a dissolução do grupo e, segundo Domhoff, estima-se que – até 2013 – o montante referente à doação superou 10 milhões de dólares. Em 2007, o programa de estudos promovido pelo CFR passou a se chamar David Rockefeller Studies Program. De fato, David Rockefeller colecionou importantes cargos dentro do *Council*, entre eles o de Chairman e de Vice-presidente, durante anos. DREIFUSS, René. Op. Cit. p. 35; DOMHOFF, William. Op. Cit. p. 4.

411 DOMHOFF, William. Op. Cit. p. 5.

412 Ibidem. p. 6.

413 HOEVELER, Rejane Carolina. Op. Cit. p. 101.

classificados como “confidenciais”⁴¹⁴. Talvez o mais relevante destes tenha sido o memorando apresentado no dia 24 de julho de 1941 ao presidente Roosevelt e a seus secretários. O documento expressava a visão do CFR sobre a guerra, definia uma “Grande Área” geopolítica e econômica na qual os Estados Unidos deveriam assegurar seu domínio, efetuando a contenção do avanço alemão e japonês e projetando-se no pós-guerra⁴¹⁵. Encerrado o conflito, o plano previa uma remodelagem da Europa e a criação de uma instituição financeira nacional, para estabilizar a moeda, e de uma instituição financeira internacional que facilitasse investimentos e o progresso de áreas menos desenvolvidas⁴¹⁶. Segundo William Domhoff, essa iniciativa foi precursora da criação do FMI, em dezembro de 1945⁴¹⁷.

Membros do *Council* desempenharam também um papel importante na decisão do uso das bombas atômicas contra o Japão, que marcou o fim do conflito. O Secretário de Guerra e, ao mesmo tempo, conselheiro sênior do presidente Roosevelt sobre questões atômicas, que viria a chefiar o comitê especial do presidente Truman para recomendar ação contra a bomba, era Henry Stimson, já citado membro do CFR. Além disso, dos oito membros deste comitê, cinco eram também do *Council*⁴¹⁸.

Com a aproximação do fim do conflito, a situação da Alemanha no pós-guerra foi a questão que mais ocupou os debates acerca da política externa⁴¹⁹. Havia duas posições nesse debate, a do plano Morgenthau – proposto pelo secretário do tesouro, Henry Mongerthau, que via a Alemanha como principal adversário e propunha a instituição de uma “paz severa”, com a desindustrialização do país, para que se tornasse incapaz de conduzir uma guerra moderna, e a posição que defendia uma “paz moderada”, prevendo a “desnazificação” e medidas de reparação visando à reintegração da Alemanha na economia mundial. Essa última posição era defendida pelo CFR e pelos membros do *War and Peace Studies*, sendo também, afinal, a medida adotada pelo governo⁴²⁰.

De fato, a política externa estadunidense transformou-se após o término do conflito: o isolacionismo deu lugar a uma potência mundial, os ex-adversários, Alemanha e Japão, tornaram-se aliados, e um aliado da guerra, a União Soviética, tornou-se um adversário⁴²¹. Durante os anos da guerra, no entanto, o CFR dera pouca atenção ao papel que a União

414 GROSE, Peter. Op. Cit. p. 23.

415 DREIFUSS, René. Op. Cit. p. 35.

416 Ibidem. p. 36.

417 DOMHOFF, Wiliam. Op. Cit. p. 10.

418 SHOUP, Laurence H; MINTER, William. Op. Cit. p. 33.

419 HOEVELER, Rejane Carolina. Op. Cit. p. 100.

420 Ibidem. p. 102.

421 GROSE, Peter. Op. Cit. p. 29.

Soviética poderia ter no novo cenário mundial, preocupando-se apenas em manter as repúblicas socialistas longe dos espaços especificados como da “Grande Área”⁴²².

Em junho de 1940, foi publicado pelo CFR o relatório *Geographical Distribution of United States Foreign Trade: A Study in National Interests* (Distribuição Geográfica do Comércio Exterior dos Estados Unidos: Um Estudo de Interesse Nacional), em que se mostrava a importância da exportação de produtos manufaturados e das exportações agrícolas para o país, destacando o crescimento da Ásia no cenário econômico mundial⁴²³. O documento concluía que o Oriente teria com os Estados Unidos uma relação semelhante àquela que os EUA haviam tido com a Europa no passado, ou seja, que viriam a constituir fonte de matéria-prima e mercado para a produção fabril. Nesse contexto, as economias britânica e japonesa só poderiam funcionar adequadamente em harmonia com a economia estadunidense, sendo o mercado asiático um grande fornecedor de matérias-primas. Logo, para assegurar o crescimento da economia estadunidense no pós-guerra, seria preciso garantir que o Japão não fechasse o mercado asiático ao país⁴²⁴. Como decorrência desses estudos, no memorando de julho de 1941 o sudeste da Ásia foi listado como parte da “Grande Área” em que os Estados Unidos deveriam assegurar seu domínio.

Para William Domhoff, os planos desenvolvidos entre 1940 e 1944 pelo *War and Peace Studies Program* também proporcionaram o ímpeto que eventualmente levou à Guerra do Vietnã:

É verdade, como todas as fontes enfatizam, que a Guerra Fria, a resultante política de contenção e o medo do avanço comunista aos olhos dos eleitores vieram a ser importantes elementos no pensamento dos oficiais do governo do pós-guerra. No entanto, apenas o inimigo específico tinha mudado, dos alemães e japoneses para os soviéticos e os chineses, não a política. As preocupações primárias permaneciam: em primeiro lugar, manter saudáveis as economias japonesas e britânicas que poderiam funcionar em harmonia com a economia americana; e, em segundo lugar, limitar o poder das nações que ameaçavam esta concepção corporativa de interesses econômicos estrangeiros americanos. Uma vez que esta definição do interesse nacional em termos de defesa da “Grande Área” precedeu o da ameaça soviética e chinesa, a importância atribuída ao Vietnã não pode ser atribuída unicamente a uma aversão ao comunismo ou ao medo de um bloco URSS-China, que não se desenvolveu até 1949⁴²⁵.

O *Council* teve um papel importante na política estadunidense referente à campanha do Vietnã e foi justamente devido ao seu fracasso, já nos anos setenta, que a instituição sofreu

422 SHOUP, Laurence H; MINTER, William. Op. Cit. p. 31.

423 DOMHOFF, William. Op. Cit. p. 28.

424 SHOUP, Laurence. MINTER. Op. Cit. p. 107-108.

425 DOMHOFF, William. Op. Cit. p. 28.

uma remodelação⁴²⁶. Desde o princípio da guerra, houve manifestações contrárias. Face aos relatos de matanças promovidas no campo de batalha, antes de seu término a guerra já era vista como uma derrota. Como afirmou Rejane Hoeveler, “era impossível que esses acontecimentos históricos, vindo ao público através do rádio e da televisão, não mexessem com aquele que era o principal centro de elaboração das políticas externas dos Estados Unidos”.⁴²⁷

A controvérsia a respeito do Vietnã se iniciou quando William Bundy foi indicado para assumir a editoria da *Foreign Affairs*, em 1971. Bundy estivera envolvido em decisões centrais durante a guerra e, por isso, havia o entendimento de que ele compartilhava da responsabilidade moral pelas iniciativas vistas como criminosas⁴²⁸. Houve protestos contra sua indicação, que foi defendida pela liderança do CFR, o que gerou um conflito no interior da instituição. Nessa ocasião, John Franklin Campbell, um ex membro do *Council*, publicou na *New York Magazine* um artigo em que comentava, ironicamente, que o CFR começara a viver problemas de idade⁴²⁹. Para os membros mais antigos do *Council*, apenas o fato de que tal controvérsia tenha tomado um caráter público era chocante⁴³⁰. Após outros episódios e mais publicidade negativa, o CFR passou a procurar novas ideias e novos nomes para reformular sua imagem. Em 1972, modificou-se o regulamento da instituição, com o objetivo de promover maior democracia na eleição do quadro de diretores⁴³¹.

Foi ainda nos anos setenta que o CFR lançou o *Project For The 80's* (Projeto para os anos 80). O relatório anual do CFR de 1974⁴³² descreveu o novo programa, apresentado como sendo “de longe, a maior operação do *Council*”⁴³³. Seu objetivo era auxiliar o sistema político e econômico, em mudança desde o final dos anos de 1960, pela crescente competição dentro

426 HOEVELER, Rejane Carolina. Op. Cit. p. 103.

427 Ibidem. p. 105.

428 Ibidem.

429 Ibidem. p. 106.

430 SHOUP, Laurence H; MINTER, William. Op. Cit. p. 46.

431 HOEVELER, Rejane Carolina. Op. Cit. p. 107.

432 Desde sua fundação, o CFR produz um relatório anual contendo o balanço do ano anterior e previsões para as ações no seguinte. Os relatórios são divididos em várias subseções que cresceram e diminuíram com o passar dos anos, mas sempre apresentam aspectos importantes das visões políticas do CFR através das mensagens dos diretores, da mensagem do presidente e do relatório dos diretores da *Foreign Affairs*. Os relatórios apresentam ainda lista de membros associados e de *Staff* (pessoal) da instituição, descrevendo suas posições e cargos. A partir de 1976, estes relatórios tornaram-se extremamente corpulentos, chegando a variar de quase 100 páginas a cerca de 200 páginas. Hoje, os relatórios apresentam uma síntese das ações do CFR, descrevendo as ações dos grupos de pesquisa e resumindo as publicações da *Foreign Affairs*, o que evidencia a visão que os membros do *Council* têm, ou constroem, da instituição. Estes relatórios são geralmente publicados em meados do ano, fazendo referência a segunda metade do ano anterior e a primeira metade do ano de publicação. Em suma, como definiu Laurence Shoup, “para qualquer compreensão do CFR, os relatórios anuais da organização são fontes-chave”. SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 251.

433 SHOUP, Laurence H; MINTER, William. Op. Cit. p. 254.

do capitalismo, pela guerra do Vietnã e pelos processos revolucionários no dito “Terceiro Mundo”⁴³⁴. Procurava repetir o sucesso institucional do *War and Peace Studies Program*⁴³⁵ mas, diferentemente daquele promovido na Segunda Guerra Mundial, o “Projeto para os anos 80” contou com a participação plena de membros e não-membros do *Council* em publicações destinadas a estimular um público profissional amplo⁴³⁶. Como afirmaram Laurence Shoup e William Minter, o trabalho tinha um orçamento de mais de 1,33 milhão de dólares, para um período de três anos. Em 1975, ou seja, um ano após o seu anúncio, a *Ford Foundation*, o *Lilly Endowment*, a *Mellon Foundation* e a *Rockefeller Foundation* tinham doado mais de 1 milhão de dólares para o projeto⁴³⁷. Sendo o CFR, desde sempre, um grupo ligado ao mercado financeiro, a abertura de novos mercados e a projeção da economia estadunidense ao redor do mundo era de interesse direto de seus doadores e associados.

E suma, o CFR é um poderoso *Think-and-do tank* a serviço do mercado financeiro e empresarial estadunidense, suas ações no decorrer da história norte-americana evidenciam este seu caráter. Segundo Peter Grose, que, em 1996, a pedido do presidente do *Council*, publicou o livro *Continuing the Inquiry: The Council on Foreign Relations from 1921 to 1996*⁴³⁸:

O que começou como uma resposta intelectual a uma conjuntura histórica, cresceu em uma instituição que prosperaria através de toda a diplomacia da América no século XX. Renovando perpetuamente seus membros e sua missão, alcançando além de um círculo de elite para ajudar a educar todo o público, o *Council* cresceu em um modelo que agora é emulado por uma série de novos centros de pesquisa, nos Estados Unidos e no exterior.⁴³⁹

Para René Dreifuss, no entanto, o objetivo do CFR ia além de “ajudar a educar todo o público”. Na prática, seu propósito era analisar, formular, avaliar e acompanhar iniciativas e diretrizes estratégicas internacionais (públicas e privadas) indispensáveis para sustentar o “crescimento e projeção do capitalismo norte-americano”⁴⁴⁰.

Como vimos, desde sua fundação, o *Council* desempenhou um papel considerável na

434 HOEVELER, Rejane Carolina. Op. Cit. p. 109.

435 SHOUP, Laurence H; MINTER, William. Op. Cit. p. 255.

436 GROSE, Peter. Op. Cit. p. 61.

437 SHOUP, Laurence H; MINTER, William. Op. Cit. p. 260.

438 Editado e publicado pelo próprio *Council on Foreign Relations*. O *Continuing the Inquiry* possui duas edições, uma de 1996 e outra de 2006. O prefácio da primeira edição, por Leslie Gelb – então presidente do CFR –, informava que ele havia pedido para que Rose escrevesse sobre a história da instituição por este ser antigo membro sênior, ex-editor executivo da *Foreign Affairs*, além de ser jornalista e historiador. GROSE, Peter. Op. Cit. p. xiii.

439 GROSE, Peter. Op. Cit. p. 1.

440 DREIFUSS, René. Op. Cit. p. 34.

política estadunidense⁴⁴¹. Através de complexas redes e de canais de comunicação, o conteúdo e tom das discussões elaboradas no interior da instituição chegavam aos formuladores da política e aos formadores de opinião⁴⁴². Se, como assinalado anteriormente, exercer influência na política era o objetivo primário de um *think tank*, o sucesso do *Council on Foreign Relations* foi considerável. No *2015 Global Go To Think Tank Index Report* do *Think Tanks and Civil Societies Program* (TTCSP), promovido pelo *The Lauder Institute* – que faz um levantamento, analisa e lista o número de *think tanks* do mundo desde 2008 –, o *Council on Foreign Relations* aparece listado como o sexto maior do mundo – com relação a fundos, doadores, produção e influência, entre outros fatores –, o quarto maior no território estadunidense e, mundialmente, o terceiro de maior impacto e influência na política⁴⁴³.

2.3 A revista *Foreign Affairs*

Uma das principais funções de um *think tank* é influenciar a agenda política, a opinião pública e a tomada de decisões, afinal, “a produção de ideias, bem como a capacidade de influenciar, são características inerentes aos *think tanks*”⁴⁴⁴. Um dos meios mais usados para atingir estes objetivos são as publicações. Muitas dessas instituições editam e publicam seus próprios livros, outras vão além e mantêm seus próprios periódicos. Este é o caso do CFR e da *Foreign Affairs*.

A revista *Foreign Affairs* é uma publicação bimestral, cuja primeira edição foi lançada no ano seguinte à fundação do CFR, ou seja, em setembro de 1922. O artigo principal em seu volume de lançamento foi escrito pelo ex-secretário de Estado, Elihu Root. Tratava-se de um ensaio acerca do papel dos Estados Unidos como uma potência mundial, e que, em razão disso, precisava formar um público crítico e informado, tanto para acompanhar assuntos internacionais quanto o próprio trabalho do governo⁴⁴⁵. Desde então, a revista já publicou

441 SHOUP, Laurence H; MINTER, William. Op. Cit. p. 5.

442 Ibidem. p. 6.

443 Segundo o relatório referente a 2015, os dez maiores *think tanks* do mundo são: 1). Brookings Institution (Estados Unidos); 2) Chatham House (Reino Unido); 3) Carnegie Endowment for International Peace (Estados Unidos); 4) Center for Strategic and International Studies (CSIS) (Estados Unidos); 5) Bruegel (Bélgica); 6) Council on Foreign Relations (CFR) (Estados Unidos); 7) International Institute for Strategic Studies (IISS) (Reino Unido); 8) RAND Corporation (Estados Unidos); 9) Woodrow Wilson International Center for Scholars (Estados Unidos); 10) Amnesty International (AI) (Reino Unido). MCGANN, James. Op. Cit. 2016. p. 7.

444 URRUTIA, Oliver. Op. Cit. p. 5.

445 ROOT, Elihu. A requisite for the success of popular diplomacy. *Foreign Affairs*. v. 1, n. 1, September, 1922.

diversos artigos e ensaios do cientista político Samuel P. Huntington, que deu origem ao livro homônimo, foi *The Clash of Civilizations?* (1993), a que nos referimos no capítulo anterior⁴⁴⁶. Outro nome recorrente nas publicações da revista, escrevendo dezenas de artigos, é o do historiador inglês Kenneth Maxwell, importante brasilianista e especialista em história ibérica. Entre outras personalidades e influentes personagens políticos que publicaram na *Foreign Affairs*, em período recente, estiveram Condoleezza Rice – Secretária do Estado dos Estados Unidos de 2005 a 2009 –, autora do ensaio *Campaign 2000: Promoting the National Interest* (Campanha 2000: Promovendo os Interesses Nacionais), do mesmo ano, Robert Zoellick, presidente do Banco Mundial de 2007 até 2012, e líderes políticos como Nelson Mandela, Indira Gandhi, Leon Trotsky e o ex-presidente brasileiro Jânio Quadros⁴⁴⁷.

Como afirmou Laurence Shoup, a *Foreign Affairs* é frequentemente mencionada como sendo o “principal fórum para uma discussão séria da política externa americana e de assuntos globais”⁴⁴⁸ e “principal publicação do campo” de política externa⁴⁴⁹, sendo avaliada pela revista *Time* como “o periódico impresso mais influente”⁴⁵⁰ e pelo *Washington Post* como “a Bíblia do pensamento das políticas exteriores”⁴⁵¹. É publicada pelo CFR, mas tem editoração independente, mantendo entre seus colaboradores autoridades estadunidenses e estrangeiras, diplomatas, oficiais militares, acadêmicos, líderes empresariais, jornalistas e especialistas em geral⁴⁵². O quadro de consultores da revista é composto dos membros do CFR que constituem seu quadro de diretores que, por sua vez, nomeiam o editor da revista.⁴⁵³

Segundo Shoup, atendendo a recomendações de grupos de estudos do CFR, a revista muitas vezes publica artigos de autoria de seus membros, moldando o debate político, à medida que este se desenvolve⁴⁵⁴. Essa premissa, presente abertamente desde a sua criação, é confirmada, por exemplo, no relatório anual de 1994, no qual o então presidente do *Council*, Leslie Gelb, afirma que um de seus principais objetivos era “estabelecer a agenda para os debates políticos”.⁴⁵⁵

446 HUNTINGTON, Samuel. *O Choque de Civilizações e a recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996. p. 22.

447 MANDELA, Nelson. South Africa's future foreign policy. *Foreign Affairs*. v. 72, n. 5, November/December, 1993; GANDHI, Indira. India and the world. *Foreign Affairs*, v. 51, n. 2, October 1972; e TROTSKY, Leon. Nationalism and economic life. *Foreign Affairs*. v. 12, n. 3, April, 1934.

448 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 50.

449 Ibidem.

450 Ibidem.

451 Ibidem. p. 8.

452 COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations, 2015.

453 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 10.

454 SHOUP, Laurence. Bush, Kerry, and The Council on Foreign Relations. *Z magazine*, October 2004.

455 COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations, 1994.

A seguir, discutiremos o nascimento da revista *Foreign Affairs* e sua atuação no debate político estadunidense.

2.3.1 Para “guiar a opinião pública”

Antes da fusão do CFR com o *American Institute for International Affairs*, existiu o *Journal of International Relations*, que funcionou de 1910 a 1921, ligado ao grupo que mais tarde se tornaria o *Gentlemen's Club*⁴⁵⁶. Quando o CFR foi fundado como instituição independente, ou seja, após a fusão, Edwin Gay – ex-professor de história econômica em Harvard, tesoureiro do CFR e um dos únicos acadêmicos da instituição, – tomou a iniciativa do projeto da nova revista, convidando seu amigo Archibald Cary Coolidge para assumir sua edição⁴⁵⁷. Coolidge era professor de História da Universidade de Harvard e participara do “Inquérito”, estando presente na Conferência de Paris em 1919. Além disso, seu nome constava da primeira diretoria do CFR. Quando foi convidado para assumir a revista, não abdicou de seu trabalho em Harvard, assumindo então as duas funções, com a exigência de ter um assistente em tempo integral⁴⁵⁸. Gay, que era editor do *New York Evening Post*, recomendou o nome de Hamilton Fish Armstrong, jovem repórter do jornal, que mais tarde assumiu a direção da *Foreign Affairs*, vindo a servir como diretor do *Council* por mais de quarenta anos⁴⁵⁹.

A criação da revista situou-se em um contexto específico dos anos de 1920 e 1930. A decisão do Senado pela não entrada dos Estados Unidos na Liga das Nações fora vista pelos membros do CFR como equivocada. O *Council* tinha uma visão para a política externa incompatível com o isolacionismo adotado pelo governo, defendendo uma projeção maior do país nas relações internacionais, sendo não só favorável ao ingresso na Liga das Nações, mas também a que o país assumisse a liderança da iniciativa⁴⁶⁰. No entanto, segundo Shoup e Minter, mesmo os maiores entusiastas das ideias do presidente Wilson no sentido de que se deixasse as principais questões de relações exteriores com grupos privados – o que resultou na

456 DULCI, Tereza. Semelhanças e diferenças entre os processos de criação da *Foreign Affairs* (1922) e a Revista Brasileira de Política Internacional (1958). *Anais Eletrônicos do IX Encontro Internacional da ANPHLAC*. Goiânia, 2010. p. 4.

457 DULCI, Tereza. Op. Cit. p. 5.

458 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 12.

459 Ibidem. p. 13.

460 DOMHOFF, William. Op. Cit. p. 2.

criação do Inquérito e, posteriormente, no CFR⁴⁶¹ – tendiam a sentir que o presidente havia cometido em erro, ao não construir internamente o apoio necessário para a participação na Liga das Nações. Assim, teria sido por falta de apoio que o Congresso optara pelo isolacionismo⁴⁶². Desta forma, os autores concluíram que a *Foreign Affairs* foi uma iniciativa do CFR para “educar a opinião pública”⁴⁶³, sobretudo de elite, acerca do papel de liderança que os Estados Unidos deveriam adotar, sendo o primeiro grande projeto do *Council*⁴⁶⁴.

O artigo de Elihu Root, *A Requisite For The Success Of Popular Diplomacy*, argumentava que, independente da visão adotada, pró ou contra o isolacionismo, os Estados Unidos se tornariam uma potência mundial. Segundo o autor:

O controle das relações externas por democracias modernas cria uma nova demanda por educação popular nos assuntos internacionais. Quando à difícil arte de regular a conduta das nações em direção ao outro, de modo a preservar os direitos e evitar a ofensa e promover a convivência pacífica, foi deixado aos escritórios estrangeiros do mundo, o público em cada país poderia julgar as políticas por resultados, e, nas várias maneiras pelas quais a opinião pública se expressa, poderia recompensar ou punir o sucesso ou fracasso do governo⁴⁶⁵.

No mesmo número, o editorial afirmava o propósito da revista de “guiar a opinião pública americana” (*guide American opinion*), sem identificar-se com nenhuma escola de pensamento específica e mantendo-se aberta a discussões⁴⁶⁶, como “um fórum não partidário para artigos sobre o mundo, apresentando visões divergentes para que os leitores pudessem refletir”⁴⁶⁷. A declaração de “imparcialidade” é, como vimos antes, característica da visão estadunidense dos *think tanks*. O CFR, como instituição, construiu-se sob a imagem de um órgão privado voltado ao social, como uma ferramenta a ser usada por todos – políticos, jornalistas, ou quem tivesse interesse – para compreender as relações exteriores. A revista reafirmava esta argumentação⁴⁶⁸, o que remonta aos três mitos sobre os *think tanks* referidos por Diana Stone⁴⁶⁹.

Embora tivesse como público-alvo primordial os profissionais nas áreas de

461 SHOUP, Laurence H; MINTER, William. Op. Cit. p. 18.

462 Ibidem. p. 19.

463 Ibidem. p. 19.

464 Ibidem. p. 17-20.

465 ROOT, Elihu. Op. Cit. p. 20.

466 GROSE, Peter. Op. Cit. p. 10.

467 Ibidem. p. 12.

468 Remontando à retórica de seus fundadores para com o dever educacional da revista, em 2014 a *Foreign Affairs* lançou o slogan: “Não só uma revista, um educador: Tudo que você precisa aprender sobre o passado, para compreender o presente e prever o futuro”. Vídeo promocional. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BTjw08lePU>>. Acessado em: 02/08/2017.

469 STONE, Diana. Op. Cit. p. 4.

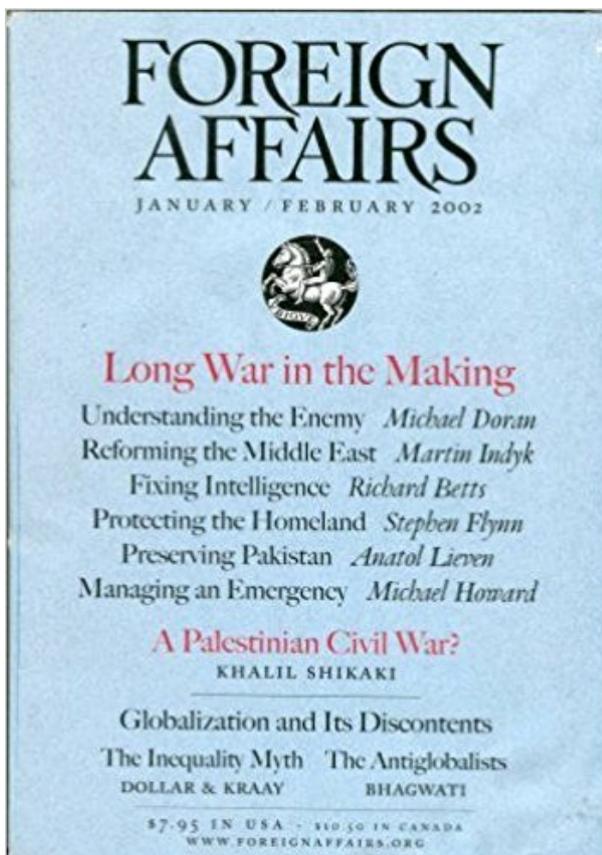
diplomacia, relações internacionais e negócios estrangeiros, a assinatura da revista estava disponível a qualquer um que se interessasse. Os editores acreditavam que o público em geral demoraria a buscar seu conteúdo, esperando, inicialmente, 500 assinantes. Segundo Peter Grose, o dobro deste número foi registrado logo após a primeira edição e, em dezembro, subiu para 2.700, chegando a 5.000 no ano seguinte⁴⁷⁰. Já no relatório anual de 1924, o CFR apresentava satisfação com a sua recém-lançada revista, afirmando que esta se estabelecia como a analista de relações exteriores de maior autoridade nos Estados Unidos⁴⁷¹.

Hoje, com pouco mais de duzentas páginas, a revista *Foreign Affairs* é basicamente estruturada em três partes: 1) *Comments* (Comentários), com textos curtos acerca de assuntos variados; 2) *Essays* (Ensaio), o principal conteúdo da revista, com os artigos mais extensos; e *Review and Responses* (Revisões e Respostas), com resumos, críticas de livros e revisões ou respostas a artigos publicados anteriormente na revista. Algumas edições, em especial, apresentam uma outra sessão – algo como um dossiê – com título próprio. Este foi o caso do *Long War in the Making* (Longa Guerra em Produção) da edição de janeiro/fevereiro de 2002, a primeira a tratar diretamente dos ataques do ano anterior (Figura 1). Embora a maioria dos artigos sejam assinados – são poucos na história da revista que foram publicados de forma anônima – os “dossiês” não apresentam um organizador, apenas os autores dos artigos que os compõem.

470 GROSE, Peter. Op. Cit. p. 13.

471 SHOUP, Laurence H; MINTER, William. Op. Cit. p. 18.

Figura 1 - Capa da edição de janeiro/fevereiro de 2002



Fonte: Foreign Affairs, jan./fev. 2002, capa (reprodução).

Com exceção da primeira edição, a *Foreign Affairs* não publica editoriais. Ao contrário, a revista esforça-se para passar a imagem de “imparcialidade” de seus fundadores e afirma não emitir nenhum tipo de opinião acerca de nenhum assunto. As edições trazem a seguinte nota no sumário:

Os artigos na *Foreign Affairs* não representam nenhum consenso de crenças. Nós não esperamos que os leitores simpatizem com todos os sentimentos que eles achem aqui, pois alguns de nossos escritores discordarão dos outros. Mas nós afirmamos que, mantendo-se livre de meros caprichos, a *Foreign Affairs* pode fazer mais para informar a opinião pública da América por uma hospitalidade ampla para ideias divergentes, que pode caso se identificasse com uma escola. Nós não aceitamos a responsabilidade expressa em qualquer artigo, assinado ou não assinado, que apareçam nessas páginas, o que aceitamos é a responsabilidade de dar uma chance de aparecerem.⁴⁷²

Mesmo no contexto de sua criação, elaborada para servir como ferramenta para “guiar a opinião pública” na direção dos interesses dos membros do CFR, não havia na revista um “monopólio” ou uma preferência por seus membros ou pelos que corroboravam suas visões.

472 THE EDITORS. *Foreign Affairs*. v. 81, n. 1, January/February, 2002 p. iii.

Ao fazermos um levantamento dos artigos publicados entre os anos de 1922 e 1933 – período compreendido entre o ano de lançamento da revista e o ano em que a Liga das Nações começava a perder força, devido ao crescimento do fascismo na Europa⁴⁷³ – cerca de 30 tratavam especificamente do trabalho da Liga e das relações exteriores dos Estados Unidos. Destes, 12 pareciam seguir a visão do CFR para com a política externa, criticando o isolacionismo adotado pelo governo e reivindicando uma posição maior nas relações exteriores. E, destes 12, apenas 6 eram artigos de membros ou associados do CFR. No entanto, compreender essa pluralidade não significa tomar por literal a retórica da “imparcialidade” da *Foreign Affairs*. Como afirmou Laurence Shoup, a revista é uma ferramenta de propaganda para as ideias e visões de mundo construídas nos grupos de estudo do CFR⁴⁷⁴, mas não é usada de forma agressiva. Há uma ponderação nas edições, que não evidenciam de imediato as visões políticas debatidas ou defendidas pelos grupos de estudos do CFR. Há na revista, portanto, – assim como nos think tanks – um esforço para manter a imagem de imparcialidade que legitimaria seus discursos, caso a revista adotasse em suas páginas uma única visão, evitando o diálogo, quebraria a imagem de imparcialidade criada pelos seus fundadores e comprometeria sua imagem de excelência acadêmica. Assim como na maioria dos think tanks, a *Foreign Affairs* pratica o ciclo de desapego e associação descrito por Medvetz. Porém, as inclinações do *Council* para com as tomadas de decisões estão sempre presentes na revista, e como veremos adiante, no contexto da “guerra ao terror” não foi diferente.

473 GROSE, Peter. Op. Cit. p. 27.

474 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2004. p. 2.

3 “PREPARE-SE PARA UM MUNDO NOVO E PIOR”

Os relatórios anuais do *Council on Foreign Relations* são abertos sempre com a fala do presidente da instituição, trazendo uma observação geral acerca das ações do ano anterior e apresentando previsões para o seguinte. No relatório de 2002, a mensagem de Leslie Gelb, presidente de 1993 a 2003, trazia, logo como primeira frase, a seguinte advertência: “Prepare-se para um mundo novo e pior”⁴⁷⁵. O tom pessimista relacionava-se com os ataques de setembro daquele ano. Ao mesmo tempo, Gelb constrói uma expectativa de incerteza para o futuro.

Não que o céu já esteja caindo, mas está escurecendo – escurecendo em termos de ameaças sérias para as falhas, mas civilizadas, sociedades. Escurecendo a respeito das oportunidades para as democracias e para as perspectivas econômicas, escurecendo e terrivelmente confuso sobre a informação e ideias pelas quais teremos que lutar através deste desagradável trecho da História.⁴⁷⁶

A mensagem ressaltava o papel importante que o CFR deveria exercer neste futuro próximo. Nas palavras do presidente, a instituição deveria manter-se “imparcial e aliada da verdade”⁴⁷⁷, para “promover as informações para a população, ao mesmo tempo em que deveria servir de subsídio para o governo”⁴⁷⁸. Para atingir tais objetivos, indicava-se uma série de medidas que seriam implementadas logo no ano seguinte, como a elaboração de uma enciclopédia virtual sobre terrorismo, em formato de perguntas e respostas, denominada *Terrorism Q&A*, e a realização de reuniões e encontros das várias instâncias do CFR com políticos, editoras e jornalistas. Algumas destas iniciativas resultaram na publicação, em outubro de 2002, do livro *The War on Terror*, uma coletânea de artigos publicados na *Foreign Affairs* sobre terrorismo⁴⁷⁹.

A mensagem de Gelb reafirmava a imagem de imparcialidade e de independência que os *think tanks* estadunidenses haviam construído para si. Ao mesmo tempo, procurava apresentar o CFR como portador de uma função social, posição essa associada aos mitos acerca dessas instituições, identificados no trabalho de Diana Stone⁴⁸⁰.

475 GELB, Leslie. President message. In: COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations, 2002.

476 Ibidem.

477 Ibidem.

478 Ibidem.

479 Ibidem.

480 STONE, Diana. Recycling Bins, Garbage Cans or Think Tanks? Three Myths Regarding Policy Analysis

A revista *Foreign Affairs*, mesmo que as atividades e visões do *Council* não ocupassem a maior parte das páginas da publicação, pode ser considerada como uma das principais ferramenta de divulgação de suas ideias⁴⁸¹. Após o onze de setembro, o órgão colaborou na elaboração de uma determinada imagem sobre o Oriente Médio e na definição de uma política para a região intervindo sobre temas como a decisão de iniciar a guerra no Iraque, a fixação de seus objetivos, a avaliação do curso do conflito e a retirada final das tropas⁴⁸².

3.1 O CFR, a *Foreign Affairs* e a deflagração da “guerra ao terror”

A partir de 2001 as edições da *Foreign Affairs* passaram a apresentar ao menos um artigo, comentário ou revisão e respostas, sobre temas como “terrorismo”, “guerra ao terror”, “Iraque” ou “Oriente Médio”. Desta forma, os números dessa produção são consideráveis: de 2001 a 2007 a revista trouxe cerca de 60 artigos – comentários ou respostas – sobre tais temas. Como afirmado anteriormente, a *Foreign Affairs* embora seja uma ferramenta do CFR para divulgação de suas ideias, não o faz exclusivamente. Observando apenas os artigos publicados na revista, à primeira vista não fica evidente o posicionamento do próprio CFR quanto à política externa. O centro de produção de ideias do *Council* são os diversos grupos de trabalhos (*task force*)⁴⁸³ financiados pela instituição, que produzem relatórios, muitas vezes entregues diretamente a agentes governamentais⁴⁸⁴. Assim, através dos volumosos relatórios anuais, que trazem informações sobre pessoal, membros e empresas associadas, além da mensagem do presidente – procuramos traçar as visões e ações que a instituição construiu para este contexto. Em um primeiro momento entre 2000 e 2005, para caracterizar as ações dos referidos grupos de estudos antes do onze de setembro, no momento em que os *neocons* começaram a recuar, devido ao mal-estar interno referente à ocupação estadunidense no Iraque, sem previsão de retirada. Em seguida, em um segundo momento, entre 2006 e 2007, quando Barack Obama vence a corrida eleitoral, negando o discurso da “guerra ao terror”.

Institutes. New York: *Public Administration*, v. 85, n. 2. Pages 259–568. 2007.

481 SHOUP, Laurence. *Wall Street's think tank: the Council on Foreign Relations and the empire of neoliberal geopolitics 1976–2014*. New York: Monthly Review Press, 2015. p. 148.

482 Ibidem. p. 8.

483 Segundo o CFR, os *Task Forces* são grupos criados para discutir questões da atualidade e de crítica importância para a política externa estadunidense. COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Special Activities. In: _____. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations, 2015.

484 SHOUP, Laurence. Op.Cit. p. 9.

Portanto, dentre as 42 edições da *Foreign Affairs* publicadas entre 2000 e 2007, destacamos 14 que traziam em seu conteúdo artigos que corroboravam a visão produzida e divulgada pelo CFR. Para isso, levamos em consideração não apenas o conteúdo do artigo, mas também as relações de seus autores com o CFR e, principalmente, com os órgãos públicos dos Estados Unidos. Como veremos adiante, a maioria dos autores destacados participaram de alguma comissão ou serviram diretamente aos governos anteriores em algum cargo, e eram, ou vieram a ser, mais tarde, membros do CFR.

Assim, através de oito relatórios anuais, dezoito artigos e seis grupos de trabalhos, analisaremos as perspectivas do *Council on Foreign Relations* para o “mundo novo e pior” a partir de 2000, com a deflagração da “guerra ao terror”.

3.1.1 A virada para o novo século

No relatório anual da *Foreign Affairs* de 2000, o editor James F. Hoge Jr, fazia um balanço das edições nos dois anos anteriores, apontando que o tema da economia global dominara as páginas da revista, havendo espaço para pautas como a China, presente em vários números, assim como as perspectivas do governo do presidente Vladimir Putin na Rússia⁴⁸⁵ - países que, com o Brasil e a Índia, viriam a compor o grupo que o economista Jim O’Neil, em 2001, chamou de BRICS. Hoge também destacava os artigos sobre a “força perturbadora do fundamentalismo islâmico no Irã, Kashmir, Afeganistão e Ásia central”⁴⁸⁶.

Não eram muito diferentes as preocupações do próprio CFR no início do século XXI. As *task forces* (forças-tarefa ou grupos de trabalho) organizadas pelo *Council* no período debruçavam-se sobre os seguintes temas: *Safeguarding Prosperity in a Global Financial System: The Future International Financial Architecture* (Protegendo a Prosperidade em um Sistema Financeiro Global: A Futura Arquitetura Financeira Internacional); *Promoting Sustainable Economies in the Balkans* (Promovendo Sustentabilidade Econômica nos Bálcãs); *U.S. Policy toward Colombia* (Política dos Estados Unidos para a Colômbia); o *U.S.-Cuban Relations in the 21st Century* (Relações Cubano-americanas no Século XXI), e o *Strengthening Palestinian Public Institutions* (Fortalecendo as Instituições Públicas

485 HOGE, Jr. James. *Foreign Affairs*. In: COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations, 2000.

486 Ibidem.

Palestinas)⁴⁸⁷. Outros grupos, formados a partir de 2001, foram o *Task Force on Brazil* (Grupo de Trabalho sobre o Brasil), o *Task Force on China* (Grupo de Trabalho sobre a China), o *Task Force on Russia* (Grupo de Trabalho sobre a Rússia), além do *Task Force on India and South Asia* (Grupo de Trabalho sobre a Índia e Sul da Ásia)⁴⁸⁸.

Segundo Paulo Visentini, a China, no limiar do novo século, experimentou um crescimento que originou uma nova geografia econômica mundial, desenvolvendo um novo conteúdo na cooperação Sul-Sul⁴⁸⁹, ao exportar produtos baratos, serviços e investimentos em infraestrutura para a África, a América Latina, o Oriente Médio e a Ásia e, em contrapartida, importando petróleo, gás, minérios e alimentos, o que, por si só, justificava o interesse do CFR pelo país. Seguindo o mesmo modelo – embora sem o mesmo êxito – a economia indiana se expandiu para países vizinhos na busca por mercados, investimentos e fornecedores de matéria-prima⁴⁹⁰. A preocupação com os Bálcãs, por outro lado, ligava-se com os conflitos civis e as interferências da ONU na região⁴⁹¹. Já a atenção para a Colômbia estava ainda relacionada com a guerra às drogas, iniciada por Ronald Reagan e continuada por seu sucessor, George H. W. Bush⁴⁹². Em suma, tratava-se de assuntos importantes da história recente das relações exteriores estadunidenses e para uma projeção econômica global. Ou seja, o CFR, ao voltar-se para os mesmos, reafirmava seu mais antigo objetivo: estudar e avaliar a política externa norte-americana, a fim de traçar uma estratégia que sustentasse a projeção da economia do país.

No relatório da revista de 2001 esse quadro não havia sido alterado. Segundo Hoge Jr., embora a publicação tenha tratado da campanha presidencial e do histórico da política externa da administração de Bill Clinton, além das expectativas para o governo do recém-eleito de George Bush, o principal foco mantinha-se na economia e nas relações com a China e Ásia central⁴⁹³. Tópicos como “manutenção da paz”, “terrorismo”, “crimes internacionais”, entre outros, haviam sido secundários, aparecendo em poucas ocasiões⁴⁹⁴. Esse panorama foi alterado na segunda metade de 2001.

“As seis edições da *Foreign Affairs* publicadas no ano passado foram incomumente dominadas por um único tópico: terrorismo”⁴⁹⁵ - estas foram as primeiras palavras de James

487 COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Special Activities. In: ___. Op. Cit. 2000.

488 Idem. 2001.

489 VISENTINI, Paulo. *O caótico século XXI*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015. p. 55-56.

490 Ibidem. p. 65.

491 Ibidem. p. 55.

492 CHOMSKY, Noam. *Contendo a democracia*. Rio de Janeiro: Record. 2003. p. 152.

493 Ibidem.

494 Ibidem.

495 HOGE, Jr. James. *Foreign Affairs*. In: COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS: Op. Cit. 2000.

Hoge Jr. no relatório de 2002. Aquele que havia sido um tópico paralelo passou a ser o principal tema da revista, em razão dos ataques de onze de setembro de 2001.

O tema dos ataques de 2001 afetou fortemente o conteúdo da revista. Segundo os relatórios anuais do CFR, a circulação da *Foreign Affairs*, entre 1999 e 2000, totalizou aproximadamente 110.000 cópias. Por outro lado, apenas a edição de novembro/dezembro de 2001 vendeu cerca de 120.000 cópias⁴⁹⁶. Esse aumento no número das vendas demonstra outras mudanças. Entre 1999 e 2000, aproximadamente um terço das assinaturas se concentrava entre acadêmicos – professores e pesquisadores ligados a universidades – e pessoas ocupando cargos políticos⁴⁹⁷.

Para se “preparar para o mundo novo e pior”, como disse Gelb, menos de uma semana após os ataques de onze de setembro, o CFR formou o *Task Force on Terrorism* (Grupo de Trabalho sobre Terrorismo). O grupo se reuniu para definir e debater questões-chave acerca dos ataques e do cenário político internacional e seu relatório final foi publicado e submetido ao gabinete Bush em 2002.⁴⁹⁸ Dissolvido após a publicação de seu relatório, o grupo foi descrito por Gelb como “a peça central do trabalho do *Council*”⁴⁹⁹ em 2001-2002. O relatório anual do CFR desse último ano reafirmava o papel que a instituição construía pra si. Segundo Geb “este ano, talvez mais do que nunca, as forças-tarefa independentes do Conselho desempenharão um papel importante na formulação da política externa”⁵⁰⁰. Sua revista não ficaria alheia a este movimento.

A primeira edição da *Foreign Affairs* a tratar diretamente dos ataques de onze de setembro foi a de janeiro/fevereiro de 2002. O dossiê *Long War in a Making* era composto pelos artigos *Somebody Else's Civil War* (A Guerra Civil de Outra Pessoa), de Michael Doran, *Fixin' the Intelligence* (Consertando a Inteligência), de Richards Betts, e *America the Vulnerable* (América Vulnerável), de Stephen Flynn.

Michael Doran⁵⁰¹ era, na época, membro sênior do grupo de estudos para Oriente

496 HOGE, Jr. James, *Foreign Affairs*. In: COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS: Op. Cit. 2000.

497 Ibidem.

498 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 57.

499 GELB, Leslie, *President Message*. In: COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Op. Cit. 2002.

500 GELB, Leslie, *President Message*. In: COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Annual report. New York: Council on Foreign Relations, 2003.

501 Phd em Estudos do Oriente Médio pela Universidade de Princeton, Doran foi membro do *Brookings Institution* e, em 2014, ingressou como membro no *Hudson Institute*. Tendo como área de estudos política de segurança dos EUA e do Oriente Médio, conflito árabe-israelense e extremismo islâmico, além de diversos cargos públicos, encontra-se o nome de Doran assinando artigos para a *Foreign Affairs*, *The Wall Street Journal*, *The New York Times* e no *The Washington Post*. HUDSON INSTITUTE, experts, Michael Doran bio. <<https://www.hudson.org/experts/1035-michael-doran>> Acessado em 31/07/2017.

Médio do Programa de Estudos do CFR⁵⁰². No segundo mandato de Bush, em 2004, Doran serviu como diretor no Conselho de Segurança Nacional (NSC), sendo responsável por conceber e coordenar as estratégias dos Estados Unidos em uma variedade de questões do Oriente Médio. Em seu artigo na edição, especulava que, para Bin Laden, os Estados Unidos invadiriam o Afeganistão em retaliação aos ataques de onze de setembro, atacando civis no processo. Isso poderia chocar a comunidade islâmica, causando rixas no Oriente Médio, a favor da Al-Qaeda e de sua *jihad*. Assim, a guerra contra os Estados Unidos, iniciada no onze de setembro, não era o objetivo do saudita, sendo um mecanismo para fortalecer seu islamismo radical⁵⁰³.

Doran afirmava ainda que o ódio aos Estados Unidos vinha de uma longa tradição salafista⁵⁰⁴, segundo a qual a queda das fronteiras mundiais, na construção de uma comunidade islâmica organizada globalmente, havia sido ordenada pela vontade de Deus. Assim, o objetivo de Bin Laden e da Al-Qaeda, ao atacarem os Estados Unidos, era unificar a comunidade islâmica contra um inimigo comum⁵⁰⁵. Em suma, para Doran, os Estados Unidos eram vítimas de uma conspiração islâmica radical, encabeçada pela Al-Qaeda, na implementação de sua *jihad* global, tendo sido tragados para a guerra civil de outrem. Seu artigo logo seria tomado como referência⁵⁰⁶, por ter sido um dos primeiros a difundir a tese de que os ataques foram uma ferramenta de marketing de Osama Bin Laden⁵⁰⁷.

Richard Betts⁵⁰⁸, assim como de Michael Doran, era membro do CFR em 2001, ocupando o cargo de diretor do Programa de Estudos de Segurança Nacional⁵⁰⁹. Betts servira por seis anos ao NSC e fora professor de estudos de guerra e paz na Universidade de Colúmbia, além de atuar como um consultor ocasional da CIA. Em seu artigo, *Fixin' the Intelligence*, Betts denunciava a falência do sistema de inteligência dos Estados Unidos, reconhecendo que “a ‘terrível verdade’ é que mesmo a melhor inteligência do mundo é

502 COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Staff. In: _____. Op. Cit. 2002.

503 DORAN, Michael Scott. Somebody Else's Civil War. *Foreign Affairs*, v, 81, n. 1. January/February 2002. p. 28.

504 O movimento Salafista é um movimento religioso islâmico que prega a volta aos fundamentos dos Salafis, os primeiros muçulmanos. O contexto de crescimento e a popularização desde movimento foi abordado no primeiro capítulo. ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus*. São Paulo, Companhia das Letras: 2009.

505 Ibidem. p. 30.

506 WRIGHT, Robin. An Eye for Terror Sites. *Washington Post*. November, 17, 2005.

507 Ibidem.

508 Professor de Estudos de Guerra e Paz no Departamento de Ciência Política, diretor do Instituto Saltzman de Estudos de Guerra e Paz e diretor do Programa de Política de Segurança Internacional na Escola de Relações Internacionais e Públicos da Universidade de Columbia, Betts foi membro do *Brooking Institute* até 1990 e professor adjunto da Universidade Johns Hopkins, em Estudos Internacionais Avançados. DEPARTMENT OF POLITICAL SCIENCE. Columbia University. Richard Betts Biography. Disponível em: <<http://polisci.columbia.edu/people/profile/10>>. Acessado em 31/07/2017.

509 COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Staff. In: _____. Op. Cit. 2002.

passível de falhas”⁵¹⁰. Assim, a melhor forma de melhorá-lo imediatamente aos ataques seria “jogar dinheiro no problema”⁵¹¹, isto é, aprovar gastos extras com essa finalidade.

Segundo Betts, a CIA já estava ciente da ameaça representada pela Al-Qaeda no início de 2001: a agência havia interceptado 34 comunicações diferentes entre vários associados de Bin Laden, o que a colocara em alerta máximo. No entanto, nunca se conseguiu descobrir para onde o ataque seria direcionado⁵¹². Para o autor, não havia evidências de que o melhoramento do programa em si teria sido suficiente para evitar os ataques⁵¹³. Algumas técnicas de coleta de informações eram relativamente conhecidas, o que prejudicava sua eficácia – os inimigos estavam mais familiarizados com elas, sabendo então como evitá-las. E, em razão disso, o mais adequado seria usar a inteligência humana, ou seja, usar agentes infiltrados para obter informações internas à organização. No entanto, em sua avaliação, devido ao aumento dos riscos, esta estratégia perdera adeptos e, assim, a melhor forma de infiltrar um espião era “comprá-lo”, o que exigia o aumento dos gastos⁵¹⁴.

Richard Betts havia sido membro da *National Commission on Terrorism* (Comissão Nacional Contra o Terrorismo) – referida como Comissão Bremer, por ter sido encabeçada pelo diplomata Paul Bremer III – organizada pelo congresso estadunidense em 1999. Contando com dez componentes, dos quais quatro do CFR, inclusive seu diretor,⁵¹⁵ – a Comissão Bremer publicara um relatório em junho de 2000, mais de um ano antes dos ataques, recomendando o aprimoramento do serviço de inteligência⁵¹⁶.

Também o *Task Force on State Department* (Grupo de Trabalho sobre o Departamento de Estado), conforme ressaltado no relatório anual do CFR de 2000/2001, acusara a existência de uma defasagem no plano de segurança nacional, visto como fragilizado desde a queda do muro de Berlim. Recomendava, portanto, fortalecer aquele órgão, tendo em vista assegurar a defesa nacional⁵¹⁷. Assim, a preocupação com o fortalecimento do serviço de inteligência parecia ser anterior aos ataques de onze de setembro.

Stephen Flynn era membro sênior para Estudos de Segurança Nacional do CFR, atuando também na *Commission on National Security* (Comissão de Segurança Nacional dos

510 BETTS, Richard. Fixing the Intelligence. *Foreign Affairs*, Op. Cit. 2002. p. 45.

511 Ibidem. p. 47.

512 WOODWARD, Bob. *Bush em guerra*. São Paulo: Arx, 2003. p. 24.

513 BETTS, Richards. Op. Cit. 2002. p. 48.

514 Ibidem. p. 50-51.

515 COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Staff. In: _____ . *Annual Report* New York: Council on Foreign Relations, 2001.

516 BREMER, Paul; SONNENBERG, Maurice. *Countering The Changing Threat Of International Terrorism*. Report of the National Commission on Terrorism. Washington: U.S. Government printing office, June, 2000.

517 COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Special Activities. In: _____ . Op. Cit. 2001.

Estados Unidos), iniciativa similar à *National Commission on Terrorism*. Após os ataques, foi diretor do *Task Force on National Security* (Grupo de Trabalho sobre Segurança Nacional) do CFR, aconselhando a administração de Bush em questões de segurança. Mais tarde, de 2003 a 2010, atuou como no NSC⁵¹⁸.

A preocupação de Flynn, em *America the Vulnerable*, voltava-se não à caça aos terroristas, mas sim à defesa nacional. Para o autor, os estadunidenses precisavam encarar três fatos: 1) o terrorismo antiamericano existia com alcance global e tinha um futuro indeterminado; 2) os terroristas tinham acesso a meios – biológicos ou químicos – de levar a catástrofe ao território americano; e 3) os distúrbios econômicos e sociais causados pelos ataques de onze de setembro de 2001, somados ao antraz localizado nos correios, proporcionavam um aumento do medo, o que, por sua vez, favorecia os terroristas⁵¹⁹. Flynn afirmou ainda que sempre haveria lugar para o terrorista “se esconder” e que, mesmo que a batalha fosse bem-sucedida, apenas o indivíduo envolvido diretamente em um episódio seria morto, e um novo adversário tomaria o seu lugar. Assim, “como na guerra às drogas, ir às fontes”⁵²⁰ era sedutor, teoricamente, mas ineficaz, na prática.

Segundo Flynn, o pós ataque fora desastroso. Os cidadãos se sentiram vulneráveis e descobriram que o governo vinha sendo displicente no monitoramento e na interceptação de terroristas⁵²¹. De acordo com o autor,

Dada a vergonhosa negligência das agências reguladoras e policiais da linha de frente, a surpresa não é que os ataques de onze de setembro tenham ocorrido; e sim de que os Estados Unidos tenham se esquivado da catastrófica bala do terrorismo por tanto tempo. Agora que este triste precedente foi definido, melhorar a capacidade de detectar e interceptar os terroristas que se dirigem para as costas americanas é ainda mais crítica do que antes⁵²²

Como a capacidade de detectar e interceptar ataques terroristas era pequena, os políticos tendiam a projetar as forças para o exterior, e não para a defesa nacional⁵²³: “Eles podem se sentir compelidos a correr atrás de terroristas estrangeiros, o que é mal

518 Phd pela *Fletcher School of Law and Diplomacy* da Universidade de Tufts, Richard K. Betts é professor consultor no Centro de Segurança e Cooperação Internacional em Stanford e Colaborador Sênior no Centro de Gerenciamento de Riscos e Processamento de Decisão da Wharton School, na Universidade da Pensilvânia. Institute for International Studies, Center for International Security and Cooperation. Stanford University. Stephen E. Flynn Biografy. Disponível em: <http://cisac.fsi.stanford.edu/people/stephen_e_flynn>. Acessado em 31/07/2017.

519 FLYNN, Stephen. *America the Vulnerable*. *Foreign Affairs*. Op. Cit. 2002. p. 61.

520 Ibidem. p. 64.

521 Ibidem. p. 65.

522 Ibidem. p. 68.

523 Ibidem. p. 69.

recomendado ou prematuro, além de ser extremamente caro em longo prazo”⁵²⁴. Para Flynn, isso seria um erro fatal. Ou seja, a preocupação com o contraterrorismo e a “guerra ao terror” ofuscava o verdadeiro problema dos Estados Unidos, diante daquela ameaça, que residia na segurança nacional e na vulnerabilidade do país.

Os três artigos, assinados por membros de grupos de estudos do CFR e figuras importantes no cenário político estadunidense, trouxeram para o dossiê que tratou dos ataques de onze de setembro questões discutidas antes mesmo daquele episódio, dando destaque à defasagem do serviço de inteligência, à vulnerabilidade das fronteiras e à questão dos conflitos no Oriente Médio e suas visões sobre os Estados Unidos. No entanto, tal pauta fora secundária nas páginas da *Foreign Affairs* até 2001⁵²⁵. Ao final dos anos 1990, o CFR, voltara-se principalmente às questões econômicas e seus programas de estudos e projetos – como o *War and Peace Studies* e *The Eighties Project* – seguiam esse propósito. Os assuntos relativos à segurança nacional haviam sido debatidos por outro *think tank*, desde os finais dos anos noventa, o *Project For a New American Century* (PNAC)⁵²⁶.

O PNAC tinha por finalidade, segundo sua declaração de princípios, promover a liderança dos Estados Unidos no mundo através de uma força militar sólida⁵²⁷, reivindicando, para tanto, o aumento nos gastos militares. No entanto, vale ressaltar que, dentre os vinte e cinco membros que assinaram a declaração de princípios da instituição em 1997, dezesseis eram membros do CFR⁵²⁸. Entre eles estavam Dick Cheney, Paul Wolfowitz e Zalmay Khalilzad. Dentre os dezoito membros do PNAC que assinaram a carta do PNAC ao presidente Clinton, doze eram membros do CFR, incluindo Paul Wolfowitz, Paula Dobriansky, Elliott Abrams e Richard Perle (que serviram ao governo Bush), James Woolsey (ex-chefe da CIA) e Robert B. Zoellick (na época diretor do CFR)⁵²⁹. Ou seja, grande parte do PNAC era composto por membros do CFR.

Quando ocorreram os ataques de onze de setembro e os assuntos do terrorismo internacional e da segurança nacional ganharam o centro da pauta política dos Estados

524 Ibidem. p. 70.

525 HOGUE, Jr. James. *Foreign Affairs*. In: COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Op. Cit. 2000.

526 O *Project For A New American Century* (PNAC), think tank neoconservador, foi objeto de análise no primeiro capítulo.

527 PROJECT FOR A NEW AMERICAN CENTURY. *Statement of Principals*. June 1997. Disponível em <<https://web.archive.org/web/20050203004656/http://www.newamericancentury.org/statementofprinciples.htm>> Acessado em 02/08/2017.

528 PROJECT FOR A NEW AMERICAN CENTURY. *Letters sent to President Bill Clinton on Iraq*. January 26, 1996. Disponível em:

<<https://web.archive.org/web/20050204091959/http://www.newamericancentury.org:80/iraqclintonletter.htm>>. p. 151.

529 Ibidem. p. 152.

Unidos, o CFR, assim como a *Foreign Affairs*, os assumiram. Mas as inclinações e questões apresentadas nas primeiras falas depois do evento expressaram inclinações relativamente antigas entre a maioria de seus membros. Os meios para evitar o “mundo novo e pior” haviam sido discutidos no CFR e no PNAC antes mesmo dos ataques, ou da declaração de Gelb. Da mesma forma, o projeto para o futuro também já estava em produção.

3.1.2 “O imperialista relutante”

Segundo Laurence Shoup, os objetivos da guerra do Iraque eram dois: 1) realocar a população e os recursos (o petróleo, mas especificamente) do Iraque, de acordo com as necessidades estadunidenses; e 2) converter o país em um “paraíso neoliberal para os Estados Unidos e outras corporações multinacionais”⁵³⁰. Assim, por trás da retórica da “guerra ao terror”, havia um esforço para estender as fronteiras do mercado global, contando com a presença do poder da indústria do petróleo, da indústria bélica e do *establishment* financeiro de *Wall Street*⁵³¹.

A noção de que os Estados Unidos deviam portar-se como uma potência mundial cresceu no final da Guerra Fria. Em 1992 o CFR publicou o livro *The Imperial Temptation: the New World Order and America's Purpose* (A Tentação Imperial: A nova ordem mundial e o objetivo da América), no qual Robert Tucker e David Hendrickson⁵³² propunham que os Estados Unidos deveriam assumir “um papel imperial sem cumprir os deveres clássicos da regra imperial”⁵³³ – ou seja, agir de forma imperialista sem necessariamente formar colônias nos moldes da experiência britânica, por exemplo – já que as forças militares do país tinham ganhado uma posição no governo, que seria “excessiva e desproporcional”⁵³⁴, devido ao conflito no Golfo Pérsico. Assim, para Tucker e Hendrickson, o objetivo dos Estados Unidos para o início dos anos noventa deveria ser atender à “tentação imperial” e fortalecer sua presença no Oriente Médio militarmente.

Em 1997, foi publicado, também pelo CFR, o livro *The Reluctant Sheriff: The United*

530 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p 159.

531 CHOSSUDOVSKY, Michael. *Guerra e globalização*. São Paulo: Expressão Popular, 2004 p. 170.

532 Ambos foram membros do CFR, embora apenas o primeiro na época da publicação. COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Support CFR. The Whitney H. Shepardson Fellowship. Disponível em: <<http://www.cfr.org/about/membership/roster.html>>. Acessado em 31/07/2017.

533 TUCKER, Robert; HENDRICKSON, David. *The imperial temptation: the new world order and America's purpose*. Nova York: Council on Foreign Relations Press, 1992. p. 185.

534 Ibidem. p. 191

States After the Cold War (O Xerife Relutante: Os Estados Unidos após a Guerra Fria), de Richard Haass⁵³⁵. Haass defendeu que a base econômica e da política externa estadunidense deveria passar por uma orientação contínua. Por outro lado, a segurança nacional deveria voltar-se em direção ao Golfo Pérsico, Ásia e Europa⁵³⁶, mirando em especial o Oriente Médio e suas tensões, para assegurar que nenhuma ameaça – tanto econômica quanto militar – tomasse forma. De acordo com Haass:

Os Estados Unidos têm um interesse vital em um equilíbrio de poder favorável nessas três regiões de grandes recursos econômicos e militares. [...] Devemos agir para manter os equilíbrios aceitáveis através da oposição ou compensação a qualquer desequilíbrio que ocorra, seja de um estado local ou de um grande poder emergente.⁵³⁷

No número de setembro/outubro de 1999, a *Foreign Affairs* publicou o artigo *What to do with American Primacy* (O que Fazer com a Primazia Americana), do mesmo autor. A partir do questionamento “Somos o número um, e agora, o que?”, Haass defende que os Estados Unidos deveriam projetar uma dimensão imperial, tendo em vista “organizar o mundo segundo certos princípios que afetam as relações entre os Estados e as condições dentro deles. O papel dos Estados Unidos deve ser semelhante ao da Grã-Bretanha do século XIX”⁵³⁸.

Cinco meses após os ataques de onze de setembro e da invasão ao Afeganistão, a *Foreign Affairs* retomou esse argumento em *The Reluctant Imperialist: Terrorism, Failed States and the Case for American Empire* (O Imperialista Relutante: Terrorismo, Estados fracassados e o caso do Império Americano), de Sebastian Mallaby⁵³⁹.

Em seu artigo, Mallaby argumentava que a “guerra ao terror” se voltava para Estados falidos⁵⁴⁰, que apresentavam algum vazio de poder e lhe serviam como santuários. Para o

535 Membro sênior do CFR desde 1994, Haass veio a ser eleito presidente da instituição em 2003. COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Expert bio. Richard Hass. Disponível em: <<http://www.cfr.org/about/membership/roster.html?letter=H>>. Acessado em 31/07/2017.

536 HAASS, Richard. *The reluctant sheriff: The United States after the Cold War*. Nova York: Council on Foreign Relations Press, 1997. p. 71.

537 Ibidem.

538 HASS, Richards. What to do with american primacy. *Foreign Affairs*. v. 78, n. 5, September/October 1999.

539 Filho de um diplomata inglês, Mallaby é graduado em História Moderna pela Universidade de Oxford e trabalhou como colunista e membro do quadro editorial do *Washington Post* desde 1999. Antes escreveu sobre política externa e finanças internacionais para *The Economist*. COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Experts Bio. Sebastian Mallaby. Disponível em: <<https://www.cfr.org/experts/sebastian-mallaby>>. Acessado em 31/07/2017.

540 O termo usado por Mallaby (failed States) pode ser traduzido como Estados falidos ou fracassados. Segundo Chomsky, são características de Estados reconhecidos como fracassados a incapacidade ou relutância em proteger seus cidadãos de violências, por vezes sendo o Estado a origem da violência; a isenção frente aos efeitos da legislação internacional e a presença de um “déficit democrático” que privaria a população de uma substância democrática real. Mallaby, ao longo de seu artigo, afirma que Estados com estas características são espaços de tráfico de drogas, responsáveis por problemas demográficos e migratórios, além de abrigo para terroristas.

autor, antes da Segunda Guerra Mundial, quando tais Estados representavam uma ameaça às grandes potências, estas recorriam ao imperialismo para neutralizá-los⁵⁴¹. Mas, depois de “dois milênios” de impérios, o mundo tomara uma direção anti-imperialista, passando a evitar impor instituições próprias de uns a outros. Acreditava, porém, que “à medida que a desordem nos países pobres se torna mais ameaçadora”⁵⁴², alguma medida precisava ser tomada. A alternativa ao imperialismo, por meio da ajuda internacional, nas figuras da ONU e do Banco Mundial, se mostrara ineficiente e, desde o final dos anos oitenta, concluía-se ser necessária uma atuação política, além do apoio financeiro ou filantropo⁵⁴³. Com a ajuda externa, alguns esforços de democratização tiveram êxito, mas em “países mais difíceis, onde o fracasso do Estado ameaça a exportação do caos, a construção da nação tem sido difícil”⁵⁴⁴

Logo, para Mallaby, com a crescente ameaça oriunda dos Estados falidos, o governo norte-americano deveria ser mais aberto à ideia de exercer um poder imperial. Segundo o autor,

A lógica do neoimperialismo é muito convincente para o governo Bush resistir. O caos no mundo é demasiado ameaçador para ignorar, e os métodos existentes para lidar com esse caos foram tentados e deixaram a desejar. [...] Os Estados Unidos hoje serão um imperialista ainda mais relutante [que a Inglaterra], mas um novo momento imperial chegou e, em virtude de seu poder, a América é obrigada a desempenhar o papel principal.⁵⁴⁵

Após a publicação de seu artigo na *Foreign Affairs*, Sebastian Mallaby deixou a equipe do *Washington Post* e, em menos de um ano, foi contratado para integrar o Centro de Estudos Goeconômicos do CFR, como membro sênior em Desenvolvimento Internacional⁵⁴⁶.

A retórica de agir por “obrigações”, no entanto fazê-lo em relutância, esteve presente no discurso do presidente Bush do dia 20 de março de 2003, sobre a invasão ao Iraque:

Chegamos ao Iraque com respeito pelos seus cidadãos, pela sua grande civilização e pelas religiões que praticam. Não temos ambições no Iraque, exceto de remover uma ameaça e restaurar o controle desse país para seu próprio povo. [...] Nossa nação entra neste conflito relutantemente – contudo, nosso propósito é certo. O povo dos Estados Unidos e nossos amigos e aliados não viverão à mercê de um regime fora da

CHOMSKY, Noam. *Estados fracassados*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009 p. 8; MALLABY, Sebastian. The reluctant imperialist: terrorism, failed States and the case for American empire. *Foreign Affairs*. v. 81, n. 2, March/April 2002. p. 3.

541 MALLABY, Sebastian. Op. Cit. 2002 p. 2.

542 Ibidem.

543 Ibidem. p. 4.

544 Ibidem. p. 5.

545 Ibidem. p. 6.

546 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 154.

lei que ameaça a paz com armas de assassinato em massa.⁵⁴⁷

Assim, com o argumento de que a segurança nacional estava ameaçada pelo terrorismo, e sobre aqueles que os apoiavam, os membros do “eixo do mal”, a guerra ao Iraque, planejada por muitos há muito tempo, se iniciou em março 2003, ainda que sem o apoio internacional.⁵⁴⁸

3.1.3 “Próxima parada Bagdá”

Para Noam Chomsky, a invasão ao Iraque aconteceria mesmo se Saddam Hussein tivesse abandonado o país. Prova disso havia sido o ultimato de Bush e Tony Blair à ONU: “Façam o que dizemos ou tornem-se ‘irrelevantes’”⁵⁴⁹. Essa posição foi oficializada pelo documento de Estratégia de Segurança Nacional (*National Security Strategy Of The United States*), publicado em 2002, que trazia a afirmação “Não hesitaremos em agir sozinhos, se necessário, para exercer nosso direito de autodefesa agindo preventivamente contra tais terroristas”⁵⁵⁰. Isso porque, a “guerra ao terror”, nas palavras de Michael Chossudovsky, caracterizava-se, na prática, como uma campanha para “estender o sistema de mercado e abrir novas ‘fronteiras econômicas’ para o capital estadunidense”⁵⁵¹. Desta forma, mudar o regime no Iraque não seria suficiente, seria preciso instaurar um regime que emprestasse “aos governantes estadunidenses uma ‘fachada árabe’”⁵⁵² – ou seja, um governo que fosse aberto aos Estados Unidos, tanto política quanto economicamente. O CFR não só estava presente nesta campanha, como participou de sua formulação.

Dois meses após a definição pública dos novos inimigos dos Estados Unidos, com a declaração acerca do “eixo do mal”⁵⁵³, a *Foreign Affairs* publicou o artigo *Next Stop Baghdad?* (Próxima parada, Bagdá?), de Kenneth Pollack.

547 BUSH, George Walker. *Address on the Start of the Iraq War*. March 20, 2003. University of Virginia. Miller Center. Presidential speeches. George H. W. Bush presidency. Disponível em <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/march-20-2003-address-start-iraq-war>>. Acessado em 02/08/2017. Tradução livre.

548 PECEQUILO, Cristina. A era George W. Bush (2001/2007): os EUA e o sistema internacional. *II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional*. Rio de Janeiro, julho 2007. p. 10

549 CHOMSKY, Noam. Op. Cit. 2004. p. 162.

550 THE WHITE HOUSE. *The National Security Strategy of the United States of America*. Washington. September, 2002.

551 CHOSSUDOVSKY, Michael. Op. Cit. p. 91.

552 Ibidem. p. 163.

553 VISENTINI, Paulo. Op. Cit. 2015. p. 85.

Desde a guerra do Vietnã, a expressão *Hawks and Doves* (Falcões e Pombas) é utilizada nos Estados Unidos como uma forma de descrever duas percepções de como se deve atuar na política externa⁵⁵⁴. A primeira, “Falcões”, é usada para denominar aqueles que – assim como o animal – se comportam de forma predatória e assumem um caráter ofensivo na política internacional; a segunda, “Pombas”, fazendo referência à figura que serve como símbolo da paz, é usada para descrever aqueles que preferem assumir um papel multilateral, no lugar da agressividade unilateral⁵⁵⁵. Os que assumiram a agenda neoconservadora foram, por vezes, nomeados como “Falcões”⁵⁵⁶. Utilizando-se dessa expressão, em maio de 2002, o artigo de Kenneth Pollack argumentava sobre a necessidade de uma operação no Iraque para afastar Saddam Hussein do governo.

Pollack considerava que, para os “Falcões”, a derrubada de Saddam Hussein deveria ser a fase dois na “guerra ao terror” – tendo sido a fase um a invasão ao Afeganistão. Afinal, entendia ocorrer no Iraque a fabricação de armas que representavam uma ameaça crítica aos interesses estadunidenses⁵⁵⁷. Por outro lado, as “Pombas” apontavam a dificuldade dessa empreitada e a falta de evidências que associassem Saddam aos ataques nos Estados Unidos. Assim, argumentavam que os objetivos do país, para com o Iraque, deveriam ser os de reativar as inspeções por armas de destruição em massa da ONU⁵⁵⁸. Segundo o autor, ambos os grupos estavam em alguns pontos corretos, o primeiro na afirmação de que o suposto porte de armas de destruição em massa por Saddam seria uma tremenda ameaça aos Estados Unidos, e o segundo na afirmação sobre a dificuldade da empreitada⁵⁵⁹.

Ademais, Pollack considerava que os “Falcões” estavam corretos em dois aspectos importantes, o que, por fim, justificava a invasão ao Iraque: 1) Que Saddam Hussein, armado nuclearmente, era um desastre esperando para acontecer; e 2) Que seria mais fácil se livrar de

554 GERSTER, Friedrich Wilhelm. Linguistic Aspects of the Vietnam War. *Amerikastudien/American Studies*, v. 20, n. 2, 1975. p. 310.

555 Ibidem. p. 320.

556 No contexto da “guerra ao terror” e da invasão do Iraque, Benjamin Barber foi além e identificou, no governo Bush, dois grupos que denominou como “Águias e Corujas”: O primeiro com a definição tradicional de agressividade dos “Falcões”, no entanto, com o apelo patriótico da águia, animal símbolo nacional estadunidense; e o segundo, assim como o primeiro, assumindo um perfil agressivo, mas de dinâmica diferente. Assim, no lugar da pomba, símbolo da paz, denominou o grupo como “Corujas”, que são caçadoras, como os falcões, mas de hábitos diferentes. Entre as “Águias” – ou, na definição tradicional, “Falcões” – estariam o vice-presidente Dick Cheney, o secretário de defesa Donald Rumsfeld, o subsecretário de defesa Paul Wolfowitz e o secretário adjunto de estado John Bolton, não por coincidência, todos membros do *think tank* neoconservador PNAC. BARBER, Benjamin. *O império domado*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 53.

557 POLLACK, Kenneth. Next Stop Baghdad. *Foreign Affairs*, v. 81, n. 8, March/April 2002. p 31.

558 Ibidem. p. 32.

559 Ibidem. p. 33.

Hussein do que impedi-lo de reconstruir seu programa de armas⁵⁶⁰. Portanto:

Depois do perigo eminente que a rede Al-Qaeda tem demonstrado, a administração Bush deveria, de fato, virar sua atenção para Bagdá. Os Estados Unidos devem invadir o Iraque, eliminar o regime vigente e pavimentar o caminho para um sucessor preparado para respeitar o comitê internacional e viver em paz com os vizinhos⁵⁶¹

Para que a campanha fosse vitoriosa, algumas mudanças eram necessárias. Segundo o autor, diferentemente do Afeganistão, o poder político do inimigo atual estava melhor organizado, e os aliados internos – que foram de grande valia na guerra do Afeganistão – não eram devidamente organizados no Iraque. Assim, seria necessária uma nova estratégia militar, uma inovação⁵⁶², que abarcasse a melhoria na mobilidade aérea, no programa antimísseis e no recrutamento⁵⁶³. Assim, o artigo de Pollack apresenta elementos da agenda neoconservadora discutida desde os finais dos anos noventa, como a defesa da retirada de Hussein do governo e de uma renovação no campo militar estadunidense, dando ênfase à tecnologia antimísseis.

Kenneth Pollack era, nos anos 2000, membro sênior de Estudos de Segurança Nacional do CFR e, em 2001 e 2002, foi diretor do mesmo programa de estudos⁵⁶⁴. Entre 1988 e 1995, foi analista militar para assuntos de Irã-Iraque da CIA, sendo o principal nome para estratégias no Iraque e operações militares durante a Guerra do Golfo, entre 1990 e 1991⁵⁶⁵. Serviu também ao NSC, como diretor de assuntos do Oriente Médio e do Sul da Ásia entre 1995 e 1996, e como diretor de Assuntos do Golfo Pérsico, entre 1999 e 2001⁵⁶⁶. Meses após a publicação de artigo na *Foreign Affairs*, lançou o livro *The Threatening Storm: The Case for Invading Iraq* (A Tempestade Ameaçadora: O Caso para Invadir o Iraque), expandindo a argumentação acerca da necessidade de uma intervenção naquele país. O livro ganhou um espaço também na revista, na sessão de *Review and Responses*, com um comentário por Eliot Cohen. Membro sênior do CFR e membro fundador do PNAC, Cohen definiu o livro de Pollack como “trabalho bem escrito”⁵⁶⁷, que atrairia “muita controvérsia.

560 Ibidem. p. 37.

561 Ibidem. p. 33.

562 Ibidem. p. 40-43.

563 Ibidem. p. 44.

564 Pollack é também membro do Brookings Institute e professor da Universidade Georgetown. FOREIGN POLICY CENTER FOR MIDDLE EAST POLICY. Brookings Institute. Kenneth M. Pollack. Bio. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/experts/kenneth-m-pollack/>>. Acessado em 31/07/2017.

565 Ibidem.

566 Ibidem.

567 COHEN, Eliot. The Threatening Storm: The Case for Invading Iraq by Kenneth Pollack. *Foreign Affairs*, v. 81, n. 6, November/December 2002.

Mas será indispensável, mesmo para aqueles que discordam das suas conclusões”⁵⁶⁸.

Outro artigo que retomou os elementos neoconservadores foi *Transforming the Military* (Transformando as Forças Armadas), de maio de 2002, escrito pelo então Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld.

Um “Falcão” e neoconservador declarado,⁵⁶⁹ Rumsfeld nutria interesse em investir na chamada *Revolution of Military Warfare* (Revolução em Assuntos Militares ou RMA), projeto que, entre outros aspectos, pregava o investimento em novas tecnologias na guerra, dando prioridade à mobilidade aérea e à tecnologia antimísseis⁵⁷⁰. Seu artigo na *Foreign Affairs* veio justamente em defesa desta posição.

Segundo Rumsfeld, antes mesmo dos ataques de onze de setembro, os Estados Unidos tinham como objetivo “manter a paz no mundo do século XXI”⁵⁷¹. Para isso, o Departamento de Defesa deveria se concentrar em seis objetivos: 1) proteger o solo americano; 2) projetar e manter poder sobre ameaças distantes; 3) negar ao inimigo um “santuário”, fazendo-o perceber “que nenhum canto do mundo é remoto o suficiente para ele se esconder”⁵⁷²; 4) proteger a rede de informações de ataques; 5) usar a tecnologia de informação para aproximar diferentes forças de ataque em uma ação conjunta; e 6) manter livres os acessos aos espaços para manobra, protegendo-os de ataques⁵⁷³. Ou seja, para o secretário de Defesa, a ofensiva e a projeção global de poder e dominação dos Estados Unidos eram essenciais para subjugar o terrorismo e garantir, assim, a paz mundial.

Como o inimigo agora não era devidamente institucionalizado como um Estado-nação, sendo, ao contrário, difuso e invisível, a imposição da dominação deveria ser ampla o suficiente para abranger todas as ameaças que ele representava, independentemente de sua origem. Essa meta só poderia ser alcançada por um extenso investimento nas forças armadas⁵⁷⁴. Rumsfeld chega a afirmar que, à medida que se mudassem as prioridades de investimentos, deveria ser alterado o equilíbrio no arsenal – entre aeronaves tripuladas e não tripuladas, entre os sistemas de curto e longo alcance, entre os sistemas furtivos e desprovidos de *stealth*, e entre atiradores e sensores – com o propósito de expandir a dominação e a influência estadunidense⁵⁷⁵. Embora não fosse membro do CFR, era nome recorrente nos

568 Ibidem.

569 LACORN. Danilo *Os meandros da política externa dos Estados Unidos para o Afeganistão: o 11 de setembro e a Operação Liberdade*. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília. Brasília, 2012. p. 114.

570 Ibidem. p. 115.

571 RUMSFELD, Donald. *Transforming the Military*. *Foreign Affairs*. v. 81, n. 3, Tmay/June, 2002 p. 32.

572 Ibidem.

573 Ibidem. p. 35 – 36.

574 Ibidem. p. 41.

575 Ibidem. p. 48.

grupos de debate e em reuniões promovidas pelo *think tank*, entre elas o *Iraq: The War and Oil* (Iraque: A guerra e o petróleo⁵⁷⁶), em 2002. Saddam Hussein, desde os finais dos anos noventa, esteve na mira de Rumsfeld e também do CFR, embora, como vimos antes, só tenha vindo a ser assunto nas páginas da *Foreign Affairs* a partir dos anos 2001.

Tanto a fala de Pollack, quanto a de Rumsfeld, acerca da necessidade de uma empreitada militar no Iraque, foram ao encontro da visão do próprio CFR para o assunto. Como demonstra Laurence Shoup, a preocupação com o Golfo Pérsico vinha de longa data. A região, rica em petróleo, era vista como reunindo condições de exercer um poder real sobre as economias industriais do mundo⁵⁷⁷. A declaração de Dick Cheney em 1990 – na época, secretário de Defesa, membro sênior e também diretor do Grupo de Estudos sobre o Golfo Pérsico do CFR – de que quem controlasse o fluxo de petróleo teria o poder de estrangular a economia estadunidense⁵⁷⁸ confirma e mostra como esta visão estava presente no interior do CFR.

No início dos anos noventa, fora organizado por Paul Wolfowitz, Lewis Libby, Zalmay Khalilzad e Andrew Marshall – todos subordinados a Cheney no Pentágono e membros do CFR – o *Defense Planning Guidance* (Orientação do Planejamento de Defesa)⁵⁷⁹. O documento defendia que os Estados Unidos deveriam se certificar de que eram a única superpotência do mundo, devendo se esforçar para impedir qualquer poder hostil cujos recursos pudessem ameaçar essa posição⁵⁸⁰. No que se refere ao Oriente Médio, o documento era ainda mais específico, ao afirmar que os Estados Unidos deveriam permanecer como poder predominante na região, preservando o acesso ao petróleo⁵⁸¹.

Em 1993, assinado pelo ainda Secretário de Defesa Cheney, o *Defense Strategy for the 1990's: The Regional Defense Strategy* (o documento de Estratégia de Defesa para a década de 1990) afirmava que o primeiro grande conflito da era pós-Guerra Fria – a Guerra do Golfo, servira para preservar a posição estratégica dos Estados Unidos em uma região do mundo crítica aos seus interesses⁵⁸². Ainda segundo o documento, embora Saddam não tivesse sido derrubado, suas forças armadas haviam sido consideravelmente danificadas, estando os

576 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 156.

577 Ibidem. p. 150.

578 SIFRY, Micah; CERF, Christopher. *The Iraque War Reader: History, Document, Opinions*. New York: Simon & Schuster, 2003. p. 399.

579 Trechos censurados do documento (*Defense Planning Guidance*) foram vazados pelo *New York Times* em março de 1992. SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 150.

580 TYLER, Patrick. U.S. strategy plan calls for insuring no rivals develop. *The New York Times*. New York, March, 8 1992.

581 Ibidem.

582 OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE WASHINGTON DC. *Defense Strategy for the 1990's: The Regional Defense Strategy*. Washington: US Department of Defense. January 1993. p. 8.

recursos energéticos seguros. Assim, para manter este panorama, a estratégia para os anos noventa seria adotar medidas políticas e econômicas, ajuda humanitária e assistência à segurança, impedindo o surgimento de um agressor “não-democrático”⁵⁸³ em “regiões críticas”. O documento trazia ainda a afirmação de que “Nós [os Estados Unidos] trazemos a esta tarefa nossa influência moral considerável como a principal democracia do mundo”.⁵⁸⁴

Neste contexto, o terrorismo – e os Estados que os apoiariam – foi apresentado como antagonista da democracia. Os estadunidenses seriam um povo dotado de compaixão enquanto seus inimigos, naturalmente e essencialmente opostos, eram o “mal”. Os países democráticos faziam oposição aos opressores, marcados por valores negativos como tirania e barbárie⁵⁸⁵. A única forma de eliminar essas ameaças era disseminar os valores e instituições norte-americanas. Como constava do documento de Segurança Nacional de 2002: “Agiremos ativamente para levar a esperança da democracia, do desenvolvimento e do livre comércio para todos os cantos do mundo”⁵⁸⁶.

Como assinalou Chomsky, meses antes da invasão ao Iraque, em março de 2003, os Estados Unidos eram o único país no qual mais da metade da população acreditava que o Iraque e Saddam Hussein representavam uma ameaça direta à segurança nacional ou internacional⁵⁸⁷. Isso resultara de uma campanha propagandística bem-sucedida, que afastou a opinião pública estadunidense do resto do mundo⁵⁸⁸. Foi nesse contexto, em maio de 2003, a bordo do *USS Abraham Lincoln*, que o presidente proferiu o discurso que ficou conhecido como o *Mission Accomplished* (Missão Cumprida)⁵⁸⁹. Nele, afirmava que a vitória no Iraque, após a derrota do regime talibã, era um avanço na “guerra ao terror”, mesmo que não se tivessem estabelecido evidência das armas de destruição em massa e sem haver relação clara entre o Iraque e a Al-Qaeda⁵⁹⁰.

Segundo Michael Schwartz, os objetivos para o Iraque, após a ocupação, eram de gerenciar a reconstrução do país através do mercado, com pouco ou nenhum papel do governo iraquiano na supervisão ou regulamentação das empresas – empreiteiras, bancos e empresas de

583 Ibidem.

584 Ibidem.

585 LEITE, Lucas Amaral. George W. Bush e a construção do inimigo na guerra ao terror. *Fronteira*. Belo Horizonte, v. 8, n. 16, 2009. p. 42-43.

586 THE WHITE HOUSE. Op. Cit. 2002.

587 CHOMSKY, Noam. Op. Cit. 2004. p. 169.

588 Ibidem. p. 170.

589 BUSH, George Walker. *Address on the Start of the Iraq War*. March 20, 2003. University of Virginia. Miller Center. Presidential speeches. George H. W. Bush presidency. Disponível em <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/march-20-2003-address-start-iraq-war>> Acessado em 02/08/2017.

590 CHOMSKY, Noam. Op. Cit. 2004. p. 170.

construção civil em geral – que viriam a ser o coração da nova economia iraquiana⁵⁹¹. Para isso, fecharam estatais não vinculadas a indústria petrolífera, privatizaram as que eram compreendidas como lucrativas, desmantelaram barreiras e tarifas fiscais que inviabilizariam a entrada de empresas e produtos estrangeiros, entre outras ações que visavam diminuir a atuação do Estado na economia e incentivar o investimento estrangeiro⁵⁹².

Assim, a guerra no Iraque era, de fato, até aquele ponto, uma vitória dos interesses dos Estados Unidos. Afinal, por trás do discurso de uma guerra ao terrorismo estava o esforço de militarização de grandes áreas do mundo, consolidando a política que poderia ser entendida como um “imperialismo estadunidense”⁵⁹³.

3.1.4 “A Democracia pode parar o terrorismo”?

Segundo os “Falcões” que viriam a compor o gabinete Bush, exercer um papel de dominância no Oriente Médio, em especial no Iraque de Saddam Hussein, era imprescindível aos interesses da política externa estadunidense. Afinal, controlar o petróleo era controlar a economia global, como salientou Cheney⁵⁹⁴. Os manifestos do PNAC e artigos publicados na *Foreign Affairs*, assinados por membros do CFR, demonstravam como essa visão estava presente na instituição. Logo, antes do anúncio da guerra no Iraque, a “próxima parada em Bagdá” já era prevista e derrubar Hussein era o primeiro passo para promover o “novo século americano”. O segundo, como afirmou Chomsky, era construir um regime iraquiano “colaborador” dos Estados Unidos, que servisse como uma fachada árabe para sua presença no Oriente Médio⁵⁹⁵. A forma de fazê-lo seria com uma introdução no país de valores estadunidenses, em especial os de democracia e do livre comércio.

Como afirmou Eric Hobsbawm, existem palavras das quais todos buscam distanciamento, como imperialismo ou racismo. Por outro lado, existem aquelas com as quais todos buscam se identificar e traçar algum tipo de ligação⁵⁹⁶. A democracia é uma dessas

591 SCHWARTZ, Michael. *War Without End*. The Iraq War in Context. Chicago: Haymarket Books, 2008. p. 34.

592 Ibidem. p. 36.

593 CHOSSUDOVSKY, Michael. Op. Cit. p. 169.

594 SIFRY, Micah; CERF, Christopher. Op. Cit. p. 399.

595 CHOMSKY, Noam. Op. Cit. 2004. p. 172.

596 HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007. p. 97.

palavras, que carrega em si – ao menos no mundo ocidental – um valor moral positivo⁵⁹⁷. Isso leva a sua incorporação nos diversos discursos.

Na retórica construída pelo gabinete presidencial de George W. Bush acerca da guerra ao terrorismo, a democracia e a liberdade eram vistas como tendo uma função clara. Segundo o presidente, o objetivo dos Estados Unidos era prevenir que regimes autoritários auxiliassem grupos terroristas. Além disso, esses mesmos regimes foram acusados de não auxiliar seus cidadãos, sendo inclusive responsáveis pelo seu sofrimento, ferindo os direitos humanos, conforme revelado no discurso de 29 de janeiro de 2002.

A América sempre permanecerá firme quanto às exigências não-negociáveis da dignidade humana: o estado de direito, os limites ao poder do Estado, o respeito pelas mulheres, a propriedade privada, a liberdade de expressão, a igualdade de justiça e a tolerância religiosa [...] E temos uma ótima oportunidade durante este período de guerra para liderar o mundo em direção aos valores que trarão uma paz duradoura. Todos os pais e mães, em todas as sociedades, querem que seus filhos sejam educados e vivam livres da pobreza e da violência [...]. Em todas as regiões, o livre mercado, o livre comércio e as sociedades livres estão provando seu poder para o melhoramento de vidas.⁵⁹⁸

Assim, a difusão da democracia e da liberdade era apresentada como parte da “guerra ao terror”, com difusão dos valores americanos. Tais valores, apresentados como universais, salvariam a população dos Estados “falidos” da miséria. Essa era uma das funções do “imperialista relutante”.

Em 2003, o CFR criou o *Task Force on Iraq* (Grupo de Trabalho sobre o Iraque). Em seu relatório, o grupo recomendaria que os Estados Unidos se comprometessem a fazer um esforço plurianual, e multibilionário, para reconstruir o Iraque após o conflito, considerando o estabelecimento da segurança pública condição prévia para consolidar a reconstrução do país⁵⁹⁹.

Poucos meses antes da invasão ao Iraque, a *Foreign Affairs* publicou o artigo *Iraq and the Arab's Future* (Iraque e o Futuro Árabe), de Fouad Ajami. Diretor do CFR e membro do conselho de assessores da revista, Ajami foi diretor de estudos para Oriente Médio da Universidade Johns Hopkins de 1980 até 2011⁶⁰⁰. Seu artigo defendia que, além de derrubar o

597 Ibidem.

598 BUSH, George. *Address to the Nation speech*. January, 29, 2002. University of Virginia. Miller Center.

Presidential speeches. George H. W. Bush presidency. Disponível em <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-29-2002-state-union-address>> Acessado em 02/08/2017.

599 COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Special Activities. In: _____ . *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations, 2003.

600 Ajami era também membro sênior de Hoover Institute e copresidente do Grupo de Trabalho sobre Islamismo e a Ordem Mundial Herber e Jane Dwight, da Universidade de Stanford. Recebido uma série de prêmios, entre eles a Medalha Nacional de Humanidades (2006), o Prêmio Eric Breindel de Excelência em

regime de Saddam Hussein, a motivação dos Estados Unidos deveria ser modernizar o mundo árabe⁶⁰¹.

De acordo com o autor, a intervenção dos Estados Unidos em solo iraquiano era interpretada como um avanço imperialista a favor de Israel, e como um caminho para controlar o petróleo. Nenhum esforço diplomático convenceria a maioria árabe do contrário⁶⁰². Esta visão, construída durante os conflitos de independência – referidos no primeiro capítulo desta dissertação –, teria isolado o mundo árabe em seu próprio terreno, mas a migração e o terror transnacional alteraram essa dinâmica, causando fissões na região que, segundo Ajami, poderiam vir a ser aproveitadas pelos Estados Unidos na inserção de valores estadunidenses⁶⁰³. Ajami foi um grande crítico da teoria do Choque de Civilizações de Samuel Huntington. Argumentando que este ignorava a complexidade e os interesses dos diferentes Estados, defendia que as civilizações não os controlavam, em vez disso, os Estados controlavam as civilizações. Defendia também que a modernidade e a secularização eram fenômenos esperados, quase “naturais”, por acontecer⁶⁰⁴. Assim, mesmo que o esforço para impedir a secularização fosse grande no mundo árabe, naquele contexto o poder dos Estados Unidos poderia ajudar a “incliná-la a favor da modernidade”⁶⁰⁵.

Portanto, Ajami defende que os Estados Unidos deveriam ser um agente de reação política, um promotor de uma revolução social no mundo árabe muçulmano. O autor viu na “guerra ao terror” um movimento para consolidar a secularização no mundo árabe, valorizando a supremacia dos Estados Unidos nesse processo. Não bastaria retirar Hussein do governo, ou reconstruir o Estado iraquiano. Dever-se-ia implantar ali uma democracia, um “Estado moderno”⁶⁰⁶, o que levaria o mundo árabe à secularização.

Outro artigo que seguiu essa abordagem foi *How to Build a Democratic Iraq? (Como Construir um Iraque Democrático?)*, de Adeed Dawisha e Karen Dawisha⁶⁰⁷, ambos membros

Jornalismo de Opinião (2011) e o Prêmio Benjamin Franklin para o Serviço Público (2011). HOOVER INSTITUTE. Stanford University. Fellows. Disponível em: <<http://www.hoover.org/profiles/fouad-ajami>>. Acessado em 31/07/2017.

601 AJAMI, Fouad. Iraq and the Arab's Future. *Foreign Affairs*, v. 82, n. 1, January/February 2003. p. 21.

602 Ibidem. p. 20.

603 Ibidem. p. 28.

604 Ibidem. p. 15.

605 Ibidem. p. 30.

606 Ibidem. p. 33.

607 Phd em Relações Internacionais pela London School of Economics, Adeed Dawisha foi professor da Universidade de Lancaster e da Universidade de Keele e diretor-adjunto de Estudos do Instituto Real de Assuntos Internacionais da Inglaterra. Tornou-se membro do CFR em 1988. Professora do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Miami em Oxford, Ohio, e diretora do Centro de Estudos Russos e Pós-Soviéticos Havighurs, Karen Dawisha é membro do CFR desde 1992, sendo também membro da Fundação MacArthur e da Fundação Rockefeller. COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. About, Membership Roster; Miami University. Dawisha Bio. Disponível em:

do CFR, o primeiro desde 1988 e, a segunda, desde 1992. O texto trazia o seguinte questionamento:

No pós-guerra [do Iraque], a ocupação focará imediatamente em tarefas como assegurar a ordem, prover alívio ao sofrimento prolongado do povo iraquiano, afirmar o controle sobre o país, bem rápido, antes mesmo de atingir estes objetivos, a as forças vitoriosas terão que responder uma pergunta: Como, exatamente, eles devem cuidar da reconstrução do país? Dizer que o Iraque deverá ser democrático é a parte fácil, o mais difícil é afirmar como.⁶⁰⁸

Adeed Dawisha e Karen Dawuisha consideravam que, apesar da repressão do governo de Saddam Hussein, instituições democráticas não eram completamente estranhas ao Iraque. Além disso, a pluralidade étnica no país não representava necessariamente uma dificuldade na construção de um regime democrático, como era frequentemente apontado, podendo facilmente ser o contrário. Esse antagonismo poderia servir a um propósito construtivo na implementação de um regime democrático⁶⁰⁹. O segredo era preparar uma constituição que fizesse sentido ao mosaico sociocultural iraquiano e um regime federalista, com um presidente eleito diretamente e governando por decreto. Para esse objetivo, os Estados Unidos deveriam fomentar e apoiar partidos políticos e movimentos democráticos e não impor uma eleição de forma abrupta⁶¹⁰. A democracia era uma ferramenta para assegurar representatividade aos diferentes povos presentes no território iraquiano.

O relatório de 2004 do *Task Force on Iraq* ressaltava que os Estados Unidos deveriam assegurar que as forças da coalizão continuassem a garantir a segurança no Iraque, até que as tropas iraquianas pudessem fazê-lo por conta própria. Recomendava que o país mantivesse um compromisso de vários bilhões de dólares com o Iraque, para financiar a transição política, garantindo o envolvimento dos iraquianos no processo e auxiliando a criação de uma liderança do país para a ONU⁶¹¹.

No mesmo ano, foi instituído o *Task Force on U.S. Support for Reform in the Arab World* (Grupo de Trabalho sobre o apoio estadunidense para reforma no Mundo Árabe), com a missão de avaliar os interesses estadunidenses na promoção da “modernização e reforma no

<<https://www.cfr.org/membership/individual-membership>>. Acessado em 31/07/2017 e MIAMI UNIVERSITY. Department of Political Science. Staff Bio. Adeed Dawisha. <<http://www.users.miamioh.edu/dawisha/>> Acessado em 02/08/2017.

608 DAWISHA. Adeed; Dawisha Karen. How to Build a Democratic Iraq? *Foreign Affairs*, v. 82, n. 3, May/June 2003. p. 25.

609 Ibidem. p. 23.

610 Ibidem. p. 28.

611 COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Special Activities. In:_____. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations. 2004.

Oriente Médio”⁶¹², avaliar os programas em andamento e recomendar políticas para o país e para o setor privado na região⁶¹³. Em 2005, o grupo publicou um relatório, afirmando que a estratégia de promoção da democracia no Oriente Médio era a melhor forma de promover estabilidade e restaurar a credibilidade estadunidense na região. Assim, com base em consultas com intelectuais árabes, líderes empresariais e ativistas, o Grupo de Trabalho procurava levar os Estados Unidos a uma aproximação com aqueles governos⁶¹⁴. Desta forma, a promoção da democracia era apresentada como a melhor alternativa para as relações entre os Estados Unidos e os países do Oriente Médio, por meio do incentivo à criação de governos nesse regime.

Na edição de setembro/outubro de 2005, a *Foreign Affairs* trazia o artigo *Can Democracy Stop Terrorism?*, de autoria de Gregory Gause III. Membro do CFR desde 1992, Gause foi responsável por estudos árabes e islâmicos da instituição, de 1993 a 1994, e diretor do Grupo de Estudos sobre Monarquias do Golfo, em 1999. Participou, também, do *Task Force on U.S. Support for Reform in the Arab World*⁶¹⁵. Diferentemente do que havia sido defendido nos últimos artigos a que os referimos, para Gause promover a democracia não era a solução, segundo o autor:

Mesmo se a democracia for alcançada no Oriente Médio, que tipo de governos produziria? Será que eles cooperariam com os Estados Unidos em objetivos políticos importantes, além de conter o terrorismo, como o avanço do processo de paz árabe-israelense, manter a segurança no Golfo Pérsico e assegurar o abastecimento estável de petróleo? Ninguém pode prever o curso que uma nova democracia vai tomar, mas com base em pesquisas de opinião pública e recentes eleições no mundo árabe, o advento da democracia não parece susceptível a produzir novos governos islâmicos que sejam mais dispostos a cooperar com os Estados Unidos do que são os governantes autoritários atuais.⁶¹⁶

Segundo Gause, a opinião pública nos povos árabes não era necessariamente avessa à democracia, ao contrário, havia pesquisas mostrando que os árabes apoiariam esse tipo de regime. Mas, ao mesmo tempo, muitos árabes tinham opiniões negativas a respeito dos

612 Ibidem.

613 COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Special Activities. In:_____. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations. 2005.

614 Ibidem.

615 Autor de numerosos artigos sobre a política do Oriente Médio, com um foco particular na Península Arábica e no Golfo Pérsico – além de membro sênior não-residente no *Doha Center Brooking* –, Gause foi Professor de Relações Internacionais e chefe do Departamento de Relações Internacionais da *Bush School of Government and Public Service*, no Texas, e já assinou dezenas de artigos na *Foreign Affairs*. TEXAS A&M UNIVERSITY. The Bush School of Government & Public Service. Faculty/Diretor. F. Gregory Gause. Disponível em: <<http://bush.tamu.edu/faculty/ggause>>. Acessado em 31/07/2017.

616 GAUSE, Gregory. Can Democracy Stop Terrorism? *Foreign Affairs*, v. 84, n.5, September/October 2005. p. 63.

Estados Unidos⁶¹⁷. Assim, concluía que a implementação da democracia no Oriente Médio não garantia uma vantagem política ou econômica de imediato. Em vez de promover de pronto uma eleição, o governo americano deveria incentivar o crescimento de uma célula democrática liberal para competir com os partidos islâmicos a fim de, em um futuro, promover um estado democrático que colaborasse com os Estados Unidos⁶¹⁸. Não bastaria derrubar Saddam Hussein e implementar uma democracia, tampouco promover eleições para assegurar o domínio estadunidense na região. Ou seja, a presença estadunidense seria necessária para fins políticos, para reafirmar os valores da democracia liberal e do livre comércio, a fim de construir um partido político que atuasse de acordo com suas necessidades.

No entanto, com o avançar da guerra no Iraque e mesmo após a captura de Saddam Hussein em 2004, a popularidade do presidente Bush despencava⁶¹⁹. A campanha era vista como um fracasso⁶²⁰, repercutindo em problemas internos.

3.2 O CFR, a *Foreign Affairs* e o fim da “guerra ao terror”

Com o avançar dos conflitos no Iraque e no Afeganistão e a distância de sua conclusão, o gabinete presidencial foi alvo de fortes críticas. No início de 2005, a administração Bush começou a perder a blindagem que recebera dos ataques de onze de setembro⁶²¹, e as eleições de 2008 foram comprometidas. O resultado foi a eleição do senador Barack Obama, do Partido Democrata, a presidência.

Por apresentar-se como “o oposto de Bush”, sua vitória carregou um forte significado. A intenção de diferenciar-se da administração anterior foi tamanha que, em março de 2009, o gabinete Obama declarou o fim do uso da expressão “guerra ao terror” para descrever a política antiterrorista⁶²².

A seguir, trataremos do período 2005 – 2007 da administração Bush e das ações e visões do CFR em relação às políticas para o Iraque no período. Além disso, trataremos da

617 Ibidem. p. 70.

618 Ibidem. p. 72.

619 PEW RESEARCH CENTER. *Bush and Public Opinion*. December 18, 2008. Disponível em <<http://www.people-press.org/2008/12/18/bush-and-public-opinion/>> Acessado em 02/08/2017.

620 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 167.

621 PECEQUILO, Cristina. Op. Cit. 2007. p. 10.

622 SOLOMON, Jay. ‘US drops “war on terror” phrase, Clinton says’. *Wall Street Journal*, March, 31. 2009.

eleição de Barack Obama, de sua postura referente à política externa e de sua relação com a instituição.

3.2.1 “O que fazer no Iraque”? A “iraquização” e os primeiros planos de retirada

Embora o presidente Bush tenha declarado vitória na guerra contra o terrorismo ainda em 2003, no discurso a bordo do *USS Abraham Lincoln*, a situação no Iraque não aparentava estar resolvida. As forças armadas estadunidenses possuíam a organização necessária para efetuar uma guerra convencional bem-sucedida, mas foram frustradas ao empreender a guerra de guerrilha que lhes foi imposta no país⁶²³. Em uma tentativa de mudar a dinâmica do combate, a administração Bush recorreu a consultorias de Lawrence Korb, Arthur Helton e do general David Petraeus.

Lawrence Korb⁶²⁴ era membro do CFR desde 1992 e dirigiu o Programa de Estudos de 1998 a 2002, sendo, em 2003, membro sênior para estudos de segurança nacional⁶²⁵. Em novembro daquele ano, foi levado ao Iraque, pelo Pentágono, para auxiliar na construção de uma estratégia⁶²⁶. Arthur Helton era diretor para estudos de paz e conflitos do CFR, sendo membro sênior para estudos de refugiados e ações preventivas. Também foi levado ao Iraque, onde foi morto no bombardeio à sede da ONU em Bagdá, em agosto de 2003.⁶²⁷ Em 2004, foi enviado ao país o general David Petraeus. PhD pela Universidade de Princeton com o trabalho *The American Military and the Lessons of Vietnam* (As Forças Armadas Americanas e as Lições do Vietnã), Petraeus era reconhecido como especialista em contrainsurgência. Era membro do CFR, tendo liderado diversos Grupos de Trabalhos na instituição⁶²⁸.

Esses esforços, no entanto, foram ineficazes. À medida que a campanha no Iraque se estendia, as forças de ocupação enfrentavam maior resistência. Assim, a administração Bush adotou uma postura ainda mais agressiva, dobrando o contingente no país⁶²⁹. Conforme

623 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015 p. 163.

624 Ph.D em Ciência Política pela Universidade do Estado de Nova York em Albany, Korb serviu como assistente de Secretaria de Defesa de 1981 a 1985. É hoje professor adjunto da Universidade de Georgetown. CENTER FOR AMERICAN PROGRESS. Senior fellow, Bio. Disponível em: <<https://www.americanprogress.org/about/staff/korb-lawrence-j/bio>>. Acessado 31/07/2017.

625 COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Staff. In: _____. Op. Cit. 2004.

626 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 163.

627 Ibidem.

628 Ibidem. p. 164.

629 PECEQUILO, Cristina. Op. Cit. 2007. p. 9.

afirmou Cristina Pecequilo, com o avanço do conflito, os escândalos de Guantánamo sobre torturas e violações de direitos humanos e o fracasso em empreender uma transição política naquele país, o gabinete presidencial começou a perder a blindagem que ganhara no onze de setembro⁶³⁰.

No início de 2005, nomes envolvidos com a decisão de declarar a guerra, como o do secretário de Estado Colin Powell, começaram a deixar o governo. Outros “Falcões”, como Paul Wolfowitz, começaram a sair entre junho e outubro do mesmo ano⁶³¹.

A contínua instabilidade resultou em um crescimento do número de democratas no Congresso, nas eleições de meio de mandato⁶³². Assim, o gabinete presidencial, em ação conjunta com o Partido Republicano, instituiu, em 2006, o *Iraq Study Group* (Grupo de Estudo do Iraque ou ISG)⁶³³. Visando às eleições de 2008, a iniciativa tinha o objetivo de reafirmar as políticas vigentes, combatendo seus críticos e diminuindo a dissidência no governo. O ISG foi apresentado como uma iniciativa bipartidária, que unia intelectuais e pesquisadores para oferecer conselhos e emitir relatórios com alternativas para a política externa relativa ao Iraque⁶³⁴. Composto por dez membros, o grupo era dividido entre cinco republicanos e cinco democratas, sendo presidido pelo ex-secretário de Estado e secretário do Tesouro James Baker III (Republicano) e pelo ex-congressista Lee Hamilton (Democrata)⁶³⁵. Dos dez membros, em 2006, quatro democratas e dois republicanos eram membros do CFR⁶³⁶. Além disso, na construção de seu relatório, o ISG consultou quarenta e três ex-funcionários e especialistas em relações internacionais, dos quais vinte e três eram membros da instituição⁶³⁷.

Em seu relatório final, publicado em dezembro de 2006, declarava-se:

O Iraque é vital para a estabilidade regional e mesmo global, e é crítico para os interesses dos Estados Unidos. [...] Possui a segunda maior reserva de petróleo conhecida do mundo. É agora uma base de operações para o terrorismo internacional, incluindo a Al-Qaeda. O Iraque é uma peça central da política externa americana, influenciando como os Estados Unidos são vistos na região e ao redor do mundo⁶³⁸.

630 Ibidem. p. 10.

631 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 167.

632 PECEQUILO, Cristina. Op. Cit. 2007. p. 11.

633 Ibidem. p. 168.

634 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 168.

635 Ibidem. p. 167.

636 Ibidem.

637 Ibidem. p. 168.

638 THE IRAQ STUDY GROUP. *The Iraq Study Group Report*. Washington: United States Institute of Peace, December 6, 2006. (tradução livre) p. 12

Argumentando que o governo iraquiano não tinha legitimidade suficiente para manter-se por conta própria, o ISG descartou a possibilidade de uma retirada de tropas. No entanto, compreendia que seu incremento não resolvia a causa fundamental da violência no Iraque, que era, segundo o relatório, a ausência de reconciliação nacional⁶³⁹. Considerando que “quanto mais tempo os Estados Unidos permanecerem no Iraque sem progresso, mais ressentimento crescerá entre os iraquianos que acreditavam serem ‘súditos’ de uma ocupação americana repressiva”⁶⁴⁰, concluía ser preciso tornar as forças iraquianas independentes, apresentando um total de 79 recomendações para restaurar o Iraque como nação⁶⁴¹. As recomendações 62 e 63 tratavam exclusivamente do setor petrolífero, recomendando sua privatização⁶⁴². Segundo o documento,

Uma vez que o sucesso do setor petrolífero é fundamental para o sucesso da economia iraquiana, os Estados Unidos devem fazer o que puderem para ajudar o Iraque a maximizar sua capacidade [...] O mais rapidamente possível, o governo dos Estados Unidos deve fornecer assistência técnica ao governo iraquiano para preparar um projeto de lei do petróleo que defina os direitos dos governos regionais e locais e crie um marco fiscal e legal para o investimento [...] Os militares norte-americanos devem trabalhar com os militares iraquianos e com as forças de segurança privadas para proteger as infraestruturas petrolíferas e os empreiteiros. [...] A expansão da produção de petróleo no Iraque a longo prazo exigirá a criação de estruturas corporativas, o estabelecimento de sistemas de gestão e a instalação de gestores competentes para planejar e supervisionar uma ambiciosa lista de grandes projetos de investimento no campo petrolífero [...] Os Estados Unidos devem ajudar os líderes iraquianos a reorganizar a indústria petrolífera nacional como uma empresa comercial, a fim de aumentar a eficiência, transparência e responsabilidade⁶⁴³

Ainda em 2006, no mesmo ano da publicação do relatório do ISG, o CFR anunciou a formação do *Task Force on Energy and U.S. Foreign Policy* (Grupo de Trabalho sobre Energia e Política Externa Estadunidense). O Grupo se reuniria com líderes da indústria e de direitos ambientais e com organizações não-governamentais para determinar as consequências da dependência dos Estados Unidos em petróleo e gás importados – tida como crescente –, e manter uma sustentabilidade⁶⁴⁴. No ano seguinte, o Grupo publicou seu relatório, no qual se afirmava que a política externa estadunidense e a segurança nacional vinham sendo minadas pela falta de atenção à questão energética. Essa política, entretanto, vinha sendo atormentada

639 Ibidem.

640 Ibidem.

641 Ibidem.

642 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 168.

643 THE IRAQ STUDY GROUP. Op. Cit. p. 54 – 55.

644 COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Special Activities. In: _____, *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations, 2006.

pelo “mito da viabilidade de uma independência energética”⁶⁴⁵. Assim, o relatório concluía que o consumo de petróleo deveria ser reduzido e administrado e que as questões energéticas (ou seja, a obtenção de petróleo) deveriam ser melhor integradas à política externa⁶⁴⁶.

Como argumenta Laurence Shoup, o relatório do ISG representava o consenso do CFR, reafirmando a visão de que o Iraque e suas reservas petrolíferas constituíam uma peça crítica aos interesses nacionais estadunidenses⁶⁴⁷. O domínio da região era, portanto, importante demais para se perder, e a ocupação não poderia ser uma solução definitiva. A implementação da democracia pelo “imperialista relutante” encontrava obstáculos e a queda da blindagem concedida pelo onze de setembro comprometeria os republicanos nas eleições de 2008. A solução proposta era promover um esforço pelo fortalecimento das forças nacionais iraquianas, para efetuar uma transferência de responsabilidade pela segurança da região. Seguiria, então, a retirada das tropas estadunidenses, sob a justificativa de garantir-se a soberania nacional iraquiana⁶⁴⁸, mantendo-se um estado colaborador. No entanto, como salientou Pecequilo, mesmo que os democratas e parte dos republicanos defendessem a adoção de um cronograma para a retirada das tropas, Bush, em 2007, contrariando a recomendação do ISG, aumentou os efetivos e pediu mais verba para o esforço de guerra⁶⁴⁹.

Em novembro de 2005, a *Foreign Affairs* publicou o artigo *Iraq: Learning the Lessons of Vietnam* (Iraque: Aprendendo as Lições do Vietnã), de Melvin Laird. Laird foi secretário de Defesa do governo Nixon, tendo tido destaque na dinâmica militar no final da guerra do Vietnã. Foi Laird quem cunhou o termo “vietnamização”, usado por Nixon para descrever a política de “troca de responsabilidade” no combate no Vietnã⁶⁵⁰. Ele argumentava que os Estados Unidos não tinham perdido a guerra no Vietnã quando da retirada, em 1973, mas sim dois anos depois, quando o Congresso cortou o financiamento que mantinha o Vietnã do Sul com condições de lutar por conta própria⁶⁵¹. Até então, em sua avaliação, a estratégia de passar a responsabilidade do controle da região para os combatentes sul vietnamitas – com os Estados Unidos apenas auxiliando – havia funcionado. O artigo na *Foreign Affairs*, em 2005, defendia que a solução para o Iraque devia seguir o mesmo caminho, ou seja, uma

645 COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Special Activities. In: _____. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations, 2007.

646 Ibidem.

647 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015 p. 168.

648 PECEQUILO, Cristina. Op. Cit. 2007. p. 11.

649 Ibidem. p. 12.

650 WILLBANKS, James. *Abandoning Vietnam*. Lawrence: University Press of Kansas, 2008. p. 27

651 LAIRD, Melvin. Iraq: Learning the Lessons of Vietnam. *Foreign Affairs*, v. 84. n. 6, November/December 2005. p. 25.

“iraquização”⁶⁵².

Laird não integrou o CFR e não tinha, até aquela data, publicado na *Foreign Affairs*. Na verdade, sua única colaboração na revista foi o artigo que abriu os debates acerca da “iraquização”. No número de março/abril de 2006 foi publicado o artigo *Seeing Baghdad, Thinking Saigon* (Vendo Bagdá, pensando Saigon), de Stephen Biddle, e, em julho/agosto, *What to do in Iraq: a Roundtable* (O Que Fazer no Iraque: Uma Mesa de Debate), de Larry Diamond, James Dobblins, Chaim Kaufman e Leslie Gelb, seguido da resposta de Biddle, que dava sequência àquela discussão.

Stephen Biddle era professor de segurança nacional do Instituto de Estudos Estratégicos do Colégio de Guerra do Exército dos Estados Unidos. Em 2004, recebeu a medalha de prata no prêmio *Arthur Ross Book Award*⁶⁵³ pelo livro *Military Power: Explaining Victory and Defeat in Modern Battle* (Poder Militar: Explicando Vitória e Derrota na Batalha Moderna), publicado no mesmo ano. Em 2005 tornou-se membro sênior para assuntos de segurança nacional do CFR⁶⁵⁴. Em *Seeing Baghdad, Thinking Saigon*, argumentava que a guerra no Iraque tinha proporções e fins diferentes daquela promovida no Vietnã décadas antes. No Iraque, a situação era de uma guerra civil, e não de uma guerra pela libertação nacional. Assim, algumas das políticas adotadas naquela primeira ocasião haviam sido adaptadas de forma errada, devendo a autoridade ser repassada para as forças nacionais iraquianas, mas não nos modelos da “vietnamização” do governo Nixon⁶⁵⁵. Segundo Biddle, a autoridade no Iraque só poderia ser transferida quando fossem instaurados um consenso e um equilíbrio entre xiitas, sunitas e curdos presentes no território. Caso os Estados Unidos começassem a transferir responsabilidades antes de se estabelecer este consenso, só se geraria mais conflito⁶⁵⁶.

What to do in Iraq: a Roundtable não era um artigo da sessão “*Essays*”, como os demais que analisamos até aqui, sendo editado na sessão *Review and Responses*. Os quatro autores criticavam o artigo de Biddle mas, de fato, apenas complementavam sua

652 Ibidem. p. 31.

653 O “Arthur Ross Books Award” é um prêmio anual concedido pelo *Council on Foreign Relations* para publicações de livros de não-ficção. Instaurado em 2001, o prêmio é dividido em três colocações, uma medalha de ouro com prêmio em dinheiro de US\$25,000; uma medalha de prata, com prêmio de US\$10,000; e uma menção honrosa, com prêmio de US\$ 5,000. Segundo os relatórios do CFR, a instituição premia obras que tragam novas informações que mudem o entendimento de eventos ou problemas; que desenvolvam abordagens analíticas diferentes e proporcionem novas visões sobre questões-chave; ou que promovam novas ideias que ajudem a resolver problemas de relações internacionais. COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Special Activities. In: _____ . Op. Cit. 2004.

654 THE GEORGE WASHINGTON UNIVERSITY. Elliott School of International Affairs. Faculty: Stephen Biddle Bio. <<https://elliott.gwu.edu/biddle>>. Acessado em 02/08/2017.

655 BIDDLE, Stephen. Seen Baghdad, think Saigon. *Foreign Affairs*, v. 85, n. 2, March/April 2006. p. 23.

656 Ibidem. p. 31.

argumentação. Assim como Riddle, entendiam que a política adotada pelo gabinete presidencial levaria ao fracasso da campanha no Iraque. Também concordavam que promover uma “iraquização”, nos moldes da “vietnamização”, agravaria o problema, no lugar de resolvê-lo. A intervenção de Leslie Gelb, presidente do CFR entre 1993 e 2003, como já referido, propunha uma descentralização de poder no Iraque, dando-se autonomia aos diferentes grupos presentes no território. Segundo o autor, havia tempo para negociar um acordo de convivência, e os Estados Unidos poderiam se retirar da região, após intermediarem as negociações⁶⁵⁷.

Ou seja, a visão geral no CFR para o Iraque era de uma transição cuidadosa de lideranças. Em 2005, Colin Powell e Paul Wolfowitz já haviam deixado o governo. Com a derrota republicana nas eleições de meio de mandato em 2006, Donald Rumsfeld também se retirou, como uma tentativa de acalmar os críticos⁶⁵⁸. Quem assumiu como secretário de Defesa foi Robert Gates, membro ativo do CFR e parte do Grupo de Estudo sobre Iraque.

Com a retirada dos neoconservadores declarados, como Rumsfeld e Wolfowitz, Gates pôs em prática o plano previsto no *Council* para alcançar a vitória no Iraque. Foi iniciada uma ocupação de perfil mais modesto e menos agressivo, na tentativa de preparar as forças nacionais iraquianas para então começar-se a retirada⁶⁵⁹. No entanto, os esforços dos republicanos pareciam não ter resultados imediatos, e foi justamente apresentando-se como um antídoto aos “excessos” da administração Bush que o democrata Barack Obama fez sua campanha⁶⁶⁰.

3.2.2 “Renovando a Liderança Americana” e o fim da “guerra ao terror”

Durante o ano de 2007 e no início de 2008, a *Foreign Affairs* publicou uma série de artigos assinados pelos candidatos presidenciais. Segundo o relatório do editor da revista, além de acompanhar a corrida eleitoral, o público esteve no período excepcionalmente preocupado com as ameaças internacionais e com a posição dos Estados Unidos no mundo, sendo esses os principais tópicos tratados pelos candidatos nesses textos. Os Grupos de

657 DIAMOND, Larry; DOBBLINS, James; KAUFAMN, Chaim; GELB, Leslie; BIDDLE, Stephen. What to do in Iraq: a Roundtable. *Foreign Affairs*, v. 85, n. 4., July/ August 2006.

658 PECEQUILO, Cristina. Op. Cit. 2005. p. 13.

659 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 169.

660 MCKCRISTEN, Trevor. Ten Years on Obama's War on Terrorism in rhetoric and practice. *International Affairs*, v. 87, n. 4, 2011. p. 781.

Trabalhos (*Task Forces*) promovidos pelo CFR, por outro lado, pareciam caminhar em outra direção. Três grupos foram previstos para o ano de 2008, o *Task Force on U.S. Policy Toward Latin America* (Grupo de Trabalho sobre Política dos Estados Unidos para com a América Latina), o *Task Force on Climate Change* (Grupo de Trabalho sobre Mudança Climática), e o *Task Force on Civil Liberties and National Security* (Grupo de Trabalho sobre Liberdades Cíveis e Segurança Nacional)⁶⁶¹. Os artigos referentes à “guerra ao terror” e à guerra do Iraque perdiam espaço na revista para aqueles referentes à América Latina, a mudanças climáticas e ao crescimento econômico da China⁶⁶². Apenas cinco artigos publicados em 2007 trataram especificamente das questões do Iraque e do “terror”, *Negotiating With Terrorists* (Negociando com terroristas), de Peter R. Neumann; *Iraq’s Civil War* (Guerra Civil do Iraque), de James D. Fearon; *Who lost Iraq?* (Quem perdeu o Iraque?), de James Dobbins; *When Congress Stop Wars* (Quando o Congresso Para Guerras), de William Howell e John Pevehouse; e *Can the War on Terror be Won?* (A Guerra ao Terror Pode ser Vencida?), de Philip Gordon⁶⁶³. Destes autores, apenas o último era membro do CFR. Todos esses artigos assinalavam a derrota da administração Bush no trato com os terroristas e na campanha da guerra no Iraque.

O artigo de Philip Gordon, especificamente, desenvolveu uma argumentação acerca da “guerra ao terror” que, depois, foi reconhecida nas falas do candidato Barack Obama sobre o tema. Associado ao CFR desde 1988, Gordon foi nomeado membro sênior em 2015, quando serviu como Assistente Especial do Presidente e como Coordenador da Casa Branca para o Oriente Médio, Norte de África e Região do Golfo Pérsico⁶⁶⁴. Após a eleição de Barack Obama (2009 – 2016), em maio de 2009, Gordon fora nomeado secretário-assistente de Estado para Assuntos Europeus e Euro-asiáticos, na Secretaria de Estado de Hillary Clinton.⁶⁶⁵

Em *Can the War on Terror be Won?*, Gordon defendia que a vitória na “guerra ao terror” não viria com a captura ou com a morte de todos os terroristas, mas sim quando sua

661 COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Special Activities. In: _____. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations, 2008.

662 HOGE, Jr. James, Foreign Affairs. In: COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations, 2008.

663 NEUMANN, Peter. *Negotiating With Terrorists*. *Foreign Affairs*, v. 86, nu. 1, January/February 2007; FEARON; James. *Iraq’s Civil War*. *Foreign Affairs*, v. 86, n. 2, March/April 2007; DOBBINS, James. *Who lost Iraq?*. *Foreign Affairs*, v. 86, n. 5, September/October 2007; HOWELL, William; PEVEHOUSE, John. *When Congress Stop Wars*. *Foreign Affairs*, v. 86, n. 5, September/October 2007; e GORDON, Philip. *Can the War on Terror be Won?* *Foreign Affairs*, v. 86, n. 6, November/December 2007.

664 ALBRIGHT STONEBRIDGE GROUP. About us, Philip Gordon, Bio. Disponível em: <<http://www.albrightstonebridge.com/team/philip-gordon>>. Acessado em 30/05/2017.

665 COUNCIL ON FOREIGN RELATION. Experts, Philip Gordon. Expert Bio. Disponível em: <<https://www.cfr.org/experts/philip-h-gordon>>. Acessado em 30/05/2017.

ideologia fosse desacreditada: “Assim como a Guerra Fria terminou apenas quando um lado essencialmente deu-se como uma ideologia falida, a batalha contra o terrorismo islâmico será vencida apenas quando a ideologia que o sustenta perder o seu apelo”⁶⁶⁶. Assim, os Estados Unidos e seus aliados deveriam enfrentar a “guerra ao terror” com o mesmo tipo de “paciência e determinação que ajudou na vitória da Guerra Fria”⁶⁶⁷. A questão deveria ser tratada em uma perspectiva global e em um esforço comum de países aliados, e não em uma guerra literal promovida pelo governo dos Estados Unidos.

Essa argumentação também se encontrava no artigo do então candidato Barack Obama, publicado na revista poucos meses antes, com o título *Renewing American Leadership* (Renovando a Liderança Americana). Obama abordava assuntos como a revitalização das forças armadas, as armas de destruição em massa, o terrorismo internacional e a guerra no Iraque. Defendia que os Estados Unidos precisavam manter uma liderança nas questões internacionais, mas modificando a visão que o mundo tinha do papel exercido pelo país⁶⁶⁸. Para o candidato, o governo norte-americano deveria atuar internacionalmente em acordo com apoiadores e aliados, e não através da força – chegando a chamar a administração de Bush de “*Bully*” (agressor).⁶⁶⁹ Assim, a luta contra o terrorismo não deveria ser encarada como uma questão apenas dos Estados Unidos, mas sim global, sendo preciso renovar a liderança que o país exercia no mundo.

Para renovar a liderança americana no mundo, devemos construir uma resposta global mais eficaz ao terrorismo que chegou às nossas costas em uma escala sem precedentes em 11/09. De Bali a Londres, Bagdá a Argel, Mumbai a Mombasa e a Madri, os terroristas que rejeitam a modernidade se opõem à América e distorcem o Islã mataram e mutilaram dezenas de milhares de pessoas apenas nesta década. Como esse inimigo opera globalmente, deve ser confrontado globalmente [...] Para derrotar a Al-Qaeda, vou construir Forças Armadas do século XXI e uma parceria internacional do século XXI tão forte quanto a aliança anticomunista que conquistou a Guerra Fria para continuar a ofensiva em toda parte de Djibouti para Kandahar.⁶⁷⁰

Quanto ao Iraque, o futuro presidente entendia que uma investida militar externa não poderia pôr fim à guerra civil, reconhecendo que “no final, apenas os líderes iraquianos podem trazer verdadeira paz e estabilidade para o país”⁶⁷¹. Assim, para Obama, as ações no Iraque deveriam esclarecer que não havia interesse em manter uma base militar permanente no país, deixando-se apenas uma força mínima naquele território, para proteção de instalações

666 GORDON, Philip. Op. Cit. 2007. p. 56.

667 Ibidem. p. 59.

668 OBAMA, Barack. *Renewing American Leadership*. *Foreign Affairs*. v. 86, n. 4, July/August 2007.

669 Ibidem.

670 Ibidem. p. 32.

671 Ibidem. p. 21.

e pessoal, dando continuidade ao treinamento das forças de segurança iraquianas e, por fim, à erradicação da Al-Qaeda⁶⁷². Estes elementos reapareceram em seu discurso de posse, em janeiro de 2009:

Lembrem-se de que as gerações anteriores enfrentaram o fascismo e o comunismo não apenas com mísseis e tanques, mas com alianças robustas e convicções duradouras. Eles entenderam que o nosso poder por si só não pode nos proteger, nem nos dá o direito de fazer o que desejamos [...] Guiados por esses princípios mais uma vez, podemos atender às novas ameaças que exigem ainda maiores esforços – ainda maior cooperação e compreensão entre Nações. Começaremos a deixar o Iraque de forma responsável para o seu povo e forjar uma paz duramente conquistada no Afeganistão⁶⁷³

No avançar do primeiro ano de mandato, a posição oficial da Casa Branca era a de fechar a prisão de Guantánamo, que acabou por não se concretizar, e rever as políticas de interrogatório – acusadas de incluírem práticas de tortura⁶⁷⁴. O gabinete presidencial anunciou um plano para retirada de tropas do Iraque e uma nova estratégia para o Afeganistão, com ênfase na formação das forças armadas afegãs⁶⁷⁵. Em março de 2009, a secretária de Estado Hillary Clinton anunciou que a administração deixaria de usar o termo “guerra ao terror”, abandonando a terminologia de Bush⁶⁷⁶. A administração Obama mostrava-se comprometida em cortar qualquer referência à administração anterior. A opção por deixar de usar o termo era mais do que semântica, havia a intenção de reformular toda a política que o gabinete Bush denominara como “guerra ao terror”. Obama afirmava que se concentraria em causar efeitos ideológicos, o que seria a “real guerra ao terror”⁶⁷⁷, no lugar de uma guerra literal.

Assim, a proposta de política externa que venceu as eleições de 2008 era de negação da do gabinete de Bush. Barack Obama rejeitava a política da “guerra ao terror” e prometia devolver aos Estados Unidos uma política externa que fosse reconhecida como “benigna, moral e cooperativa”⁶⁷⁸. Conforme indicava em seu artigo na *Foreign Affairs*, em 2007, a proposta era construir uma “segurança comum para uma humanidade em comum”⁶⁷⁹. Um dos símbolos desse esforço de ruptura com a política de Bush e de cooperação internacional foi o discurso proferido na Universidade do Cairo, em junho de 2009, com o título de *A New*

672 Ibidem. p. 23.

673 Barack Obama’s inaugural address. *The New York Times*, January 20, 2009. Disponível em <http://www.nytimes.com/2009/01/20/us/politics/20text-obama.html> > Acessado em 02/08/2017. Tradução Livre

674 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2009. p. 10.

675 Ibidem. p. 12.

676 SOLOMON. Jay. Op. Cit.

677 MCCRISKEN, Trevor. Op. Cit. p. 782.

678 Ibidem. p. 781.

679 OBAMA, Barack. Op. Cit. 2007. p. 23.

Beginning (Um Novo Começo)⁶⁸⁰. Clamando por cooperação, o presidente afirmava:

Cheguei aqui para buscar um novo começo entre os Estados Unidos e os muçulmanos em todo o mundo; um começo baseado em interesse mútuo e respeito mútuo; baseado na verdade de que a América e o Islã não são exclusivos e não precisam estar em competição⁶⁸¹

O esforço em reprovar as ações da administração anterior fica ainda mais claro quando Obama, alegando ser parte de sua função como presidente lutar contra estereótipos negativos que o Islã teria tomado, afirmou que este era parte dos Estados Unidos e que os americanos, no fundo, acreditavam que, independente de raça ou religião, todos compartilhavam aspirações comuns⁶⁸². Meses antes desse discurso, em entrevista a *Al Arabiya* – rede de notícias árabe – o presidente declarou que, por ser presidente, tinha como obrigação comunicar ao povo dos Estados Unidos que o mundo muçulmano estava repleto de pessoas simples que queriam “viver suas vidas e ver seus filhos viverem vidas melhores”⁶⁸³. E que, por outro lado, para o mundo muçulmano, seu dever era comunicar que “os americanos não são seus inimigos”⁶⁸⁴. Estas falas ilustram a construção da narrativa da administração Obama em contraposição à elaborada pela administração Bush, enquanto o segundo pregava uma separação mundial em que “quem não esta conosco está contra nos”, o primeiro afirmava “não somos inimigos”.

Como afirmou Cristina Pecequilo, a vitória de Barack Obama nas urnas parecia ter promovido uma nova ordem na configuração dos atores que exerciam algum tipo de influência intelectual no poder político estadunidense⁶⁸⁵. Os neoconservadores, que tiveram forte presença no governo Bush, estavam em retirada desde 2005. Por outro lado, uma constante se manteve: a presença do CFR.

Embora Obama nunca tenha sido membro do CFR – e seu vice-presidente, Joseph Biden, só tenha participado da instituição por um breve período, no final da década de 1980⁶⁸⁶ –, seu gabinete esteve por todo mandato cercado de membros do *Council*. Os três conselheiros de segurança nacional –James Jones Jr, Thomas Donilton e Susan Rice –foram membros do

680 OBAMA, Barack. *President Obama's Speech in Cairo: A New Beginning*: Washington. The White House, January 4, 2009. Disponível em <<https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/NewBeginning/transcripts>> Acessado em 02/08/2017.

681 Ibidem.

682 Ibidem.

683 COWELL, Alan. On Arab TV Network, Obama Urges Dialogue. New York: *The New York Times*, January 27, 2009.

684 Ibidem.

685 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2009. p. 10.

686 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 74.

CFR. Os dois últimos, em especial, bastante ativos na instituição. Thomas Donilton, durante anos, foi vice-presidente do *Chairman's Advisory Council* (Conselho de Consultores do Presidente do CFR) e Susan Rice serviu ao subcomitê de nomeação do Conselho de Administração, de 2002 a 2004, e integrou o Conselho de Consultores do Presidente, em 2003 e 2004⁶⁸⁷. Outros membros da administração Obama, como os secretários do tesouro – do primeiro e do segundo mandato –, o primeiro secretário de defesa e o segundo diretor da CIA, foram todos membros do CFR⁶⁸⁸.

Antes mesmo de ser o representante dos democratas nas eleições de 2007, em 2005 e 2006 o senador Barack Obama participara das reuniões promovidas pelo CFR na capital do país. O *Washington Meetings Program* é uma iniciativa prevista pelo *Council* como parte da missão da instituição, de ser um recurso de auxílio na compreensão do mundo e na política externa dos Estados Unidos⁶⁸⁹. Nestas reuniões, encontram-se membros e líderes do CFR, líderes empresariais, congressistas e representantes do governo. Entre 2005 e 2006, o próprio presidente Bush estivera presente, para falar ao *Council* sobre o progresso da guerra no Iraque⁶⁹⁰. Assim, a administração Obama perpetuou a forte presença do *Council* no governo⁶⁹¹.

O *Council on Foreign Relations* caracteriza-se, sobretudo, como uma grande rede de “conexões e relações com pessoas e instituições econômica e politicamente poderosas em todo o mundo”⁶⁹², seu principal objetivo é de desenvolver uma agenda que guie as ações políticas, criando e sustentando um panorama favorável às empresas e corporações que o compõem e financiam. E o sucesso do CFR se dá justamente por esta relativa facilidade de penetrar no Estado, e pelo poderoso intercâmbio de informações e opiniões políticas por meio do qual busca promover um consenso entre os governantes. Assim, “à medida que as pessoas do Conselho entram e saem do governo, implementam-se políticas que beneficiam principalmente as que estão no topo da estrutura econômica”⁶⁹³. Por estas razões, nas palavras de Teixeira, “em sua existência, o CFR sempre esteve atrelado a todo tipo de teoria conspiratória sobre o domínio mundial”⁶⁹⁴. O fato é que essa extensa rede de pessoas e instituições mantida pelo *Council* é parte de um esforço em forjar uma política – tanto externa

687 Ibidem.

688 Ibidem. p. 75.

689 COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Statement of principles. In: _____ . *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relationst. 2015.

690 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 63.

691 Ibidem. p. 74.

692 Ibidem. p. 8.

693 Ibidem. p. 9

694 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. p. 130.

quanto interna – que favoreça essas poderosas corporações, o que leva à afirmação de que “não importa quem é eleito, as pessoas do *Council* propõem, debatem, desenvolvem consenso e implementam as principais políticas estratégicas da nação”.⁶⁹⁵

695 SHOUP, Laurence. Op. Cit. p. 15.

CONCLUSÕES

Quando o terrorista consegue atingir o alvo sem ser apanhado produz um efeito desmoralizador sobre o adversário. Em um contexto em que o inimigo é invisível, isso favorece a manutenção do medo e a noção de impotência⁶⁹⁶. Por esse motivo, a guerra ao terrorismo torna-se um conflito de guerrilha, com diversos combates irregulares, não havendo a formação tradicional de um exército contra o outro.

A guerra contra inimigos não caracterizados como Estados nacionais, a chamada “guerra irregular” ou “assimétrica”, já era conhecida desde 1989, com a teoria das quatro gerações da guerra desenvolvida em uma série de artigos do *United States Marine Corps* (corpo de fuzileiros dos Estados Unidos) – sem mencionar que já era praticada muito antes, não sendo, no entanto, reconhecida enquanto tal. A guerra assimétrica foi definida como a quarta geração e a forma mais moderna de guerra⁶⁹⁷, sendo sua dinâmica contraditória⁶⁹⁸.

Ao declarar-se guerra ao terrorismo, acabava-se por assumir que o terrorista era legítimo e, de certa forma, protegido pelas leis da guerra. Leis estas que, com os ataques a civis ou o uso do Antraz, por exemplo, eram ignoradas pelos próprios grupos terroristas.

O terrorismo era reconhecido pela ONU como um crime comum⁶⁹⁹ e, em caso de captura, o terrorista deveria ser extraditado para a sua pátria. Com a declaração da “guerra ao terror” e a compreensão dos ataques de onze de setembro como um ato de guerra, o terrorista passava a ser tratado como um prisioneiro de guerra⁷⁰⁰ – ou seja, como previsto na Convenção de Genebra de 1949, seria julgado por tribunais militares. Assim, Khalid Sheikh Mohammed, por exemplo, preso em maio de 2003 em sua casa no Afeganistão e identificado como um dos organizadores dos ataques de onze de setembro de 2001, foi acusado de assassinato, destruição de patrimônio e terrorismo⁷⁰¹. Preso em Guantánamo, onde teria confessado o seu envolvimento com a Al-Qaeda e nos ataques, foi a julgamento em 2008 no Pentágono por uma Comissão Militar, segundo a compreensão de que se tratava de um

696 BONANATE, Luigi. Terrorismo político. In: BOBBIO, Norberto; MATTUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Brasília: Ed. Universidade de Brasília/Linha Gráfica, 1991. v. 1. p. 1244.

697 SILVA, Carlos Alberto Pinto. Guerra Assimétrica: adaptação para o êxito militar. *PADECEME*, Rio de Janeiro, n. 15, 2º quadrimestre 2007.

698 VISACRO, Alessandro. *Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da História*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 40.

699 WOLOSZYN, Andre. *Terrorismo global*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010. p. 30.

700 Ibidem. p. 25.

701 ALACORN, Danilo. *Os meandros da política externa dos Estados Unidos para o Afeganistão: o 11 de setembro e a Operação Liberdade Duradoura*. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília. Brasília, 2012. p. 32.

criminoso de guerra⁷⁰².

Assim, a declaração de guerra ao terrorismo por parte da administração Bush conferiu a esse poderes extraordinários. O enquadramento dos ataques como atos de guerra promovidos por agressores estrangeiros levou à proposição, pelo Departamento de Justiça, da lei contra o terrorismo⁷⁰³ que serviu de base para o *USA Patriot Act*.

Com aproximadamente 350 páginas, a “*Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act*” é uma lei longa e complexa, que modificou 15 leis federais anteriores. As mudanças mais notáveis se referiam à obtenção de informações em meios eletrônicos. Em um sistema legal e burocrático comum, era necessária uma autorização prévia por parte de um juiz para a implementação de microescutas⁷⁰⁴. Ademais, este só poderia autorizar a escuta se houvesse indícios suficientes de que o suspeito estivesse envolvido em algum delito. O *Patriot Act* afetou “algumas questões relativas aos poderes de investigação no sistema processual penal federal ordinário”⁷⁰⁵, ampliando “notavelmente a possibilidade de investigação digital, sem exigir em todas as hipóteses a autorização judicial”⁷⁰⁶. Isso resultava, na prática, em um maior poder de investigação e espionagem, ao passo que suprimia a liberdade individual e a privacidade do suspeito, sem a necessidade da comprovação de indícios de envolvimento com algum grupo ou ato terrorista.

Lógica semelhante foi a adotada na construção da retórica do “eixo do mal”. Embora Rumsfeld tenha apresentado gravações e imagens que indicavam a posse de armas de destruição em massa por parte de Saddam Hussein⁷⁰⁷, a lógica da invasão ao Iraque foi a de defesa nacional, de acordo com a alegação de que a espera por uma comprovação seria letal⁷⁰⁸. Assim, desafiando as resoluções da ONU, as forças armadas estadunidenses, em ação conjunta com as forças britânicas, promoveram a invasão do país.

A guerra ao terrorismo pelos Estados Unidos, a partir do onze de setembro, mais que uma guerra – com todas as implicações filosóficas, legais e morais que pudesse trazer –, foi, na prática, a consagração de uma visão de mundo neoconservadora que buscava a supremacia do país. A guerra do Iraque foi a primeira ação desta nova doutrina de política externa para o

702 Ibidem. p. 42.

703 VERVAELE. John. A legislação antiterrorista nos Estados Unidos: um direito penal do inimigo? *Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal*, v. 2, n. 1, 2014. p. 32.

704 Ibidem. p. 34.

705 Ibidem.

706 Ibidem. p. 36.

707 SCHMITT. Eric. Threats and responses: Intelligence; Rumsfeld says U.S. has 'bulletproof' evidence of Iraq's links to Al Qaeda. *New York Times*, September 28, 2002.

708 BARBER, Benjamin. *O império do medo*. Rio de Janeiro: Record. ,2005. p. 112.

início do século XXI, que tentava fazer-se presente desde os anos noventa. Aquecida pela retórica da ameaça terrorista e de que havia uma guerra ao “mundo livre”, as turbinas neoconservadoras conseguiram pôr em prática a política de supremacia através das armas, de forma que não conseguiam desde a Guerra Fria. A “agenda secreta”,⁷⁰⁹ neoconservadora que viu nos ataques de onze de setembro oportunidade de se consolidar fez das guerras do Afeganistão e do Iraque partes da “guerra ao terror”, tal como as guerras do Vietnã e da Coreia estiveram para a Guerra Fria. Eram políticas beligerantes resultantes de uma visão de mundo e de uma agenda política predefinida. A Guerra do Vietnã e a do Iraque, igualmente, tiveram suas raízes plantadas por membros do CFR.

Foi negando essa concepção que Barack Obama construiu sua candidatura e que, após as eleições, excluiu a expressão “guerra ao terror” de sua administração. Não para dar fim ao contraterrorismo, mas para desconstruir o argumento de “nós contra eles” e a visão de “inimigos” da agenda neoconservadora. De fato, quando Osama Bin Laden foi morto em 2011, Obama usou em seu pronunciamento a expressão “guerra contra a Al-Qaeda” no lugar de “guerra ao terror”⁷¹⁰.

O *Council on Foreign Relations* é uma instituição civil, quase centenária, que carrega em sua história uma longa trajetória de cooperação com o governo estadunidense, sendo protagonista de tomadas de decisão que influenciaram a política internacional. Sua organização, desde diretores, pesquisadores e investidores, transformou o CFR em uma instituição política importante no cenário estadunidense, representando as preocupações e visões dos mercados financeiros e industriais. O *think tank* de *Wall Street*, como denominou Laurence Shoup, estuda a dinâmica política norte-americana a fim de traçar a melhor estratégia para o crescimento da economia do país, e principalmente para seus investidores. Antes dos ataques de onze de setembro, o foco dos estudos voltava-se para a exploração dos mercados asiáticos, com a Índia e a China, economias emergentes. Depois, os grupos de estudos e publicações expuseram as falhas no sistema de segurança nacional e, logo depois, pregaram a investida ao Iraque, tratando das questões energéticas, tecnológicas e militares e da promoção da “democracia no Oriente Médio”.

No entanto, como afirmou Noam Chomsky, a democracia era tudo menos o objetivo dos Estados Unidos na sua guerra ao terrorismo⁷¹¹. A guerra para estender o sistema de

709 CHOSSUDOVSKY, Michael. Op. Cit. p. 91.

710 OBAMA, Barack. *Remarks by the President on Osama Bin Laden*. Washington. The White House, May 2, 2011. Disponível em <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2011/05/02/remarks-president-osama-bin-laden>> Acessado em 02/08/2017.

711 CHOMSKY, Noam. Op. Cit. 2004. p. 30.

mercado⁷¹² trouxe consigo as empresas e os investidores colaboradores do CFR.

Segundo Laurence Shoup, o governo estadunidense é conduzido de acordo com os interesses de corporações e famílias que o controlam⁷¹³. Estas, por outro lado, utilizam-se de instituições como os *think tanks* para implementar seus interesses. Como dito anteriormente, grande número dos think tanks nos Estados Unidos são fundações criadas por grandes empresários, como a *Carnegie Endowment for International Peace* (família Carnegie) ou o *Institute for Government Research* (família Rockefeller). O CFR, no contexto de sua criação, era predominantemente comandado pela família Morgan⁷¹⁴ – o presidente da instituição era o advogado de John Morgan, o vice-presidente era sócio-fundador da empresa de advocacia que representava seu banco e tesoureiro era também editor do jornal *New York Evening Post*, cujo dono era John Morgan⁷¹⁵. Posteriormente, já nos anos cinquenta, o principal nome vinculado ao CFR foi o dos Rockefeller⁷¹⁶, sendo seus grandes investidores até os dias atuais.

Como poderoso *think-and-do tank* que é, o *Council* atua como a “rede definitiva de planejamento estratégico”⁷¹⁷ para empresas e aglomerados empresariais que a compõem. Seus membros estão espalhados em diversos setores, incluindo desde profissionais da comunicação e da educação até profissionais da área política. Os líderes do CFR selecionam os intelectuais que moldam o debate público, para estabelecer agendas que sirvam aos interesses de seus financiadores.⁷¹⁸

O *Council on Foreign Relations* é, portanto, um grande agente promotor dos interesses industriais e financeiros dos Estados Unidos. Não atua, assim, para antecipar o cenário político mundial através de seus estudos – sendo uma instituição informativa, como sugere sua declaração de princípios – mas, ao contrário, a partir de suas conexões nas agências governamentais, ajuda a moldar e modificar o decorrer das relações externas estadunidenses. Com suas pretensões “democráticas” e “imparciais”, o CFR sempre procurou desenvolver um cenário internacional favorável ao crescimento do mercado financeiro dos Estados Unidos, inclusive com diversas tentativas de exportar o domínio econômico do país através da história – como com o *War and Peace Studies* nos anos 1940, com o *Project for the Eighties* dos anos 1970, e com o “imperialista relutante” dos anos 2000⁷¹⁹.

No contexto da guerra ao terrorismo, no que se refere às campanhas no Afeganistão e

712 CHOSSUDOVSKY, Michael. Op. Cit. p. 12.

713 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 7.

714 DREIFUSS, René. *A internacional capitalista*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 33.

715 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 12.

716 DREIFUSS, René. Op. Cit. p. 33.

717 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 7.

718 Ibidem. p. 8.

719 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 7.

no Iraque, o CFR tomou uma postura favorável à guerra, em um projeto de domínio estadunidense no Oriente Médio, a ser seguido pela democratização e pela inserção de valores norte-americanos na região.

Como resumiu Michael Chossudovsk, a campanha contra o terrorismo escondia um esforço pela militarização de certas áreas do mundo, levando à criação de um “império estadunidense”, parte da agenda *neocón*. Havia ainda o trabalho do *establishment* financeiro de *Wall Street*, das grandes indústrias petrolíferas e da indústria bélica, destinado a transformar “nações soberanas em territórios abertos (ou áreas de livre comércio), tanto por meios militares quanto pela imposição de reformas econômicas asfixiantes”⁷²⁰. E o *Council on Foreign Relations*, como instituição que tem suas raízes – troncos e galhos – ligados diretamente ao *establishment* de *Wall Street*, esteve ativamente ligado aos esforços político/econômicos desse contexto. Das cinco empresas que mais lucraram com as guerras do Iraque e do Afeganistão – segundo a revista *Time*⁷²¹ –, três eram membros corporativos do CFR: *The Boeing Company*, lucrando cerca de 3,9 bilhões; *Lockheed Martin Corporation*, com lucro de aproximadamente 2,7 bilhões, e *Raytheon Company*, lucrando cerca de 1,9 bilhão.⁷²² A primeira e a última aparecem listadas no CFR como *Affiliates*, doando à instituição pelo menos US\$ 30,000 anuais, constando a segunda como *President Circle*, com doação de pelo menos US\$ 60,000⁷²³.

Portanto, os artigos que analisamos da *Foreign Affairs*, defendendo uma postura imperialista dos EUA em relação ao Oriente Médio, como o *The Reluctant Imperialist*, de Sebastian Mallaby, somados à edição de livros como *The Reluctant Sheriff*, de Richard Haass, demonstram como o CFR investia – desde o fim da Guerra Fria – na construção e na divulgação de uma ideia de que a política externa estadunidense deveria assegurar um domínio pleno nas regiões ricas em petróleo. Um dos principais líderes da operação “Tempestade no Deserto” (da Guerra do Golfo 1990-1991), diretor de Assuntos do Golfo Pérsico do NSC entre 1999 e 2001, publicara na *Foreign Affairs* um artigo defendendo uma invasão ao Iraque ainda em 2002. Um artigo como *Next Stop Baghdad?*, de Kenneth Pollack, não foi, desse modo, resultado de uma análise contemporânea, como uma previsão ou recomendação para o governo Bush, sendo sobretudo a retomada de uma iniciativa que tinha seu cerne no início dos anos noventa com os neons e o PANC: de retirar Saddam Hussein do

720 Ibidem. p. 168-169.

721 CALIO, Vince; HESS, Alexander. Here are the 5 companies making a killing off wars around the world. *Time*. March, 14. 2014.

722 Ibidem.

723 COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Corporative members. In: _____. *Annual report*. New York: Council on Foreign Relations. 2015

poder e implementar no Iraque um governo simpático aos Estados Unidos.

Os esforços do CFR para que os Estados Unidos deveriam se comprometer com a manutenção de um Estado iraquiano democrático, – como os feitos pelos *Task Force on Iraq*, *Task Force on U.S. Support for Reform in the Arab World* e expressos nos artigos *How to Build a Democratic Iraq?*, de Adeed Dawisha e Karen Dawisha, e *Iraq and the Arab's Future*, de Fouad Ajami –, mais que impedir o surgimento de terroristas ou que salvar a população iraquiana da tirania e da pobreza, evidenciavam a defesa da implementação de um livre mercado na região, abrindo espaço para empresas estadunidenses. Esforço esse que já havia começado com a guerra no Afeganistão. Em março de 2001, representantes do governo talibã encontravam-se na Casa Branca para discutir com o gabinete Bush assuntos relativos ao Oleoduto Trans Afegão, ligando o Turcomenistão à Índia⁷²⁴. Meses mais tarde, após os ataques de onze de setembro, o mesmo gabinete ordenou a invasão da região. Pouco depois dos primeiros bombardeios, duas companhias petroleiras – ligadas a empresas maiores não identificadas pelos meios de comunicação – mantinham contato com os governos do Turcomenistão e do Paquistão para negociar o oleoduto⁷²⁵.

Quando o esforço da guerra começou a perder a blindagem do Onze de Setembro, a estratégia do CFR se modificou, mas não seus objetivos. O ISG – majoritariamente formado pelo *Council* – trouxe, em suas conclusões, as mesmas visões que o CFR divulgava desde o início da campanha da “guerra ao terror”, a de assegurar o domínio sobre a região do Iraque e implementar uma democracia liberal e o livre mercado. As recomendações 62 e 63 de seu relatório – sobre a necessidade de uma atenção especial à indústria petrolífera iraquiana, preconizando a criação de uma “estrutura corporativa” – demonstravam este caráter. Ao mesmo tempo, o *Task Force on Energy and U.S. Foreign Policy* afirmava que a independência energética era um mito, devendo a obtenção de petróleo ser parte dos objetivos da política externa. Mas, ao mesmo tempo, apresentava uma nova abordagem para a guerra que se tornava cada vez menos popular.

Quando os *neocons* começaram a recuar – ou a ser retirados, como no caso de Rumsfeld – do governo Bush, a partir de 2006, quem assumiu a secretaria de Defesa foi Robert Gates, do CFR. Na prática, a substituição dos secretários de Defesa ilustrava uma mudança de estratégia, mas não de objetivo. Tanto Rumsfeld quanto Gates defendiam um domínio norte-americano, mas por meio de abordagens diferentes. Enquanto o primeiro priorizava o militarismo, o segundo preferia uma ocupação de perfil mais modesto.

724 CHOSSUDOVSKY, Michael. Op. Cit. p. 127.

725 Ibidem. p. 133.

O caso de Philip Gordon – antigo membro do CFR que publicara na *Foreign Affairs* o artigo *Can the War on Terror be Won?*, em defesa de uma mudança na abordagem da “guerra ao terror” – demonstra o poder de inserção no Estado do CFR. Depois que o presidente Obama adotou aquela perspectiva, Gordon serviu à Casa Branca como Coordenador para o Oriente Médio, Norte de África e Região do Golfo Pérsico. No mesmo ano, foi nomeado membro sênior do CFR. Assim, com a ascensão do democrata Obama, a política de “guerra ao terror” de Bush e da agenda *neocon* chegou a um fim, mas não as ações do CFR. Conforme apontado por Laurence Shoup, a administração Obama usou ativamente de força militar – só em 2016, segundo *The Guardian*, o governo norte-americano lançou 26.171 bombas no Oriente Médio⁷²⁶ – mas, diferentemente de seu antecessor, construiu uma retórica de uma ação mais branda⁷²⁷, como recomendado pelo ISG, em 2003, e em outros estudos promovidos pelo CFR. Desta forma, as ações de Obama se alinhavam à visão que começava a ser construída a respeito do avanço da guerra no Iraque, visando à renovação da liderança estadunidense e “incluindo um estresse na construção de uma nação em casa, o pivô para a Ásia, a privatização das escolas e a redução dos direitos de base”⁷²⁸.

Este poderoso *think tank*, sendo o verdadeiro “panteon do mundo dos negócios, da política, das finanças, da universidade e da imprensa”⁷²⁹, nas palavras de René Dreifuss, é um agente político de tamanha importância nos Estados Unidos e, assim, “não importa quem é eleito, as pessoas do *Council* propõem, debatem, desenvolvem consenso e implementam as principais políticas estratégicas da nação.”⁷³⁰ Por estas e outras razões – como afirmou Teixeira – o CFR é envolvido em todo tipo de teoria conspiratória sobre domínio mundial, desde a sua fundação⁷³¹. O fato é que o esforço para preparar-se para o “mundo novo e pior” foi, na prática, a continuidade de um grande esforço para transformar o mundo em um “novo e melhor” para os interesses, em grande parte, de corporações e conglomerados empresariais que comandam a instituição.

726 BENJAMIN, Medea. America dropped 26,171 bombs in 2016. What a bloody end to Obama's reign. *The Guardian*. January, 9 2017.

727 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015. p. 112.

728 Ibidem. p. 121.

729 DREIFUSS, René. Op. Cit. p. 33.

730 SHOUP, Laurence. Op. Cit. 2015 p. 15.

731 TEIXEIRA, Tatiana. Op. Cit. 2007. p. 130.

REFERÊNCIAS

Documentos oficiais

Casa Branca

THE WHITE HOUSE. *The National Security Strategy of the United States of America*. Washington. September, 2002.

OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE WASHINGTON DC. *Defense Strategy for the 1990's: The Regional Defense Strategy*. Washington: US Department of Defense. January 1993.

Projec for a new american century

PROJECT FOR A NEW AMERICAN CENTURY. *Statement of Principals*. June 1997.

Disponível

em <<https://web.archive.org/web/20050203004656/http://www.newamericancentury.org/state-mentofprinciples.htm>>. Acessado em 02/08/2017.

PROJECT FOR A NEW AMERICAN CENTURY. *Letters sent to President Bill Clinton on Iraq*. January 26. 1996. Disponível em:

<<https://web.archive.org/web/20050204091959/http://www.newamericancentury.org:80/iraqclintonletter.htm>>. Acessado em 02/08/2017.

Pew research center

PEW RESEARCH CENTER. *Bush and Public Opinion*. December 18, 2008. Disponível em <<http://www.people-press.org/2008/12/18/bush-and-public-opinion/>> Acessado em 02/08/2017.

PEW RESEARCH CENTER. *What are the most important reasons why you support going to war in Iraq?*. Pew Research Poll Database. October 2002. Disponível em

<https://ropercenter.cornell.edu/psearch/question_view.cfm?qid=475843&pid=50&ccid=50#top> Acessado em 02/08/2017.

Iraq study group

THE IRAQ STUDY GROUP. *The Iraq Study Group Report*. Washington: United States Institute of Peace, December 6, 2006.

Discursos

Presidente George H.W. Bush

BUSH, George Herbert. *Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union*. January 29, 1991. University of Virginia. Miller Center. Presidential speeches. George H. W. Bush presidency. Disponível em <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-29-1991-state-union-address>> Acessado em 02/08/2017.

Presidente George W. Bush

President Bush's address to a joint session of Congress and the nation. *The Washington Post*, September 20 2001. Disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress_092001.html> Acesso em 02/08/2017.

BUSH, George. *Address to the Nation speech*. January, 29, 2002. University of Virginia. Miller Center. Presidential speeches. George H. W. Bush presidency. Disponível em <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-29-2002-state-union-address>> Acessado em 02/08/2017.

BUSH, George Walker. *Address on the Start of the Iraq War*. March 20, 2003. University of Virginia. Miller Center. Presidential speeches. George H. W. Bush presidency. Disponível em <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/march-20-2003-address-start-iraq-war>> Acessado em 02/08/2017.

Presidente Barack Obama

Barack Obama's inaugural address. *The New York Times*, January 20, 2009. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2009/01/20/us/politics/20text-obama.html>> Acessado em 02/08/2017.

OBAMA, Barack. *President Obama's Speech in Cairo: A New Beginning*: Washington. The White House, January 4, 2009. Disponível em <<https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/NewBeginning/transcripts>> Acessado em 02/08/2017.

OBAMA, Barack. *Remarks by the President on Osama Bin Laden*. Washington. The White House, May 2, 2011. Disponível em <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2011/05/02/remarks-president-osama-bin-laden>> Acessado em 02/08/2017.

Secretário de Estado Colin Powell

U.S. Secretary of State Colin Powell's news conference on U.S. response to the terrorist attacks and conversations with world leaders. *The Guardian*, September 12, 2001. Disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/transcripts/powelltext_091201.html> Acessado em 31/08/2017.

Colin Powell's speech address to the United Nations security council. *The Guardian*, February 5, 2003. Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2003/feb/05/iraq.usa>> Acessado em 02/08/2017.

Bin Laden

Bin Laden's 'letter to America'. *The Guardian*, november 24, 2002. Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2002/nov/24/theobserver>> Acessado em 02/08/2017.

Artigos da *Foreign Affairs* consultados

AJAMI, Fouad. Iran: the impossible revolution. *Foreign Affairs*. v. 67, n. 2, Winter 1988-89.

_____. Iraq and the Arab's future. *Foreign Affairs*. v. 82, n. 1, January/February 2003.

ARON, Raymond. The conduct of American foreign policy: ideology in search of a policy. *Foreign Affairs*. v. 60, n. 3, America and the World 1981.

BETTS, Richards.. NATO's mid-life crisis. *Foreign Affairs*. v. 68. n. 2, Spring 1989.

_____. Fixing the intelligence. *Foreign Affairs*. v. 81, n. 1, January/February 2002.

BIDDLE, Stephen. Seen Baghdad, think Saigon. *Foreign Affairs*. v. 85, n. 2, March/April 2006.

BUKHARIN, Nicolai. Imperialism and communism. *Foreign Affairs*. v. 14, n. 4, July 1936

COHEN, Eliot. The threatening storm: the case for invading Iraq by Kenneth pollack. *Foreign Affairs*. v. 81, n. 6, November/December 2002.

DAWISHA. Aaded; Dawisha Karen. How to build a democratic Iraq?. *Foreign Affairs*. v. 82, n. 3, May/June 2003.

DIAMOND, Larry; DOBBLINS, James; KAUFAMN, Chaim; GELB, Leslie; BIDDLE, Stephen. What to do in Iraq: a roundtable. *Foreign Affairs*. v. 85, n. 4, July/ August 2006.

DOBBINS, James. Who lost Iraq?. *Foreign Affairs*. v. 86, n. 5, September/October 2007.

DORAN, Michael Scott. Somebody else's civil war. In: *Foreign Affairs*. v. 81, n. 1, Januery/February 2002.

FEARON; James. Iraq's civil war. *Foreign Affairs*. v. 86, n. 2, March/April 2007.

FLYNN. Stephen. America the vulnerable. *Foreign Affairs*. v. 81, n. 1, January/February 2002.

GANDHI, Indira. India and the World. *Foreign Affairs*. v. 51, n. 2, October 1972.

GAUSE, Gregory. Can democracy stop terrorism? *Foreign Affairs*. v. 84, n. 5, September/October 2005.

GORDON, Philip. Can the War on Terror be Won?. *Foreign Affairs*. v. 86, n. 6, November/December 2007

- HAASS, Richards. What to do with American primacy. *Foreign Affairs*. v. 78, n. 5, September/October 1999.
- HOURANI, Albert. Near Eastern Nationalism: Yesterday and Today. *Foreign Affairs*. v. 42, n. 1, October 1963
- HOWELL, William; PEVEHOUSE, John. When congress stop wars. *Foreign Affairs*. v. 86, n. 5, September/October 2007
- HUNTINGTON, Samuel P. Coping with the Lippmann gap. *Foreign Affairs*. v. 66, n. 3, America and the World 1987
- _____. The U.S. - decline is renewal?. *Foreign Affairs*. v. 67, n. 2, Winter 1988-89
- _____. The clash of civilizations? *Foreign Affairs*. v. 72, n. 3, Summer 1993
- KELLOGG, Frank. The war prevention policy of the United States. *Foreign Affairs*. v. 6, n. 3, April 1928.
- KENNAN, George (X). The source of soviet conduct. *Foreign Affairs*. v. 15, n. 4, July 1947
- KENNAN, George F. After the cold war. *Foreign Affairs*. v. 51, n. 2, October 1972
- _____. The future of our professional diplomacy. *Foreign Affairs*. v. 33, n. 4, July 1955.
- _____. Peaceful coexistence: a western view. *Foreign Affairs*. v. 37, n. 3, April 1959.
- KENNEDY, John F. A democrat look at foreign policy. *Foreign Affairs*. v. 36, n. 1, October 1957.
- KISSINGER, Henry. A. Arms control, inspection and surprise attack. *Foreign Affairs*. v. 38, n. 4, July 1960.
- _____. Military policy and defense of the "gray areas". *Foreign Affairs*. v. 33, n. 3, April 1955.
- _____. The Vietnam negotiations. *Foreign Affairs*. v. 47, n. 2, January 1969.
- _____. Reflections on American diplomacy. *Foreign Affairs*. v. 35, n. 1, October 1956.
- LAIRD, Melvin. Iraq: learning the lessons of Vietnam. *Foreign Affairs*. v. 84, n. 6, November/December 2005.
- LAQUEUR, Walter. Reflections on terrorism. *Foreign Affairs*. v. 65, n. 1, Fall 1986.
- MALLABY, Sebastian. The reluctant imperialist: terrorism, failed states and the case for American empire. *Foreign Affairs*. v. 81, n. 2, March/April 2002.
- MANDELA, Nelson. South Africa's future foreign policy. *Foreign Affairs*. v. 72, n. 5, November/December 1993.

NEUMANN, Peter. Negotiating with terrorists. *Foreign Affairs*. v. 86, n. 1, January/February 2007.

NIXON, Richard M. American foreign policy: the bush agenda. *Foreign Affairs*. v. 68. n. 1, America and the World 1988.

_____. Asia after Vietnam. *Foreign Affairs*. v. 46, n. 1, October 1967.

_____. Reagan and Gorbachev: Superpower Summitry. *Foreign Affairs*. v. 64, n. 1, Fall 1985.

OBAMA, Barack. Renewing American leadership. *Foreign Affairs*. v. 86, n 4, July/August 2007.

POLLACK, Kenneth. Next stop Baghdad. *Foreign Affairs*. v. 81, n. 8v March/April 2002.

POWELL, Collin L. U.S. Forces: challenges ahead. *Foreign Affairs*. v. 71, n. 5, Winter 1992-93.

QUADROS, Jânio. Brazil's new foreign policy. *Foreign Affairs*. v. 40, n. 1, October 1961.

ROCKEFELLER 3rd. John, D. Japan tackles her problems. *Foreign Affairs*. v. 32, n. 4, July 1954.

ROCKEFELLER, David. What private enterprise means to Latin America. *Foreign Affairs*. v. 44, n. 1, April 1966.

ROCKEFELLER, Nelson. Policy and the people. *Foreign Affairs*. v.46, n. 2, January 1968.

_____. Purpose and policy. *Foreign Affairs*. v. 38, n. 3, April 1960.

_____. Widening boundaries of national interest. *Foreign Affairs*. v. 29, n. 4, July 1951.

ROOSEVELT, Franklin. Our foreign policy: a democratic view. *Foreign Affairs*. v. 6, n. 4, July 1928.

_____. The promise of human right. *Foreign Affairs*. v. 26, n. 3, April 1948.

ROOSEVELT, Theodore. Puerto Rico: our link with Latin America. *Foreign Affairs*. v. 12, n. 2, January 1934

ROOT, Elihu. A requisite for the success of popular diplomacy. *Foreign Affairs*. v. 1, n. 1, September 1922.

RUMSFELD, Donald. Transforming the military. *Foreign Affairs*. v. 81, n. 3, 2002.

SARNEY, José. Brazil: a president's story. *Foreign Affairs*. v. 65, n. 1, Fall 1986.

STINSON, Henry. The united states and the other American republics. *Foreign Affairs*. v. 9, n. 3, April 1931.

STINSON, Henry. Future Philippine policy under Jones act. *Foreign Affairs*. v. 5, n. 3, April 1927.

_____. The pact of Paris: three years of development. *Foreign Affairs*. v. 11, n. 1, October 1932.

_____. Bases of American foreign policy during the past four years. *Foreign Affairs*. v. 11, n. 3, April. 1933.

_____. The challenge of Americans. *Foreign Affairs*. v. 26, n. 1, October 1947.

TROTSKY, Leon. Nationalism and economic life. *Foreign Affairs*. v. 12, n. 3, April 1934.

Relatórios do Council on Foreign Relations

Foreign Affairs

HOGUE, Jr. James, Foreign Affairs. In: COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS: *Annual report*. New York: Council on Foreign Relations, 2000.

HOGUE, Jr. James, Foreign Affairs. In: COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS: *Annual report*. New York: Council on Foreign Relations, 2004.

HOGUE, Jr. James, Foreign Affairs. In: COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations, 2008.

Mensagem presidencial

GELB, Leslie. President message. In: COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations, 1994.

GELB, Leslie, President message. In: COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations, 2002.

Atividades especiais

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Special Activities. In: _____. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations, 2000.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Special Activities. In: _____. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations, 2003.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Special Activities. In: _____. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations. 2004.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Special Activities. In: _____. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations. 2005.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Special Activities. In: _____. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations. 2008.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Special Activities. In: _____. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations, 2015.

Staff

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Staff. In: COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. *Annual Report* New York: Council on Foreign Relations, 2001

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Staff. In: _____. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations. 2002.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Staff. In: _____. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations. 2004.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Staff. In: _____. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations. 2005

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Staff. In: _____. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations. 2006

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. Staff. In: _____. *Annual Report*. New York: Council on Foreign Relations. 2007

Livros e/ou capítulos de livros

ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ASQUINO, Gianfranco. Crise. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1998.

ASSMANN, Hugo. Como se interpenetram o Conselho de Relações Exteriores, o Circulo Bilderberg e a Comissão Trilateral. In: ASSMAN, Hugo (org). *A Trilateral*, nova fase do capitalismo mundial. Petrópolis: Vozes, 1986.

BARBER, Benjamin. *Jihad X Mcmundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *O império do medo*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BAUDRILLARD, Jean. *Power inferno*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

BOBBIO, Norberto. Democracia. In: BOBBIO, Norberto; MATTUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília/Linha Gráfica, 1991. v. 1.

_____. Pluralismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília/Linha Gráfica, 1991. v. 1.

BODANSKY, Yossef. *Bin Laden: o homem que declarou guerra à América*. São Paulo: Ediouro, 2001.

BONANATE, Luigi. Terrorismo político. In: BOBBIO, Norberto; MATTUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília/Linha Gráfica, 1991. v. 1. p. 1244.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Dicionário crítico de sociologia*. Lisboa: Ed. Dom Quixote, 1990.

BREMER, Paul; SONNENBERG, Maurice. *Countering The Changing Threat Of International Terrorism*. Report of the National Commission on Terrorism. Washington: U.S. Government printing office, June, 2000.

CHOMSKY, Noam. *11 de setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *Contendo a democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *Estados fracassados*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.

_____. *Poder e terrorismo*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CHOSSUDOVSKY, Michael. *Guerra e globalização*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. Rio de Janeiro: Contexto, 2013.

DREIFUSS, René. *A internacional capitalista*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

EGEN, Rachel. *Buying a Movement*. Right-Wing Foundations and American Politics. New York: People For the American Way. 1996.

ESPOSITO, John. *What everyone needs to know about Islam*. New York: Oxford University Press. 2002.

FARIAS, Felipe Vagner Silva de. Cultura e civilização como representações: a cobertura feita pela *Veja* do islamismo e do “mundo árabe” no pós-11 de Setembro. In: INSUELA, Júlia Bianchi Reis et al. (org). *Estudos de imprensa no Brasil*. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2012.

FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcos Vinícius. Os EUA no século XIX. In: KARNAL, Leandro, et. al. (org.). *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

FINGUERUT, Ariel. *A influência do pensamento neoconservador na política externa de George W. Bush*. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2008.

FONTANA, Joseph. *História depois do fim da história*. São Paulo: EDUSC, 1998

FOREIGN AFFAIRS. *The Clash of Civilizations: The Debate*. New York: The Council on Foreign Relations. 2001.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIMENES, Éder Rodrigo. Teoria das elites e as elites do poder: considerações sobre a relevância dos teóricos clássicos e de Wright Mills aos estudos de cultura política e democracia. *Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*. v. 2, n. 2, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GROSE, Peter. *Continuing the Inquiry*. The Council on Foreign Relations from 1921 to 1996. New York: Council on Foreign Relations, 2006.

HAASS, Richard. *The reluctant sheriff: The United States after the Cold War*. Nova York: Council on Foreign Relations Press, 1997.

HOBBSAWM, Eric; RANGEL, Terence (orgs). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras 2007.

HOJE, James.F; ROSE, Gideon. *How did this happen? Terrorism and the new war*. New York: Public Affairs, 2001.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2006.

HUNTINGTON, Samuel. *O Choque de Civilizações e a recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

LAQUEUR, Walter. *The new terrorism: fanaticism and the arms of mass destruction*. London: Oxford University Press, 1999.

LAWRENCE, Bruce. *O Corão: uma biografia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MCGANN, J.; WEAVER, R (Org.). *Think tanks and civil societies: catalysts for ideas and action*. New Brunswick/ Londres: Transactions Publishers, 2002.

MCGANN, James. *Think tanks and policy advice*. Pennsylvania: The US. Foreign Policy Research Institute. 2005.

MEAD, Walter Russell. *Poder, terror, paz e guerra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MEDVETZ, Thomas. *Think tanks in America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

_____. Think Tanks. In: RITZER, George (Ed). *Blackwell encyclopedia of sociology*. New Jersey: Blackwell Publishing, 2007.

MOSCA, Gaetano. *La classe politica*. Ciudad México: Fondo de Cultura Econômica, 1992.

PASIC, Amir. *Foundations in security*. New York: Rockefeller Brothers Fund, Inc, 1999.

PECEQUILO, Cristina. *A política externa dos Estados Unidos, continuidades e mudanças?* Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

PECEQUILO, Cristina. Doutrina Bush. In: KOCHER, Bernardo (org). *Globalização*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

_____. Estados Unidos da América, política externa. In: KOCHER, Bernardo (org). *Globalização*. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

PURDY, Sean. O século americano. In: KARNAL, Leandro, et. al. (org.). *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

RATO, Vasco. *Compreendendo o 11 de setembro*, dez anos depois. São Paulo: Babel, 2011.

RESENDE, Erica. *Americanidade, puritanismo e política externa: a reprodução da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

SAID, Edward. *As representações dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SHOUP, Laurence. *Wall Street's think tank: the Council on Foreign Relations and the empire of neoliberal geopolitics 1976–2014*. Nova York: Monthly Review Press, 2015.

SIFRY, Micah; CERF, Christopher. *The Iraq War Reader: History, Document, Opinions*. New York: Simon & Schuster, 2003.

SMITH, James. *The idea brokers: think tanks and the rise of the new policy elite*. New York: The Free Press, 1991.

SOROS, George. *A bolha da supremacia americana*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SUNSTAIN, Cass. *A era do radicalismo*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

TEIXEIRA, Tatiana. *Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América*. Sentimentos e opiniões de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social-democrático fez nascer entre os americanos. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TUCKER, Robert; HENDRICKSON, David. *The imperial temptation: the new world order and America's purpose*. Nova York: Council on Foreign Relations Press, 1992.

VISACRO, Alessandro. *Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da História*. São Paulo: Contexto, 2009.

VISENTINI, Paulo. *O caótico século XXI*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

WILLBANKS, James. *Abandoning Vietnam*. Lawrence: University Press of Kansas, 2008.

WOLOSZYN, Andre. *Terrorismo global*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

WOODWARD, Bob. *Bush em Guerra*. São Paulo: Arx, 2003.

Dissertações e teses

ALACORN, Danilo. *Os meandros da política externa dos Estados Unidos para o Afeganistão: o 11 de setembro e a Operação Liberdade Duradoura*. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

FIGUEIREDO, Tatiana Silva Poggi de. *Neofascismo em cena: o avanço conservador norte-americano e o caso da National Alliance*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

HOVELER, Rejane Carolina. *As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da comissão trilateral*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

PAIERO, Denise. *Mídia e terror: a construção da imagem do terrorismo no jornalismo*. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

Anais de encontros e artigos acadêmicos

AVILA, Rafael e HAUCK, Juliana. Os think tanks brasileiros e suas contribuições para o pensamento social e político; um resgate histórico-exploratório sobre o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 15, n. 23, 2º sem. 2014.

CEZAR, Rodrigo Fagundes. A política econômica internacional do governo de Bill Clinton (1993-2000). *Anais do IV Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Dantas"*. São Paulo. Novembro de 2013.

CHOMSKY, Noam. A nova Guerra contra o Terror. *Estudos Avançados*. V. 16, n. 44, 2002.

_____. Verdades e mitos sobre a invasão do Iraque. *Socialist Register*, 2004.

DOMHOFF, William. The Council on Foreign Relations and the Grand Area: case studies on the origins of the IMF and the Vietnam War. *Class, Race and Corporate Power*: v. 2: Iss. 1, article 1, 2014.

DULCI, Tereza. Semelhanças e diferenças entre os processos de criação da *Foreign Affairs* (1922) e a Revista Brasileira de Política Internacional (1958). *Anais Eletrônicos do IX Encontro Internacional da ANPHLAC*. Goiânia, 2010.

FERREIRA, Ruberval. 11 de setembro: a nomeação pela data e a mistificação dos conceitos de terrorismo e guerra como estratégia de constituição do discurso midiático-oficial. *Antares*, v.4, nº 7, jan./jul. 2012.

GERSTER, Friedrich Wilhelm. Linguistic Aspects of the Vietnam War. *Amerikastudien/American Studies*, v. 20, n. 2, 1975.

GRYNSZPAN, Mario. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 41. jan./jun. 1996.

GUIMARÃES, Cesar. A política externa dos Estados Unidos, da primazia ao extremismo. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 46, 2002.

LEITE, Lucas Amaral. George W. Bush e a construção do inimigo na guerra ao terror. *Fronteira*, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, 2o sem. 2009.

MCKCRISTEN, Trevor. Ten Years on Obama's War on Terrorism in rhetoric and practice. *International Affairs*, v. 87, n. 4, 2011.

MEDVETZ, Thomas. Think tanks as an emergent field. New York: *The Social Science Research Council*, October 2008.

MOSTAFA, Solange Puntel; MARANON, Eduardo Ismael. Os intelectuais e sua produtividade. *Ci. Inf., Brasília*. V. 22, n. 1, jan./abr. 1993.

PECEQUILO, Cristina. A era George W. Bush (2001/2007): os EUA e o Sistema Internacional. *II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - o Brasil e o mundo que vem aí*. Rio de Janeiro, 2007.

RAPOPORT, David. The four waves of rebel terror and September 11th. *Anthoropoetics*, V. 8, Spring/summer 2002.

SCHLESENER, A. H. A crítica de Gramsci à Teoria das Elites: Pareto, Mosca e Michels e a democracia burguesa. In: *V Colóquio Internacional Marx Engels*. Campinas, 2007, v. 1.

SILVA, Carlos Alberto Pinto. Guerra Assimétrica: adaptação para o êxito militar. *PADECEME*, Rio de Janeiro, n. 15, 2º quadrimestre 2007.

SOUZA, Jemerson Murillo Anunciação. Edmund Burke e a gênese do conservadorismo. *Serv. Soc.*, São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago. 2016
SORTO, Fredy. A doutrina Bush das guerras preventivas e o sistema das Nações Unidas. *Verba Juris*, V. 4, n. 4, jan./dez. 2005.

SPANCER, Alexander. Questioning the concept of 'new terrorism'. *Peace Conflict & Development*, Issue 8, january 2006.

STONE, Diana. Recycling Bins, Garbage Cans or Think Tanks? Three Myths Regarding Policy Analysis Institutes. New York: *Public Administration*, v. 85, Issue 2. Pages 259–568. 2007.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. O terrorismo de massas na Nova Ordem Mundial. In: *Encontro de estudos: terrorismo*. Brasília: Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2006.

TEIXEIRA, Tatiana. A influência dos think tanks no governo Bush e no início da era Obama. *II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa San Tiago Dantas*. São Paulo, 2009.

TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. Conservadorismo: perspectivas conceituais. *Revista Estudos Políticos*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, pp. 86-107, dezembro 2015.

URRUTIA, Oliveira. The role of think tanks in the definition and application of defense policies and strategies. *Revista del Instituto Español de Estudios Estratégicos*, n. 2. 2013.

VERVAELE, John. A legislação antiterrorista nos Estados Unidos: um direito penal do inimigo? *Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal*, v. 2, n. 1, 2014.

Artigos de jornais e revistas

BENJAMIN, Medea. America dropped 26,171 bombs in 2016. What a bloody end to Obama's reign. *The Guardian*. January, 9 2017.

CALIO, Vince; HESS, Alexander. Here are the 5 companies making a killing off wars around the world. *Time*. March, 14.

COWELL, Alan. On Arab TV Network, Obama Urges Dialogue. New York: *The New York Times*, January 27, 2009.

SAID, Edward. The Clash of Ignorance. *The Nation*, October 2001.

SCHMITT, Eric. Threats and responses: Intelligence; Rumsfeld says U.S. has 'bulletproof' evidence of Iraq's links to Al Qaeda. *New York Times*, September 28, 2002.

SOLOMON, Jay. 'US drops "war on terror" phrase, Clinton says'. *Wall Street Journal*, March, 31. 2009.

TYLER, Patrick. U.S. strategy plan calls for insuring no rivals develop. *The New York Times*. New York, March, 8 1992.

WRIGHT, Robin. An Eye for Terror Sites. *Washington Post*. November, 17. 2005

APÊNDICE A – Executivos e diretores do *Council on Foreign Relations*

Quadro de Diretores do CFR (1921 – 2013)

Directors Isaiah Bowman	1921–1950	John H. Williams	1937–1964
Archibald Cary Coolidge	1921–1928	Lewis W. Douglas	1940–1964
Paul D. Cravath	1921–1940	Edward Warner	1940–1949
John W. Davis	1921–1955	Clarence E. Hunter	1942–1953
Norman H. Davis	1921–1944	Myron C. Taylor	1943–1959
Stephen P. Duggan	1921–1950	Henry M. Wriston	1943–1967
John H. Finley	1921–1929	Thomas K. Finletter	1944–1967
Edwin F. Gay	1921–1945	William A. M. Burden	1945–1974
David F. Houston	1921–1927	Walter H. Mallory	1945–1968
Otto H. Kahn	1921–1934	Philip D. Reed	1945–1969
Frank L. Polk	1921–1943	Winfield W. Riefler	1945–1950
Whitney H. Shepardson	1921–1966	David Rockefeller	1949–1985
William R. Shepherd	1921–1927	W. Averell Harriman	1950–1955
Paul M. Warburg	1921–1932	Joseph E. Johnson	1950–1974
George M. Wickersham	1921–1936	Grayson Kirk	1950–1973
Allen W. Dulles	1927–1969	Devereux C. Josephs	1951–1958
Russell C. Leffingwell	1927–1960	Elliott V. Bell	1953–1966
George O. May	1927–1953	John J. McCloy	1953–1972
Wesley C. Mitchell	1927–1934	Arthur H. Dean	1955–1972
Owen D. Young	1927–1940	Charles M. Spofford	1955–1972
Hamilton Fish Armstrong	1928–1972	Adlai E. Stevenson	1958–1962
Charles P. Howland	1929–1931	William C. Foster	1959–1972
Walter Lippmann	1932–1937	Caryl P. Haskins	1961–1975
Clarence M. Woolley	1932–1935	James A. Perkins	1963–1979
Frank Altschul	1934–1972	William P. Bundy	1964–1974
Philip C. Jessup	1934–1942	Gabriel Hauge	1964–1981
Harold W. Dodds	1935–1943	Carroll L. Wilson	1964–1979
Leon Fraser	1936–1945	Douglas Dillon	1965–1978

Henry R. Labouisse	1965–1974	Henry A. Kissinger	1977–1981
Robert V. Roosa	1966–1981	Winston Lord	1977–1985
Lucian W. Pye	1966–1982	Stephen Stamas	1977–1989
Alfred C. Neal	1967–1976	Marina v.N. Whitman	1977–1987
Bill Moyers	1967–1974	C. Peter McColough	1978–1987
Cyrus R. Vance	1968–1976,	Richard L. Gelb	1979–1988
1981–1987		Graham T. Allison, Jr.	1979–1988
Hedley Donovan	1969–1979	William D. Ruckelshaus	1979–1983
Najeeb E. Halaby	1970–1972	James F. Hoge, Jr.	1980–1984
Bayless Manning	1971–1977	George P. Shultz	1980–1982
W. Michael Blumenthal	1972–1977,	William D. Rogers	1980–1990
1979–1984		Walter B. Wriston	1981–1987
Zbigniew Brzezinski	1972–1977	Lewis T. Preston	1981–1988
Elizabeth Drew	1972–1977	Warren Christopher	1982–1991
George S. Franklin	1972–1983	Alan Greenspan	1982–1988
Marshall D. Shulman	1972–1977	Robert A. Scalapino	1982–1989
Martha Redfield Wallace	1972–1982	Harold Brown	1983–1992
Paul C. Warnke	1972–1977	Stanley Hoffmann	1983–1992
Peter G. Peterson	1973–1983,	Juanita M. Kreps	1983–1989
1984–		Brent Scowcroft	1983–1989
Robert O. Anderson	1974–1980	Clifton R. Wharton, Jr.	1983–1992
Edward K. Hamilton	1974–1983	Donald F. McHenry	1984–1993
Harry C. McPherson, Jr.	1974–1977	B. R. Inman	1985–1993
Elliot L. Richardson	1974–1975	Jeane J. Kirkpatrick	1985–1994
Franklin Hall Williams	1975–1983	Peter Tarnoff	1986–1993
Nicholas deB. Katzenbach	1975–1986	Charles McC. Mathias, Jr.	1986–1992
Paul A. Volcker 1975–79,	1988–1999	Ruben F. Mettler	1986–1992
Theodore M. Hesburgh	1976–1985	James E. Burke	1987–1995
Lane Kirkland	1976–1986	Richard B. Cheney	1987–1989,
George H. W. Bush	1977–1979	1993–1995	
Lloyd N. Cutler	1977–1979	Robert F. Erburu	1987–1998
Philip L. Geyelin	1977–1987	Karen Elliott House	1987–1998,
2003–		Garrick Utley	1993–2003

Glenn E. Watts	1987–1990	Carla A. Hills	1994–
Thomas S. Foley	1988–1994	Helene L. Kaplan	1994–1996
James D. Robinson III	1988–1991	Frank G. Zarb	1994–1996
Strobe Talbott	1988–1993	Robert B. Zoellick	1994–2001
John L. Clendenin	1989–1994	Les Aspin	1995
William S. Cohen	1989–1997	Mario L. Baeza	1995–2001
Joshua Lederberg	1989–1998	Peggy Dulany	1995–2003
John S. Reed	1989–1992	Jessica P. Einhorn	1995–2005
Alice M. Rivlin	1989–1992	William J. McDonough	1995–2004
William J. Crowe, Jr.	1990–1993	Frank Savage	1995–2002
Thomas R. Donahue	1990–2001	George Soros	1995–2004
Richard C. Holbrooke	1991–1993, 1996–1999, 2001–	Hanna Holborn Gray	1995–1998
Robert D. Hormats	1991–2004	George J. Mitchell	1995–2005
John E. Bryson	1992–2002	Louis V. Gerstner, Jr.	1995–2005
Maurice R. Greenberg	1992–2002, 2004–	Lee Cullum	1996–2006
Karen N. Horn	1992–1995	Vincent A. Mai	1997–2003
James R. Houghton	1992–1996	Warren B. Rudman	1997–2005
Charlayne Hunter-Gault	1992–1998	Laura D’Andrea Tyson	1997–
Kenneth W. Dam	1992–2001	Roone Arledge	1998–2002
Donna E. Shalala	1992–1993	Diane Sawyer	1998–99
Alton Frye	1993–1994	Martin S. Feldstein	1998–
Richard N. Cooper	1993–1994	Bette Bao Lord	1998–2003
Rita E. Hauser	1993–1997	Michael H. Moskow	1998–
E. Gerald Corrigan	1993–1995	John Deutch	1999–2004
Leslie H. Gelb	1993–2001, 2002–2003	Robert E. Rubin	2000–
Paul A. Allaire	1993–2002	Andrew Young	2000–2005
Robert E. Allen	1993–1996	Kenneth M. Duberstein	2001–
Theodore C. Sorensen	1993–2004	Henry S. Bienen	2001–
Ronald L. Olson	2002–	Joan E. Spero	2001–
Thomas R. Pickering	2002–	Vin Weber	2001–
		Fouad Ajami	2002–
		Sylvia Mathews Burwell	2007–2013
		Stephen Friedman	2007–

Jeffrey L. Bewkes	2002–2006	Jami Miscik	2007–
Helene D. Gayle	2003–	Alan S. Blinder	2008–
Richard N. Haass	2003–	J. Tomilson Hill	2008–
Richard E. Salomon	2003–	Shirley Ann Jackson	2008–
Anne-Marie Slaughter	2003–	George Rupp	2008–2013
Madeleine K. Albright	2004–	David G. Bradley	2009–
Richard N. Foster	2004–	Donna J. Hrinak	2009–
Joseph S. Nye Jr.	2004–	Penny S. Pritzker	2009–2013
Fareed Zakaria	2004–	Frederick W. Smith	2009–
Peter Ackerman	2005–	John P. Abizaid	2010–
Charlene Barshefsky	2005–	Mary McInnis Boies	2010–
Stephen W. Bosworth	2005–	Pamela Brooks Gann	2010–
Tom Brokaw	2005–	Thomas H. Glocer	2011–
David M. Rubenstein	2005–	Eduardo J. Padrón	2011–
Frank J. Caufield	2006–2010	Peter B. Henry	2012–
Ann M. Fudge	2006–	Muhtar Kent	2012–
Alberto Ibargüen	2006–2013	Margaret G. Warner	2012–
Henry R. Kravis	2006–2012	Zoë Baird	2013–
James W. Owens	2006–	R. Nicholas Burns	2013–
Colin M. Powell	2006–	Steven A. Denning	2013–
Christine Todd Whitman	2006–	Laurence D. Fink	2013–
		Ruth Porat	2013–

Presidentes do Conselho de Diretores do CFR

Russell C. Leffingwell	1946–1953
John J. McCloy	1953–1970
David Rockefeller	1970–1985
Peter G. Peterson	1985–2007
Carla A. Hills (Copresidente)	2007–
Robert E. Rubin (Copresidente)	2007–

Presidentes do CFR

John W. Davis	1921–1933
George W. Wickersham	1933–1936
Norman H. Davis	1936–1944
Russell C. Leffingwell	1944–1946
Allen W. Dulles	1946–1950
Henry M. Wriston	1951–1964
Grayson Kirk	1964–1971
Bayless Manning	1971–1977
Winston Lord	1977–1985
John Temple Swing	1985–1986
Peter Tarnoff	1986–1993
Alton Frye	1993
Leslie H. Gelb	1993–2003
Richard N. Haass	2003–

Diretores do Programa de Estudos

Percy W. Bidwell	1937–1953
Philip E. Mosely	1955–1963
Richard H. Ullman	1973–1976
Abraham F. Lowenthal	1976–1977
John C. Campbell	1977–1978
Paul H. Kreisberg	1981–1987
William H. Gleysteen, Jr.	1987–1989
Nicholas X. Rizopoulos	1989–1994
Kenneth H. Keller	1994–1995
Ethan B. Kapstein	1995–1996
Kenneth Maxwell	1996
Gary C. Hufbauer	1997–1998
Lawrence J. Korb	1998–2002
Michael P. Peters	2002–2003
James M. Lindsay	2003–
Gary Samore	2006–2009

Editores da Foreign Affairs

Archibald Cary Coolidge	1922–1928
Hamilton Fish Armstrong	1928–1972
William P. Bundy	1972–1984
William G. Hyland	1984–1992
James F. Hoge Jr.	1992–2010
Gideon Rose	2010–

Referências:

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. *Annual report*, New York: Council on Foreign Relations. 1999 – 2008.

SHOP, Laurence. *Wall Street's think tank: the Council on Foreign Relations and the empire of neoliberal geopolitics 1976–2014*. Nova York: Monthly Review Press, 2015

APÊNDICE B – Membros e pessoal do *Project for a New American Century* 1997 – 2006**Diretores**

William Kristal
 Robert Kagan
 Bruce P. Jackson
 Randy Scheunemann

Pessoal

Ellen Bork	Diretora Adjunta
Gary Schmitt	Membro Sênior
Thomas Donnelly	Membro Sênior
Reuel Marc Gerecht	Membro Sênior, Diretor da Iniciativa do Oriente Médio
Timothy Lehmann	Assistente de Direção
Michael Goldfarb	Associado de Pesquisa

Membros de destaque (1997 – 2006)

Elliott Abrams	Norman Podhoretz
Gary Bauer	Dan Quayle
William J. Bennett	Peter W. Rodman
Jeb Bush	Stephen P. Rosen
Dick Cheney	Donald Rumsfeld
Eliot A. Cohen	Vin Weber
Midge Decter	George Weigel
Paula Dobriansky	Paul Wolfowitz
Steve Forbes	Richard L. Armitage
Aaron Friedberg	Jeffrey Bergner
Francis Fukuyama	John Bolton

Frank Gaffney
Fred C. Ikle
Donald Kagan
Zalmay Khalilzad
I. Lewis Libby

William Kristol
Richard Perle
William Schneider, Jr.
R. James Woolsey
Robert B. Zoellick

Referência:

PROJECT FOR A NEW AMERICAN CENTURY. *Statement of principals*. June 1997.

Disponível em

<<https://web.archive.org/web/20050203004656/http://www.newamericancentury.org/statementofprinciples.htm>>. Acessado em 02/08/2017.